

WERTER VALENTIM DE MORAES

**ANÁLISE DO ORDENAMENTO DOS ATRATIVOS DE TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO DA SERRA DO BRIGADEIRO - MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2011

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

M827a
2011

Moraes, Werter Valentim de, 1963-
Análise do ordenamento dos atrativos de turismo de base
comunitária no Território da Serra do Brigadeiro-MG /
Werter Valentim de Moraes. – Viçosa, MG, 2011.
xv, 155f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Guido Assunção Ribeiro.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 126-131

1. Ecoturismo. 2. Áreas de conservação de recursos naturais
- Brigadeiro, Serra do (MG). 3. Áreas protegidas.
4. Indicadores ambientais. 5. Brigadeiro, Serra do (MG).
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

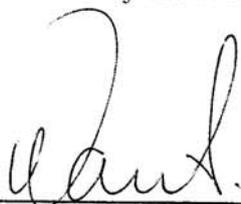
CDO adapt. CDD 634.990711

WERTER VALENTIM DE MORAES

**ANÁLISE DO ORDENAMENTO DOS ATRATIVOS DE TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO DA SERRA DO BRIGADEIRO - MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

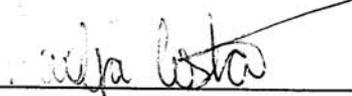
APROVADA: 29 de julho de 2011



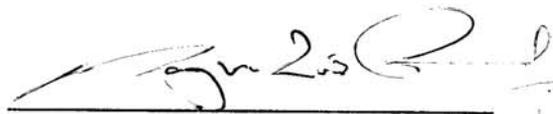
Prof. Wantuelfer Gonçalves
(Coorientador)



Prof. Laércio Antonio Gonçalves Jacovine
(Coorientador)



Profa. Nadja Castilho da Costa



Prof. Magnus Luiz Emmendoerfer



Prof. Guido Assunção Ribeiro
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Ao Francisco e ao Ian, pela presença espiritual com carinho e aconchego em todas as etapas desta caminhada;

As famílias envolvidas no turismo de base comunitária, pelas descobertas de um sentido mais amplo de se ver o mundo;

A equipe de Iracambi e do CEPEC, que possibilitaram uma busca pela melhoria da vida do povo do Território da Serra do Brigadeiro;

Aos companheiros da REDE TRAF, pela contribuição para o fortalecimento de um turismo responsável;

Aos amigos da REDE TURISOL, pela visão de partilha proporcionada;

Ao Ministério do Turismo, pelo estímulo creditado no desenvolvimento turístico local;

Ao CNPq, pelo fundamental apoio para minha dedicação;

A todos os Professores envolvidos, pelo estímulo, paciência e auxílio;

Ao meu orientador, Professor Guido Assunção Ribeiro, pelo acolhimento intelectual, pelos ensinamentos e pela compreensão;

Muito obrigado,

Do fundo do meu coração!

À Beth, um simples muito obrigado “especial”.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE FIGURAS	ix
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiv
1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	5
3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS	6
3.1. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil	6
3.2. Classificação do turismo no espaço rural	9
3.3. Turismo rural na agricultura familiar	9
3.4. Ecoturismo	11
3.5. Turismo de Base Comunitária - TBC	16
3.6. Rede Turismo Rural na Agricultura Familiar – Rede TRAF	22
3.7. A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL ...	24
3.8. Indicadores com a aplicabilidade no turismo	26
3.8.1. Hierarquização dos atrativos turísticos da OMT	28
3.8.2. Projeto pólos de desenvolvimento de ecoturismo no Brasil	31
3.8.3. Classificação e avaliação dos municípios turísticos	33
3.8.4. O índice de atratividade turística	34
3.8.5. A análise de projetos turísticos	34
4. MATERIAL E MÉTODOS	36
4.1. Caracterização da Área de Estudo	36

4.1.1. Localização	36
4.1.2. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	37
4.1.3. O Território da Serra do Brigadeiro.....	39
4.1.4. Infraestrutura turística do Território da Serra do Brigadeiro.....	42
4.2. O Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária	45
4.2.1. Núcleo de Turismo de Base Comunitária Pedra Redonda.....	47
4.2.2. Núcleo de Turismo de Base Comunitária Pico do Boné	48
4.2.3. Núcleo de Turismo de Base Comunitária São Joaquim	49
4.2.4. Núcleo de Turismo de Base Comunitária dos Galdinos.....	50
4.2.5. Núcleo de Turismo de Base Comunitária do Itajuru	51
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
5.1. Matrizes dos atrativos turísticos de base comunitária na Serra do Brigadeiro	56
5.2. Parâmetro: Unidades de conservação.....	56
5.3. Parâmetro: Água.....	59
5.4. Parâmetro: Mata	62
5.5. Parâmetro: Cultural	65
5.6. Parâmetro: Espaços de encontro e convivência	68
5.7. Parâmetro: Produção associada ao turismo	71
5.8. Parâmetro: Hospitalidade	74
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	78
6.1. Perfil do Turista do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB e entorno.....	78
6.2. Infraestrutura das propriedades selecionadas	86
6.2.1. Atividades rurais nas propriedades selecionadas.....	91
6.3. Interpretação das matrizes	95
6.3.1 Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária Pedra Redonda	95
6.3.2. Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária Boné.....	100
6.3.3. Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária São Joaquim.	103
6.3.4. Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária dos Galdinos	107
6.3.5. Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária Itajuru.....	110
6.4. Ordenamento dos atrativos da área de estudo	116
7. CONCLUSÕES	121
8. RECOMENDAÇÕES	124
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
APÊNDICES	132
APÊNDICE A - Questionário aplicado pelo Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária para a seleção das famílias envolvidas, junho/julho/ 2009	133
APÊNDICE B - Questionário para turistas de Araponga	137

APÊNDICE C - Tabelas da pontuação atribuída em campo aos indicadores para os parâmetros estudados nas 30 propriedades dos NTBC - Núcleos de Turismo de Base Comunitária da Pedra Redonda, Boné, são Joaquim, Galdinos e Itajuru.....	139
APÊNDICE D - Imagens ilustrativas dos Núcleos de Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro-MG.....	150

LISTA DE TABELAS

1	Hierarquização de atrativos turísticos, segundo CICATUR.....	29
2	Avaliação da oferta de alimentação, segundo metodologia de classificação e avaliação dos municípios turísticos, segundo Boullón (1995).....	33
3	Participação dos municípios, em termos de área, na composição do PESB.....	39
4	Empreendimentos turísticos do entorno do PESB.....	43
5	Relação das distâncias entre as principais referencias do PESB e as principais capitais do sudeste brasileiro.....	44
6	Relação dos atrativos na região do entorno do PESB	44
7	Atrativos do núcleo de turismo de base comunitária da Pedra Redonda no Território da Serra do Brigadeiro	48
9	Atrativos do núcleo de turismo de base comunitária de São Joaquim no Território da Serra do Brigadeiro.....	50
10	Atrativos do núcleo de turismo de base comunitária dos Galdinos no Território da Serra do Brigadeiro.....	51
11	Atrativos do núcleo de turismo de base comunitária do Itajuru no Território da Serra do Brigadeiro	52
12	Classificação da atratividade dos parâmetros de turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro	56

13	Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro unidades de conservação	57
14	Matriz de indicadores e valores dos índices relativos ao parâmetro água	60
15	Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro mata	63
16	Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro cultural	66
17	Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro espaço de encontro e convivência	69
18	Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro produção associada ao turismo	72
19	Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro hospitalidade	75
20	Avaliação em percentagem (%) das experiências turísticas dos visitantes no entorno do PESB, no município de Araçuaia. Fevereiro/2009.....	83
21	Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC Pedra Redonda.....	96
22	Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC Pedra Redonda	98
23	Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC Boné.....	100
24	Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC Boné	102
25	Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC São Joaquim.....	104
26	Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC São Joaquim	106
27	Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC Galdinos.....	107
28	Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC Galdinos	109
29	Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC Itajuru.....	111

30	Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC Itajuru.....	113
31	Matriz da média de cada parâmetro para cada núcleo de turismo de base comunitária e média geral do Território da Serra do Brigadeiro	117

LISTA DE FIGURAS

1	Fatores limitantes e de crescimento do ecoturismo.	15
2	Receitas para o sucesso do Turismo de Base Comunitária (TBC) no Programa de Redução da Pobreza pela Exportação - PRPE.	20
3	Fluxograma do arranjo institucional do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar.....	23
4	Fases do desenvolvimento do projeto pólos de Ecoturismo IEB.	32
5	Localização dos municípios trabalhados e os pólos regionais para o projeto Boas Práticas.	37
6	Localização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro com os municípios limítrofes e suas coordenadas.	38
7	Distribuição geográfica altimétrica dos municípios no Território da Serra do Brigadeiro.....	40
8	Distribuição espacial dos Núcleos de Turismo de Base Comunitária - NTBC com as cidades referências e pólos regionais.....	47
9	Estrutura do processo metodológico empregado na pesquisa.	53
10	Meios de hospedagem utilizados pelos visitantes do PESB e entorno. Fevereiro/2009.....	79
11	Perfil da idade dos visitantes do PESB e entorno em percentagem. Fevereiro/2009.	80
12	Lugares mais visitados pelos turistas do PESB e entorno. Fevereiro/2009.....	81

13	Atividades no entorno do PESB em que o turista tem disposição a pagar. Fevereiro/2009.....	82
14	Nível de satisfação do turista em sua estada no entorno do PESB. Fevereiro/2009.....	84
15	Distribuição das propriedades em percentagem, em relação à posse de terra. Entorno do PESB, julho/2010.	86
16	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação ao estado das edificações residenciais. Entorno do PESB, julho/2010.....	86
17	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação ao estado das edificações de lazer. Entorno do PESB, julho/2010.....	87
18	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação ao estado das edificações agrícolas. Entorno do PESB, julho/2010.....	88
19	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação a presença da água. Entorno do PESB, julho/2010.....	89
20	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação ao tratamento de esgoto. Entorno do PESB, julho/2010.....	89
21	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação ao destino do lixo. Entorno do PESB, julho/2010.	90
22	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação à presença de mais de uma cultura agrícola. Entorno do PESB, julho/2010.	91
23	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação à presença da atividade de pescaria. Entorno do PESB, julho/2010.....	92
24	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação à presença de sistemas agroecológicos. Entorno do PESB, julho/2010.	93
25	Distribuição das propriedades rurais em porcentagem, em relação à criação de animais. Entorno do PESB, julho/2010.	93
26	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação à presença de atividades pedagógicas. Entorno do PESB, julho/2010.....	94
27	Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação à presença de atividades de turismo na natureza. Entorno do PESB, julho/2010.	95

28	Ordenamento dos atrativos do Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.	119
1D	Estrutura de lazer com quiosque e casa de forno no Sítio Esperança, município de Araponga-MG.	150
2D	Estrutura de alimentação para apoio a subida da Pedra Redonda no Sítio Cantinho da Saudade, município de Araponga-MG.	150
3D	Rios encachoeirados da Pousada Remanso, município de Araponga-MG.	151
4D	Travessia de Bike entre o NTBC Boné e o NTBC Galdinos no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.	151
5D	Festa junina na Fazenda Milagrosa, município de Araponga-MG.	152
6D	Escola Família Agrícola Puris, município de Araponga-MG.	152
7D	Restaurante Familiar no Alambique do Dó, município de Miradouro-MG.	153
8D	Monjolos do Rancho Tomaz, município de Fervedouro-MG.	153
9D	Tratamento natural com massagem no Paraíso das Pedras, município de Fervedouro-MG.	154
10D	Confraternização do grupo de caminhantes de Belo Horizonte no Refúgio dos Galdinos , município de Fervedouro-MG.	154
11D	Construção de adobe no Sítio Encantos da Natureza, município de Muriaé-MG.	155
12D	Comida típica mineira no Sítio Sabores da Serra, município de Muriaé-MG.	155

RESUMO

MORAES, Werter Valentim de, D. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2011.
Análise do ordenamento dos atrativos de turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro-MG. Orientador: Guido Assunção Ribeiro.
Coorientadores: Wantuelfer Gonçalves e Laércio Antonio Gonçalves Jacovine.

A presente pesquisa elaborou um conjunto de matrizes que possibilitou caracterizar a atividade de turismo de base comunitária, utilizando-se do projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária desenvolvido no Território da Serra do Brigadeiro, estado de Minas Gerais, Brasil. O termo “potencial turístico”, comumente utilizado, remete a um “dom natural” que a região possui e que, por si só, garantiria o desenvolvimento turístico. Com esta visão deturpada, há um entendimento de que o planejamento seria desnecessário, pois já existiriam na região as condições apropriadas para que ocorresse o turismo independentemente de ações. Assim, uma percepção errônea das características e especificidades do território emperra a elaboração de uma oferta turística sustentável. O Território da Serra do Brigadeiro, assim como outros, é vítima deste estigma de ser reconhecido como região de potencial turístico, sem nunca ter sido desenvolvido nenhum planejamento que identifique suas reais características e se estabeleça ações em toda a cadeia produtiva do turismo, para comprovar o “título” de potencial turístico. Com as pesquisas bibliográficas foram identificados sete parâmetros considerados atrativos de turismo de base comunitária. São eles: unidade de conservação, água, mata, cultura, espaço de convivência, produção associada ao turismo

e hospitalidade. A metodologia para hierarquização de atrativos turísticos da Organização Mundial do Turismo e do Centro Interamericano de Capacitação Turística subsidiou a seleção dos indicadores: potencial de atratividade, grau de uso atual, representatividade, apoio comunitário local, estado de conservação da paisagem, infraestrutura e acesso. Estes dados, pontuados e analisados dentro de uma escala, permitiram classificar os atrativos que não caracterizam e os que caracterizam a atividade estudada, estes últimos passíveis de serem transformados em produtos turísticos e aqueles já considerados produtos de turismo de base comunitária. A interpretação dos dados procurou entender a importância que determinados atrativos apresentam em relação ao turismo de base comunitária, como a presença de espaços de convivência, manifestações culturais e a hospitalidade. Os indicadores identificados que destacaram a essência da atividade foram o potencial de atratividade, a representatividade e o apoio local comunitário. Para o caso trabalhado, definido em 5 regiões denominadas núcleos de turismo de base comunitária, encontrou-se que todas as regiões são portadoras de atrativos passíveis de serem transformados em produtos. O desenvolvimento destes produtos com um planejamento pautado na gestão destes atrativos fará as potencialidades da região serem reconhecidas com os benefícios da comercialização, fechando, assim, a cadeia produtiva do turismo. Este ordenamento dos atrativos, como consequência destas matrizes facilita priorizar ações para a região do Território da Serra do Brigadeiro, estabelecendo-se roteiros de turismo de base comunitária e de turismo rural na agricultura familiar conforme Programa de Roteirização do governo federal. Por fim, as relações entre parâmetros e seus indicadores permitiram conceber a necessidade de uma visão distinta para cada ambiente analisado, enfatizando a complexidade e a necessidade de estudos que levem a uma análise comportamental por meio da percepção de subjetividades.

ABSTRACT

MORAES, Werter Valentim de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2011.
Ranking analysis of the attractions of community-based tourism in the Territory of Serra do Brigadeiro-MG. Adviser: Guido Assunção Ribeiro.
Co-Advisers: Wantuelfer Gonçalves and Laércio Antonio Gonçalves Jacovine.

In the present research work we constructed a set of matrices that allowed the characterization of the community-based tourism activity, using the project Good Practices of Community-Based Tourism developed in the Territory of Serra do Brigadeiro, Minas Gerais, Brazil. Tourism potential is a commonly term used to refer to a natural gift of a region and which, by itself, would ensure tourism development. Within this distorted view, there is an understanding that planning would be unnecessary, since optimal conditions for tourism to occur already exists in the region regardless of actions. Thus, an erroneous perception of the area's distinctive characteristics restrains the development of a sustainable tourism offer. The Territory of Serra do Brigadeiro, as well as other regions, falls under the label of a tourism potential region, but without having developed any real plan to identify real tourism features and establish actions throughout the tourism production chain in order to confirm its designation as tourism potential site. Through literature review, we identified seven parameters considered to be attractive to community-based tourism, which are: conservation unit, water, forest, culture, public gathering space, tourism-associated production and hospitality. The methodology of the World Tourism Organization and

the Inter-American Tourism Training Center for ranking tourist attractions provided the foundation for the selection of indicators: potential attractiveness, level of current use, representativeness, local community support, land conservation status, infrastructure and access. These data, analyzed and scored within a range, allowed the classification of attractions into those that do not characterize and those that characterize the activity studied, the latter capable of being turned into tourism products and those which are already seen as products of community-based tourism. The data analysis sought to understand the importance that certain attractions have in relation to community-based tourism such as the existence of public gathering spaces, cultural events and hospitality. The indicators that highlighted the essence of the activity were the attractiveness potential, representativeness and local community support. For the case in study, which was defined in five regions denominated clusters of community-based tourism, we found that all regions have attractions that can be turned into products. The development of these products based on the management of these attractions will make the region's potential to be recognized with the benefits of commerce, thus closing the tourism production chain. The ranking of attractions, as a consequence of these matrices, enables prioritizing actions for the region of Serra do Brigadeiro, establishing routes of community-based tourism and rural tourism in family farming according to the Brazil Itineraries Program of the Federal Government. Finally, the relationships between parameters and their indicators show the need to develop a distinct approach for each area examined, highlighting their complexity and the need for a behavioral analysis through the perception of subjectivities.

1. INTRODUÇÃO

O turismo trabalhado na agricultura familiar pode complementar a renda através da comercialização de produtos e serviços diretamente ao visitante dentro da propriedade rural. Diante desse cenário, o turismo possibilita a valorização da família agricultora, uma vez que a sua cultura torna-se o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da auto-estima da população.

Os benefícios sociais da atividade turística refletem-se na mobilização da ruralidade, e na necessidade das famílias agricultoras manterem sua identidade e autenticidade. É possibilitado um resgate de valores, como: orgulhar-se de seus antepassados, lembrar histórias, reutilizar a culinária, mostrar utensílios antigos, seu modo de falar, suas vestimentas, seu saber. O turismo no meio rural da agricultura familiar propõe o uso racional dos recursos naturais, sua preservação, conservação e recuperação, visto que estes recursos passam a ser atrativos turísticos (BRASIL, 2004a).

Considerando que o turismo não é mais uma atividade de trabalho ideal e não poluidora, seus potencialmente devastadores impactos foram bem documentados e são a crescente preocupação de governos, organizações e do público em geral (MORAES, 2000). Conseqüentemente, agora é a hora em que os planejadores e gestores do turismo devem se preocupar sobre como planejar e promover a legitimidade a longo prazo daquilo que é oferecido aos visitantes sem comprometer a qualidade do meio ambiente e a autenticidade das diversas culturas (BRASIL, 2003a).

Para criar condições propícias ao desenvolvimento deste turismo responsável, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Turismo e os parceiros,

trabalham de forma integrada. Este trabalho utiliza de toda atividade turística no meio rural como fator de mobilização, para proporcionar retorno financeiro e melhores condições de vida aos produtores, famílias e comunidades rurais.

O território nacional, pela sua diversidade cultural, étnica, ambiental e social, bem como pelas suas condições geográficas, apresenta propostas turísticas regionais que estão sendo formatadas e apresentadas ao público pelos agricultores familiares e suas organizações representativas (EMBRATUR, 2002).

Segundo o plano de desenvolvimento territorial da Serra do Brigadeiro (CTA-ZM, 2004), foi definido o turismo rural como um dos eixos estratégicos de ação nas comunidades do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Esta definição pretende explorar o potencial turístico da referida unidade de conservação e do Território de maneira a promover a qualidade de vida das comunidades, sem, no entanto, descaracterizá-las e/ou desrespeitá-las. O benefício deve ser para todos os municípios, permitindo e facilitando a circulação de recursos dentro do território, com o intuito de gerar ocupações rentáveis aos moradores/as e visando o desenvolvimento econômico, social e ambiental do mesmo.

Aproximando-se ainda mais da realidade turística da Serra do Brigadeiro, surgiu o Turismo Baseado na Comunidade – TBC, apresentado pelo UNCTAD/WTO (2005) reconhecido em Catmandu, no Nepal, como “Uma interação visitante/anfitrião, cuja participação é significativa para ambos e gera benefícios econômicos e de preservação para as comunidades e o meio ambiente local”.

Com relação às práticas turísticas em pequenas comunidades e o incremento das atividades turísticas apoiado por políticas públicas, estas não trouxeram os benefícios potenciais prometidos para as populações locais. Essa constatação (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009) leva os autores a questionar tais práticas e as políticas públicas que as sustentam como: a quem interessam? Quem são seus efetivos beneficiários? Não haveria um modelo alternativo? Estes questionamentos ocorrem principalmente em regiões onde a atividade turística vem sendo desenvolvida sem as devidas ações técnicas e reconhecidas pelo título de regiões com potencial turístico.

A expressão “potencial turístico” vem permeando não apenas os discursos político e publicitário, mas também o acadêmico, que propagam esse conceito, banalizando-o. Segundo Bissoli (2000), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, visa conscientizar os municípios sobre o fato de que somente possuir atrativos ou potencial turístico não é suficiente para que a atividade cresça.

O termo disseminado “potencial turístico”, diz respeito a uma “característica natural” que a localidade possuiria e que, por si só, garantiria o desenvolvimento turístico. Com esta visão o planejamento seria desnecessário, pois já existiriam na localidade as condições necessárias para que o turismo acontecesse independentemente de ações.

De qualquer forma, a idéia de potencialidade se apresenta comumente na bibliografia turística. Tem-se, que a popularização do termo “potencial turístico” ocorre pela falta de conceitos mais precisos dessa expressão e da pouca possibilidade de se avaliar de forma clara esse “potencial” com os métodos e instrumentos até agora criados para tal finalidade.

Essas discrepâncias entre potencial e real pode provocar superdimensionamento dos projetos, resultando impactos negativos para o meio ambiente. Assim, uma percepção errônea das características e das especificidades do território pode emperrar a elaboração de uma oferta turística local sustentável. Nesse sentido, Matheus (2003) e Almeida (2006), citam a importância de se conhecer a realidade quanto ao potencial turístico, ao detectar que a ótica errada deste potencial pode resultar impactos negativos para o meio ambiente.

Segundo Irving (2002), este modelo de turismo vigente é um dos principais obstáculos para a promoção da participação efetiva dos atores sociais em projetos turísticos. Mas, com uma nova ordem mundial de desenvolvimento em busca da sustentabilidade econômica, ambiental, sócio-cultural, o turismo passa a exigir a incorporação de outra forma de pensar. É hora de vivenciarmos a democratização de oportunidades e benefícios com a configuração de um novo modelo de implementação de projetos turísticos, centrados em parceria, co-responsabilidade e participação.

Nesse sentido, estudos sobre indicadores são utilizados como uma das técnicas para se conhecer de fato o estágio em que se encontram os produtos e serviços turísticos. Filetto (2007) e Costa (2010) em estudos recentes sobre indicadores, constata o seu poder de sintetizar conjuntos complexos de informações turísticas, e, apresentar significados relevantes dos aspectos analisados.

Com esta pesquisa, ajustou-se a metodologia sobre hierarquização de atrativos turísticos do Programa de Regionalização Turística do Brasil com base na metodologia da CICATUR, segundo Brasil (2005a). Essa metodologia permite, a partir de critérios técnicos, identificar as qualidades e valores específicos de cada atrativo, bem como a

natureza e os elementos que exercem influência ou podem vir a influenciar no aproveitamento turístico de cada um.

Complementando os estudos de ajustes para a matriz, utilizou-se o mapeamento elaborado por Sansolo e Bursztyn (2009), que identificaram certas similaridades de atrativos entre diversos projetos pesquisados, sendo os principais: proximidade de áreas protegidas; proximidade da água enquanto atrativo de balneabilidade; festas populares no calendário de eventos; espaços de encontro e convivências para compartilharem seu dia a dia; envolvimento eficiente entre comunidades receptoras e ONG's; sistema de hospedagem domiciliar administrado pela família; produtos comercializados de produção local; existência de atividades de planejamento do turismo de base comunitária realizadas pelas populações envolvidas.

A pesquisa utilizou o projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária por meio da observação participante. Esta técnica se caracteriza por permiti captar significações e experiências subjetivas dos envolvidos no momento que os fatos acontecem, sem para tanto, intervir no processo metodológico do projeto (HAGUETTE, 1987). Este projeto é desenvolvido pelas Entidades do Centro de Estudos e Pesquisas de Promoção Cultural - CEPEC e a Associação dos Amigos de Iracambi que se associaram para desenvolver uma proposta de turismo no Território da Serra do Brigadeiro.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral foi estabelecer o ordenamento dos atrativos que possibilitará o planejamento e gestão do turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

Para se atingir esse objetivo geral, foram trabalhados os seguintes objetivos específicos:

- Criar matrizes que correlacione indicadores com atrativos por meio de índices que possibilitam analisar a atratividade do turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro;
- Analisar os atrativos turísticos selecionados do Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro, como produtos passíveis de serem roteirizados;
- Conhecer a contribuição dos indicadores trabalhados para caracterizar a atratividade do turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

O desenvolvimento da pesquisa se torna relevante com a aplicação desta matriz permitindo responder a seguinte hipótese:

Hipótese = Os atrativos estudados são instrumentos apropriados para caracterizar a atratividade do turismo de base comunitária na área de estudo.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

3.1. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil

A roteirização turística foi adotada pelo Ministério do Turismo no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil como uma das estratégias para atingir alguns dos objetivos específicos estabelecidos pelo Plano Nacional do Turismo 2003-2007, quais sejam: diversificar a oferta turística e estruturar os destinos turísticos. Segundo o Ministério do Turismo, a regionalização do turismo é um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões (BRASIL, 2005b). Conforme o documento, regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada. O documento incorpora, também, o ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais como estratégico, dado que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, micro e pequenas empresas, no estado de bem-estar das populações (BRASIL, 2004a).

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2004a), adotar o modelo de regionalização do turismo exige novas posturas e estratégias na gestão das políticas sociais com mudanças de relacionamento entre o poder público e a sociedade

civil. Um entendimento desta divisão administrativa adotada no país possibilita ações integradas entre municípios e estados.

Com este programa, o governo federal busca dotar as instâncias de governança de uma visão mais abrangente da atividade por meio de ações inseridas em toda a cadeia produtiva do turismo. Estas ações permitirão reconhecer as regiões, enquanto destinos turísticos capazes de comercializarem seus respectivos produtos turísticos, para que, de fato, o termo potencial seja explorado, trazendo benefícios dentro do macro setor de serviço que se enquadra a atividade turística.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil deriva do Macroprograma 4 do Plano Nacional do Turismo 2003-2007 e deve orientar a ação executiva de acordo com as seguintes diretrizes (BRASIL, 2004a):

- Ordenamento, normatização e regulação;
- Informação e comunicação;
- Envolvimento comunitário;
- Capacitação;
- Incentivo e financiamento;
- Infraestrutura;
- Promoção e comercialização.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil tem o intuito de organizar e integrar a oferta turística, descrita em um documento para a elaboração de roteiros turísticos (BRASIL, 2005a) que apresenta definições, como:

- Região turística: espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território;
- Produto turístico: conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, ofertado de forma organizada por um determinado preço;
- Roteiro turístico: itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade. É definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística;
- Destino turístico: local, cidade, região ou país para onde se movimentam os fluxos turísticos.

Conforme o referido documento, uma região pode contemplar um ou vários roteiros ao mesmo tempo, um roteiro turístico pode perpassar uma ou várias regiões; os roteiros e os destinos turísticos podem constituir um produto turístico.

Assim, a roteirização é definida como “o processo que estrutura a oferta de uma região, em um produto rentável e comercialmente viável” (BRASIL, 2005a).

Segundo Almeida (2006), a roteirização deve possuir um caráter participativo, estimular a integração e o compromisso dos envolvidos no processo para constituir-se em um instrumento de inclusão social, resgate e preservação dos valores culturais e ambientais existentes.

Segundo Brasil (2005a), os seguintes passos do processo de roteirização são necessários:

- Envolvimento dos atores;
- Definição de competências e funções;
- Avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos;
- Análise de mercado e definição de segmentos;
- Identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos;
- Elaboração de roteiro específico;
- Levantamento das ações necessárias para implementação do roteiro turístico;
- Precificação e teste do roteiro turístico;
- Qualificação dos serviços turísticos; promoção e comercialização;
- Monitoria e avaliação.

Com base nesses preceitos, a roteirização se dá após o reconhecimento e a caracterização da atividade turística a ser desenvolvida na respectiva região (ALMEIDA, 2006). Por conseguinte, essa atividade turística reconhecida é a aptidão social, econômica e ambiental para o desenvolvimento. Nos termos turísticos, a aptidão é similar a atrativos turísticos, que trabalhados, serão ajustados em produtos turísticos classificados em várias modalidades para atingir públicos consumidores afins. Nesse sentido, é necessário também reconhecer a tipologia das atividades turísticas mais abrangentes que ocorrem no espaço rural, de forma a proporcionar a segmentação do consumidor e, por conseguinte, o produto turístico. Como objeto desta pesquisa, a modalidade a ser trabalhada de acordo com esta segmentação, será o turismo de base comunitária, que traduz uma maior afinidade com o Território da Serra do Brigadeiro e seus visitantes.

3.2. Classificação do turismo no espaço rural

Com o intuito de discutir de forma analítica a evolução da atividade turística no espaço rural, são analisadas algumas tendências que vêm proporcionando segmentos do mercado consumidor. As classificações apresentadas da atividade turística nascem, se assim pode-se dizer, do ecoturismo, que por sua vez originou as várias facetas do turismo no espaço rural. As recém tendências do TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar e do TBC – Turismo de Base Comunitária/Turismo Solidário são as segmentações também do ecoturismo e do turismo rural.

Em suma, o que irá caracterizar a classificação turística são os tipos de atividades trabalhadas em cada categoria, aliados ao ambiente onde a mesma é praticada. Portanto, esta classificação é uma estratégia de “marketing” para aproximar o produto do consumidor.

Estas tendências fazem com que o turismo na Serra do Brigadeiro se enquadre dentro deste novo mercado turístico.

3.3. Turismo rural na agricultura familiar

As transformações ocorridas no espaço rural brasileiro, principalmente no que se refere às relações e formas de trabalho, têm permitido aos agricultores familiares¹ a possibilidade do aumento da renda familiar. A notoriedade dessas transformações tem chamado a atenção de várias áreas e setores, especialmente da área acadêmica, a qual vem analisando essas novas relações.

Tais transformações apontam para a abertura de um processo produtivo rural, o qual abre espaço para a consolidação de atividades, como o turismo, que, embora recente no meio rural brasileiro, vem insurgindo também na agricultura familiar.

¹ No enquadramento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), são considerados agricultores familiares os produtores rurais que atendam aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos, quando se tratar de pecuarista familiar; no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; o trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento. (Manual Operacional do Plano Safra da Agricultura familiar 2003/2004).

Uma das características do turismo é permitir a valorização dos aspectos naturais, culturais e da atividade produtiva das comunidades familiares, estimulando a recuperação e conservação da economia local.

O baixo nível de renda entre os agricultores e o desaparecimento de seus hábitos e costumes para absorver costumes urbanos têm como uma das consequências o êxodo rural. Com este quadro, o turismo possibilita a valorização da agricultura familiar, uma vez que a sua cultura torna-se o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da auto-estima da população.

O espaço rural abriga as mais diferentes experiências, formas e atividades turísticas, no que se refere ao porte, ao tipo de equipamentos e serviços e aos atrativos que podem caracterizar um segmento turístico (BRASIL, 2003b).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, de forma participativa e democrática, define turismo rural como: “conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2003a). O Ministério do Turismo, nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, acata também essa definição e, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, desenvolve projetos vinculados ao Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Surge daí a noção de Turismo Rural na Agricultura Familiar, entendido como:

a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (BRASIL, 2003a).

O Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF ocorre em determinadas regiões como produto das iniciativas dos agricultores com apoio de entidades ligadas à assistência técnica e extensão rural e a entidades da sociedade civil, em organizações comunitárias, formais e informais, gerando novas formas de trabalhos e negócios diversificados.

No que se refere à oferta de produtos transformados, de origem animal (queijo, leite, embutidos) e de origem vegetal (doces, conservas, pães) oferecidos aos visitantes, a atratividade reside também no processo de produção (Brasil, 2008). Pode-se enquadrar

a produção e comercialização de artesanato originado de produtos e elementos naturais locais para agregar valor à atividade turística. A identificação desses produtos com a cultura local, com os elementos da terra, com as características histórico-geográficas de território é que justificam o envolvimento dos atores desta atividade turística estarem inseridos na ruralidade da agricultura familiar.

Quanto à produção rural, o Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF caracteriza-se pela utilização das atividades produtivas da propriedade como atrativo turístico principal, sob a forma de demonstrações, explicações e vivência das técnicas utilizadas, em que o turista também pode interagir como parte do processo (Brasil, 2008). Das inúmeras atividades recreativas, várias podem ser praticadas nas unidades familiares, desde que estejam associadas com o conjunto de práticas que caracterizam o meio rural, como pesca, pesque-pague, cavalgadas, caminhadas, passeios de barco, banhos em rios, lagos, represas, cachoeiras, atividades lúdicas em geral (BRASIL, 2003a).

A cultura local é elemento-base do TRAF, destacando-se as manifestações folclóricas, causos, lendas, músicas, trabalhos manuais, artesanato, arquitetura (casas, galpões, moinhos, armazéns, adegas, pontes), antiguidades, inclusive maquinário e instrumentos agrícolas e do lar, entre outros (BRASIL, 2003a).

Em Brasil (2008), dentre os serviços turísticos, destacam-se os de alimentação e de hospedagem. O primeiro consiste na oferta de produtos típicos da gastronomia local ou de preparo especial, sempre no contexto de valorização e resgate cultural de receitas e preparos em desuso ou quase esquecidos. Nos estabelecimentos de hospedagem (pousadas, pensões, hospedarias, residências de agricultores, acampamentos/*camping*), com o atendimento tipicamente familiar, a rusticidade comum do meio e a manutenção das características arquitetônicas e decorativas dão o toque da cultura rural, com conforto, calor humano e qualidade.

3.4. Ecoturismo

A atividade de ecoturismo busca priorizar a relação do turista com a natureza de forma a se levar benefícios sociais, culturais e financeiros para onde é praticado de forma planejada. Assim, a atividade surge também como uma oportunidade de gerar receitas para financiar a preservação da natureza e valorizar os recursos naturais. A forma como essas receitas podem efetivamente subsidiar a preservação e de que

maneira se pode atribuir um valor monetário aos recursos naturais é o grande desafio dessa atividade turística.

Todas as épocas da história da humanidade estão pontuadas de iniciativas e feitos que dão conta do interesse humano pela natureza, em seus diversos sentidos, desde sua exploração e aproveitamento até seu desfrute pessoal com benefícios. Em sua essência essas iniciativas autorizam a tomá-las como antecedentes remotos do que atualmente se concebe como turismo de natureza (PIRES, 2002).

As viagens às regiões longínquas sempre estiveram presentes entre as necessidades do homem que, permeado de certa curiosidade, possuía hábitos “alternativos” de viagens à natureza que remontam a mais de dois milênios. Com o estudo de Pires (2002), verificou-se que desde os primórdios gregos encontram-se registros a respeito de personagens conhecidos que viveram nesse período, como por exemplo Heródoto, historiador grego, que viajava para conhecer outros povos, mas também se interessava pelos aspectos ambientais das regiões visitadas; Aristóteles, filósofo grego, estudou também ciências naturais em suas viagens no mar Egeu, verificando em suas ações o intenso desejo de observar o ambiente natural e cultural do mundo em que viviam. Da mesma forma se destaca Marco Pólo, o viajante veneziano, em sua jornada aventureira para o Oriente entre 1271 e 1275, além de outros viajantes da mesma estirpe e dele contemporâneos.

Trata-se de viagens realizadas por pessoas diferentes, movidas pela grande determinação em enfrentar privações e dificuldades, na tentativa de satisfazer suas curiosidades (científicas ou não) e realizar empreitadas aventureiras em destinos longínquos e primitivos (PIRES, 2002)

Portanto, no contexto histórico do turismo, podem-se identificar nesses fatos as possíveis origens do ecoturismo e os cenários de partida para a abordagem de sua evolução.

No entanto, pode-se perceber que o turismo, em si, era um privilégio restrito às elites sociais de então e de algumas pessoas com interesses especiais no campo da aventura e da pesquisa. Os acontecimentos a partir da segunda metade do século XIX indicam o anseio de uma sociedade recém-urbanizada e industrializada por alternativas de um lazer vivenciado na natureza, que resultará num fenômeno de viagem com larga abrangência e repercussão econômica e social.

Desse modo, tomam-se as palavras de Ceballos-Lascuráin (1999), “o ecoturismo explodiu no mundo das viagens como um verdadeiro maremoto, porém suas origens são

definitivamente mais evolutivas que revolucionárias”. Contudo, de acordo com a análise de Pires (2002) em que afirma que as raízes do ecoturismo encontram-se no turismo ao ar livre, acredita-se que se pode ir mais longe, suas raízes encontram-se nas viagens a áreas remotas.

A fase histórica que se segue ao processo de industrialização, possibilitou o crescimento das viagens de tal forma que mais recentemente, até o final do século XX, assistiu-se à produção de viagens em massa, à invasão das localidades turísticas e degradação dos recursos naturais. Verifica-se que à idéia inicial de desfrute, contato e curiosidade sobre a natureza, seguiu-se à sua invasão e exploração a qualquer custo.

Atualmente, os padrões de viagens às áreas naturais estão novamente em transformação. Retoma-se uma maior preocupação com a qualidade ambiental dos locais, insere-se a questão social e econômica, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável. Novamente, tem-se a preocupação da pesquisa, métodos e experiência na condução das atividades realizadas nessas áreas, que são buscadas não somente para recreação, como também para educação, pesquisa, espiritualidade, saúde, esporte, entre outras.

O mercado turístico global pode ser dividido em três grandes categorias, dependendo do objetivo da viagem (EMBRATUR, 1994):

- Negócios;
- Visitas a parentes e amigos;
- Férias e Lazer.

A categoria “Férias e Lazer” pode ainda ser separada em “Viagens Tradicionais” e “Viagens Especializadas”. As viagens tradicionais representam fluxos massivos de turistas para locais com uma infraestrutura bastante densa e desenvolvida. As viagens especializadas representam fluxos turísticos de dimensão menor para áreas pouco desenvolvidas com valores ambientais e/ou culturais expressivos; tanto as viagens tradicionais como as especializadas podem ainda se subdividir em “Viagens Não Orientadas para a Natureza” e “Viagens Orientadas para a Natureza” – esta última fez surgir o ecoturismo.

O crescimento continuado desse segmento turístico pode ser melhor compreendido quando se analisa quais os fatores que influenciam a demanda. Há três fatores principais de crescimento a considerar:

- Crescimento global do turismo;
- Crescimento do segmento “Viagens Especializadas”;

- Crescente conscientização ambiental.

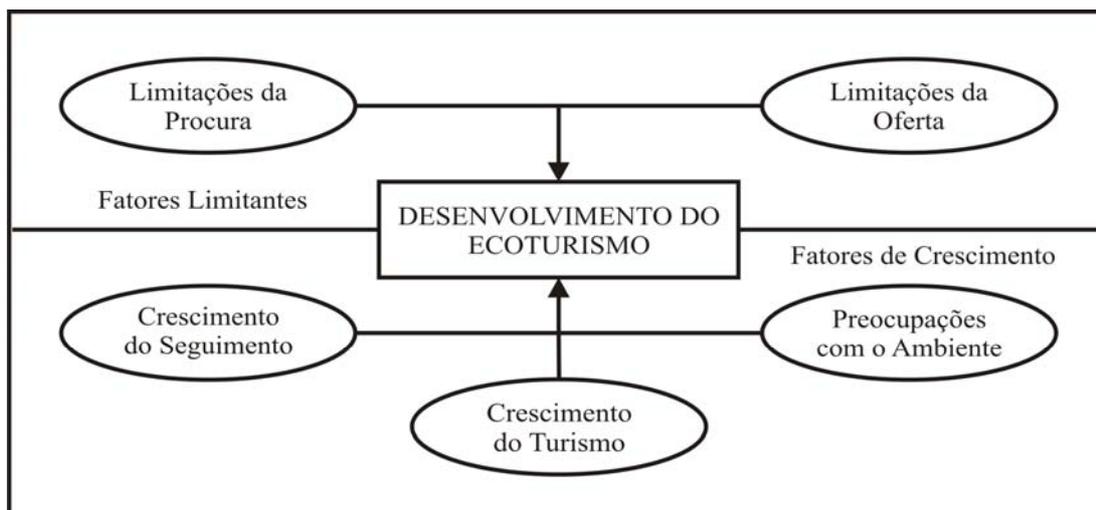
O crescimento global do turismo é influenciado pelo crescimento populacional, aumento do rendimento e emprego das famílias, diminuição da semana de trabalho em alguns países e pela crescente globalização da economia e da sociedade. Por outro lado, os avanços tecnológicos permitiram facilidades de comunicação e de transporte, permitindo a redução dos preços das passagens aéreas. Finalmente, há de se considerar mudanças de atitudes induzidas por alterações culturais.

O crescimento do segmento “Viagens Especializadas” é devido essencialmente à crescente preocupação com a saúde e o bem-estar, fazendo aumentar a necessidade por espaços ao ar livre. Adicionalmente, muitos destinos tradicionais atingiram o seu ponto de saturação, fazendo com que os operadores turísticos começassem a comercializar destinos mais exóticos, para proporcionar aos consumidores um escape ao turismo de massas. Por último lugar, os turistas alteraram os seus objetivos de férias, que passaram a ser não só divertimento e descanso, mas também enriquecimento e valorização cultural e pessoal.

A crescente conscientização do segmento da sociedade relativamente aos problemas do ambiente tem influência no crescimento da demanda por atividades ecoturísticas. De fato, há uma percepção mundial crescente, acerca da necessidade urgente de proteção e recuperação dos recursos naturais. A disseminação da ética conservacionista liderada por grupos ambientalistas, facções políticas e meios de comunicação está, na realidade, a influenciar a escolha dos destinos (ECOPLANNET INSTITUTE, 1994-a). Os turistas desejam contribuir para a manutenção de meios que utilizam o patrimônio natural e cultural possibilitando a interdependência entre turismo e meio ambiente, o apoio a causa ambientalista e a preservação das áreas ameaçadas entre outras causas.

O segmento “Viagens Especiais” é também afetado por fatores limitantes que diminuem a demanda e condicionam a oferta. A Figura 1 mostra os fatores de crescimento e de limitação da atividade de ecoturismo.

A diminuição da demanda pode ser induzida pela percepção de falta de segurança nos países de destino. Outro fator limitativo é a capacidade de carga da área, uma vez que os ecoturistas são motivados pelo isolamento, fuga do ambiente urbano, natureza e conhecimento de áreas pouco desenvolvidas.



Fonte: EMBRATUR, (1994).

Figura 1 - Fatores limitantes e de crescimento do ecoturismo.

O surgimento de destinos ecoturísticos depende essencialmente da existência e criação de áreas de elevado valor ecológico e da forma como estas são geridas e desenvolvidas, bem como da existência de infraestruturas de acolhimento e de recursos humanos capacitados (MORAES, 2000).

Nos países em vias de desenvolvimento, o turismo dirigido para áreas naturais – ecoturismo – está se convertendo em uma atividade cada vez mais popular, pois os visitantes, tanto nacionais como internacionais, ocupam esses lugares especiais, ECOPLANNETE INSTITUTE, (1994-a). Para os conservacionistas, esse crescimento é causa tanto de entusiasmo como de preocupação.

O ecoturismo pode gerar ingressos altamente necessários para as economias local e regional, uma maior consciência sobre a importância da conservação ambiental, assim como novos incentivos para que os governos e habitantes dentro e fora dessas áreas preservem-na (MORAES, 2000). Ao mesmo tempo, o fluxo turístico imposto sobre os ecossistemas pode destruir as atrações e os pilares de sustentação da economia local. Para tanto, o sábio desenvolvimento do ecoturismo representa um enorme desafio.

Neste sentido, pouco se tem compreendido acerca dos custos potenciais econômicos e ambientais da atividade. Não existem concretamente diretrizes para assegurar que os investimentos derivados do ecoturismo permaneçam nessas áreas de relevante valor ecológico com a população local.

Os aspectos positivos gerais do ecoturismo oferecem oportunidades para expandir a economia de uma região a um custo relativamente baixo. Pode-se citar: uma

indústria de crescimento, portanto, altamente desejável em uma região; é um mercado aberto e conta com poucas normas protecionistas de mercado; é uma atividade que tem uma abrangência de ação de alta escala; ocorre em áreas e regiões periféricas e isoladas, estimulando a economia ECOPLANNETE INSTITUTE, (1994).

Os aspectos negativos gerais do ecoturismo também são evidentes, devido a sua instabilidade de sazonalidade; quando se retrata grande fluxo de turistas se evidencia grande degradação ambiental, devido à dificuldade de se estabelecer o equilíbrio da relação custo/benefício ECOPLANNETE INSTITUTE, (1994).

Há, no entanto, consenso entre os empresários de que esse é um mercado em franca expansão, sendo estimado o seu crescimento em cerca de 20% ao ano, conforme resultados obtidos em entrevistas realizadas junto a operadores turísticos especializados e na observação do crescimento de agências operadoras de ecoturismo (EMBRATUR, 1998).

Este crescimento faz surgir no mercado, opções de viagens diferenciadas que buscam retratar destinos turísticos com mais opções de atividades. Estas novas atividades caracterizam a proposta do turismo de base comunitária.

3.5. Turismo de Base Comunitária - TBC

O turismo é produto simultâneo do ócio e do trabalho. É produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, mas restritas a poucos. Ele se tornou um novo setor da economia mundial e uma prática social a partir da segunda metade do século XX. A expansão do capitalismo, do desenvolvimento das tecnologias, da divisão social e internacional do trabalho e da reivindicação dos trabalhadores por tempo livre contribuiu com esta evolução. Desde então, vem passando por transformações que acompanham as tendências da economia mundial.

Segundo Rodrigues (1996), o tempo livre foi apropriado e transformado em mercadoria pela sociedade de consumo, perdendo sua qualidade de tempo social. Gallero (1996) reforça que a idéia de lazer-consumo está de tal forma presente na vida das pessoas que esse tempo livre, deveria ser o do exercício da liberdade, convertido no melhor exemplo de dependência cultural.

Se assim o fosse, ter-se-ia possibilidades de melhores envolvimento no seu dia a dia, não só enquanto turista, viajante ou visitante, mas também como cidadão capaz de transformar a si e a sua volta.

Sob outra ótica, o lobby para a expansão da atividade turística tem-se pautado no discurso da geração de emprego e renda, aumento de divisas para os países e como fator gerador de desenvolvimento. A maior consequência é uma explosão do setor em todos os níveis. Isso é tão verdadeiro que, segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), o turismo é a primeira fonte de divisas em mais de um terço dos países do mundo, estando entre as cinco primeiras categorias de exportação em 83% dos países; gerando de 3% a 5% do PIB mundial, e contribuindo diretamente para o emprego de 200 milhões de pessoas (PINCE, 2007). No Brasil, o setor representou o quinto item da pauta de exportações, tendo um crescimento de mais de 14% no total de divisas que ingressaram no país em 2007, comparados a 2006 (WTO, 2008).

Os dados mostram que o turismo é um dos maiores mercados do mundo, e vem promovendo vantagens econômicas consideráveis. Entretanto, é importante salientar que o crescimento do setor turístico não determina retorno econômico e social para os locais que o acolhem. Por exemplo, os países do Sul não recolhem mais do que $\frac{1}{4}$ do dinheiro gasto durante a vinda de turistas, sendo os outros $\frac{3}{4}$ distribuídos entre as agências de viagens, companhias aéreas, hotéis e outras empresas internacionais (PINCE, 2007). Isso é consequência de um modelo de “mau desenvolvimento” (SACHS, 2007), no qual as desigualdades na distribuição da riqueza reforçam as diferenças sociais e econômicas, dificultando as iniciativas endógenas capazes de promover um outro modelo de desenvolvimento.

Pela necessidade de se pensar o desenvolvimento turístico global, comprometido com as questões sociais e ambientais, e baseado em princípios éticos, o turismo deve partir da premissa que nem a conservação dos recursos naturais, nem os lucros empresariais devem impedir as populações locais de terem acesso aos benefícios gerados por este desenvolvimento.

No entanto, a realidade nos leva a considerar, que estratégias de planejamento turístico vem minimizando os direitos e possibilidades às comunidades receptoras de se beneficiarem da atividade.

Uma alternativa para reverter este quadro e possibilitar o envolvimento das populações anfitriãs a serem as reais beneficiárias, pode ser o turismo de base comunitária, que o WWF (2001) define como:

Turismo comunitário ou de base comunitária é aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, os projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.

Para Benevides (2002), a viabilidade de realizar o desenvolvimento local através da atividade turística dependeria da equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; manutenção da identidade cultural; geração de ocupações produtivas de renda; desenvolvimento participativo; e qualidade de vida.

O turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização, frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista (SAMPAIO, 2005). Com esta percepção é apresentada uma estratégia para que comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida e se envolvam com a proposta do turismo de base comunitária. Essas comunidades são definidas por critérios geográficos, como um território isolado compartilhando costumes, usos e tradições, ou por funções socioeconômicas, variando por modos de produção e distribuição (GEERTZ, 1989; BARRETO, 2004).

As comunidades e seus modos de vida contextualizados se expressam como extrativistas, pesqueiras artesanais, agricultor/as, indígenas, quilombolas, caiçaras e tantas outras. O que estabelece o seu principal atrativo para o turismo comunitário é o compartilhamento solidário, característica essa que se tornou diferente dentro da concepção materialista. A relação social com seu interesse pelo outro, pelo diferente, pela autenticidade no seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre tantos, respeita a simplicidade existente nas comunidades tradicionais.

Desta forma Irving (2005), vê o desenvolvimento do turismo de base comunitária a partir de critérios e prioridades pautadas nos interesses das comunidades autóctones, fomentando a construção de sistemas produtivos localizados no fortalecimento de atividades tradicionais, existentes no conceito de território.

Este pensamento vai de encontro ao de Mielke (2010), quando cita que o planejamento desta nova atividade turística deve possibilitar a geração de trabalho e renda promovendo a interação e cooperação entre os atores locais, produzindo um valor agregado intangível.

Silva, Ramiro e Teixeira (2009), sobre turismo de base comunitária, propõem que sejam utilizadas, de forma sinérgica, as potencialidades do atrativo para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida local. A valorização da cultura e a preservação do meio ambiente evitam que o crescimento do turismo provoque uma concentração desordenada do capital produtivo e social.

Este desenvolvimento local, segundo Irving (2009) é resultado do sentimento de pertencimento dos atores sociais envolvidos e do poder de influência sobre os processos decisórios que estes possuem, promovendo de fato a superação de problemas, proporcionando soluções inovadoras e criativas para a realidade local.

O turismo comunitário tem como eixo norteador integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a princípio não o diferencia das modalidades de turismo rural, agroturismo e ecoturismo. Um destes princípios que o diferencia é entender a atividade turística como um subsistema interconectado a outros subsistemas, como educação, saúde e modo de vida.

Segundo Maldonado (2009), o patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Com essas particularidades, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e seu entorno, constituem o Território da Serra do Brigadeiro. Neste território, a comunidade expressa seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza. Como consequência dessas expressões, o turismo abre vastas perspectivas para a valorização do acervo do patrimônio comunitário. Continuando, Maldonado (2009) diz que diversas avaliações têm mostrado que, graças ao turismo, as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial de seus bens patrimoniais, ou seja, do conjunto de recursos humanos, culturais e naturais, incluindo formas inovadoras de gestão de seus territórios.

Os adeptos do turismo de natureza apresentam uma variedade de objetivos sociais, culturais e ambientais. Os estímulos ambientais se referem também à contemplação, os sociais, à interação com os residentes, e os culturais, à valorização de bens imateriais, (MORAES, 2001). Assim, estabelece-se uma relação de troca de saberes e viveres que são matéria-prima para a atividade de turismo de base comunitária.

Jain e Lama (2000) sugerem que o turismo de base comunitária pode tomar outras formas tais como: “A valorização de atividades turísticas existentes baseando-se

nos bens naturais e culturais, resultando num aumento de receitas e de rendimentos para as comunidades locais e em incentivos para a preservação de recursos”.

O Programa de Redução da Pobreza pela Exportação – PRPE (Export-Led Poverty Reduction Programme), do International Trade Center – ITC (Centro de Comércio Internacional) é um programa que aspira ao aumento da capacidade empreendedora de produtores e prestadores de serviços nas comunidades (UNCTAD/WTO, 2005). O objetivo final do PRPE é aumentar o nível de vida das comunidades tradicionais desfavorecidas, tendo igualmente por objetivo o aumento da qualidade e da quantidade da produção e dos serviços oferecidos pelas comunidades locais, ao passo que responde às necessidades dos principais mercados internacionais e nacionais.

Os sete módulos de formação do TBC (Figura 2), conforme UNCTAD/WTO (2005), no Programa de Redução da Pobreza pela Exportação - PRPE identificaram o Turismo Baseado na Comunidade - TBC como um dos setores nos quais as comunidades podem participar na cadeia produtiva de atividades comerciais/serviços, relacionadas com o turismo.



Fonte: International Trade Center - UNCTAD/WTO (2005).

Figura 2 - Receitas para o sucesso do Turismo de Base Comunitária (TBC) no Programa de Redução da Pobreza pela Exportação - PRPE.

Sob o enfoque econômico, o consumidor tem como objetivo primordial a obtenção da máxima satisfação de seus gastos, através da escolha da melhor combinação possível dos produtos turísticos. Sob outra ótica, a demanda também avalia a oferta desses produtos, no momento em que esses consumidores não praticam, não exercem, não atuam, não vivenciam o ambiente em que foram produzidos tais produtos. Nessa intercessão negativa, não se está praticando o turismo de base comunitária, pois não se está interagindo com a produção desses bens e serviços.

Assim, explica Brown (2005), uma das finalidades do comportamento do cliente tendo em vista suas decisões de compra, está a disposição do mercado turístico em oferecer bens e serviços voltados para sua necessidade e expectativa de consumir.

O envolvimento das comunidades nas etapas da operacionalização e organização deste mercado, dentro da categoria do turismo de base comunitária permite encontrar particularidades nas regiões. Esse envolvimento comunitário permite um empoderamento capaz de atrair turistas com um grau de interesse motivado para vivenciar trocas de saberes de uma cultura em que o pertencimento de suas tradições é um atrativo relevante para os roteiros turísticos.

Nessa fase de envolvimento e empoderamento comunitário, aparece a empresa comunitária, que segundo Maldonado (2009), é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. Assim, a finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção, conclui o autor. Ramiro (2010), reitera que com a proposta do desenvolvimento do turismo de base comunitária pode ser trabalhado a construção de projetos de economia solidária.

Com base no exposto, existem várias entidades que desenvolve esse tipo de turismo, sendo que, no Brasil, muitas trabalham em rede, como forma de potencializar suas ações e se fazer presente em vários momentos de discussão para a sustentabilidade do turismo. São elas a Rede TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar, a Rede TURISOL – Turismo Solidário e a Rede TUCUM – Turismo Comunitário do Ceará, esta inserida na Rede TURISOL.

3.6. Rede Turismo Rural na Agricultura Familiar – Rede TRAF²

A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no detalhamento de seu plano para o período de 2003 a 2006, define os seguintes princípios básicos para o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar:

- A prática do associativismo;
- A inclusão das famílias agricultoras e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
- A gestão social da atividade, com prioridade para a interação das famílias agricultoras e suas organizações;
- O estabelecimento das parcerias institucionais;
- A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do turismo rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas;
- A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;
- A descentralização do planejamento e gestão deste Programa.

A Rede debate questões relevantes para o desenvolvimento do TRAF de forma a subsidiar o poder público na definição de políticas, na sua implementação e no planejamento governamental e integrado das atividades executadas pelas instituições de apoio ao TRAF. Complementando as atuações e servindo como canal de articulação permanente entre os interessados no desenvolvimento do TRAF, a Rede articula intercâmbio de experiências entre os atores envolvidos.

A Rede TRAF é integrada por representantes de instituições governamentais e não governamentais e de representantes de organizações de agricultores com atuação no TRAF.

As diretrizes da Rede podem ser assim definidas:

- Potencializar os valores e as capacidades da agricultura familiar visando à auto-estima da família rural e à apropriação da geração de renda pelo aumento da qualidade dos produtos e serviços do Turismo Rural na Agricultura Familiar.
- Adequar e implantar infra-estrutura básica e turística destinada à atividade de TRAF, de modo sustentável e integrado em relação às diferenças sociais, culturais, ambientais e territoriais.

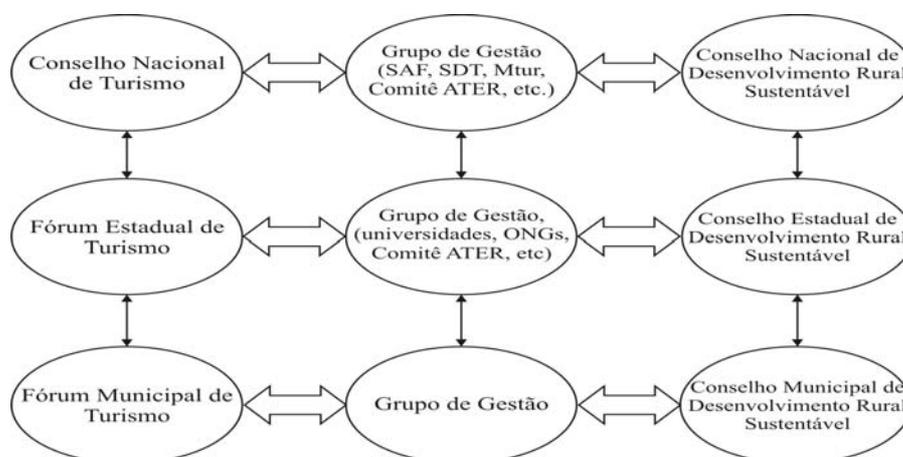
² Informações referente a REDE TRAF, coletadas no site: <http://www.redetraf.com.br>, em abril de 2010.

- Consolidar leis e regulamentos técnicos que viabilizem o desenvolvimento das atividades de TRAF.
- Criar ambiente favorável no mercado e no contexto institucional para a inserção dos produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico.
- Praticar um modelo de gestão que priorize a articulação, a participação e a solidariedade no TRAF.

Reconhecendo as políticas públicas para o turismo, seus programas de desenvolvimento, assim como sua promoção nacional e internacional são competência do Ministério do Turismo, tornando essencial a integração das Diretrizes do Programa com o sistema de gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo 2003 - 2007, do Ministério do Turismo, conforme Brasil (2004b).

Dentro da estratégia do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, está o incentivo à participação das organizações de agricultores familiares nos Conselhos Municipais de Turismo, integrados ao novo modelo de gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2004b).

Para a implementação do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Figura 3) o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA promove, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, a integração de suas demais Secretarias – Secretaria do Desenvolvimento Territorial e Secretaria do Reordenamento Agrário – e do INCRA. Nesse ambiente da Secretaria de Agricultura Familiar, existe um Grupo Técnico de Gestão do Programa, que conta com a participação de técnicos ligados ao MDA e de técnicos da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar.



Fonte: Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural (BRASIL, 2003a).

Figura 3 - Fluxograma do arranjo institucional do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar.

3.7. A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL³

A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL - se caracteriza pela união de diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo solidário e que buscam, através da união e troca de experiências, fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente.

Surgiu a partir de uma iniciativa da Embaixada da França no Brasil, em 2003, com um programa de cooperação no setor de economia solidária com o intuito de fomentar a discussão sobre turismo solidário no Brasil.

Atualmente, a Rede reúne 22 destinos no Brasil, representados pelas organizações a seguir: Projeto Saúde e Alegria (PA), Acolhida na Colônia (SC), Rede Tucum (CE), Fundação Casa Grande (CE), Pousada Uacari – Reserva Mamirauá (AM), Pousada Aldeia dos Lagos (AM), Associação de Artesãs de Coqueiro do Campo (MG), Instituto Inhotim (MG), Associação Etnoambiental Beija Flor (AM), Associação Sociocultural Yawanawa (AC), Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Bela Vista (BA), Associação Rede Cananéia (SP), Instituto Floresta Viva (BA), Associação de Jovens da Juréia (SP), Associação das Mulheres do Pesqueiro (PA), Instituto Tapiaim (PA), Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (MT), Centro Ecológico Aroeira (CE), Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (MG), Instituto Formação (MA), Casa do Boneco de Itacaré (BA) e Instituto Socioambiental com o projeto Circuito Quilombola (SP).

Em 2010 a Rede TURISOL definiu suas linhas prioritárias de ação com os demais projetos. São elas:

1. Comercialização e sustentabilidade financeira da rede;
2. Comunicação;
3. Formação e intercâmbios;
4. Juventude e turismo comunitário;
5. Universidade e turismo comunitário;
6. Impacto em políticas públicas.

A Rede TURISOL tem como missão: “Tornar o Brasil um país referência no turismo comunitário” e para isso aposta no investimento em:

³ Informações referente a REDE TURISOL, coletadas no site; <http://turisol.wordpress.com> em abril de 2010.

- Estratégias de vendas eficientes e adequadas para as realidades das comunidades;
- Fomento a políticas públicas de turismo comunitário;
- Melhoria na relação entre pesquisadores e comunidades;
- Oportunidades de formação e intercâmbio para aperfeiçoamento da qualidade das viagens;
- Apoio ao envolvimento da juventude.

A Rede TURISOL, define turismo comunitário como “a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza” (PROJETO BAGAGEM, 2010).

As séries metodológicas da Rede TURISOL, publicadas pelo Projeto Bagagem (2010) responsável pela divulgação dos destinos turísticos associados estabelece alguns princípios do turismo de base comunitária. Assim, a principal atração turística é o modo de vida da comunidade, ou seja, sua forma de organização, os projetos sociais que faz parte, a mobilização comunitária, a tradição cultural e as atividades econômicas. A Rede entende que o turismo é instrumento para o fortalecimento comunitário e associativo quando construído sobre uma base associativa, ou seja, o sucesso individual está condicionado a sustentabilidade do ambiente que o cerca. Onde a comunidade é empreendedora, proprietária e gestora dos empreendimentos turísticos.

Por isso, a autogestão da atividade é propiciada de tal maneira que as comunidades assumam o protagonismo que lhes corresponde no planejamento, operação, supervisão e desenvolvimento. Desta forma, as atividades turísticas são complementares a outras atividades econômicas já praticadas como o desenvolvimento da agricultura, da pesca, do artesanato, a pequena agroindústria, o transporte e outros serviços. Nessa ótica, é passível de se explorar todas as iniciativas produtivas sustentáveis que contribuam com o desenvolvimento econômico local e gerem empregos novos e de qualidade nas comunidades e no entorno.

De acordo com Projeto Bagagem (2010), com o turismo de base comunitária, a distribuição justa do dinheiro e a transparência no uso dos recursos possibilita a geração e distribuição de renda equitativa. Desta forma são praticados preços e relações de trabalho justas, satisfazendo comunidade e turistas, além de promover a distribuição da renda entre os moradores locais.

Como resultados se apresentam a valorização cultural e a afirmação da identidade proporcionando intercâmbio cultural e aprendizagem com o visitante. Nesta relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade o turista é visto como um parceiro e não como um cliente.

O turismo de base comunitária trabalhado na Rede TURISOL respeita as normas de conservação da região e procura gerar o menor impacto possível no meio ambiente, contribuindo na promoção de projetos de manejo sustentável de recursos naturais (PROJETO BAGAGEM, 2010).

A cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base local e deste com outras localidades com realidade semelhante e com potencial para a formatação de novos produtos e serviços estabelece a cadeia produtiva do turismo de base comunitária. Nesta cadeia, trabalha-se com regras, normas e padrões pactuados com os atores envolvidos, com sua associação, com o território e com os outros atores da Rede. Desta forma, os empreendimentos turísticos atendem a necessidade da base local (PROJETO BAGAGEM, 2010).

3.8. Indicadores com a aplicabilidade no turismo

Os indicadores de sustentabilidade começaram a ser desenvolvidos a partir dos anos de 1980, de acordo com a definição de desenvolvimento sustentável existente no relatório Brundtland. Apesar de recente, sua utilização em nível global e nacional vem crescendo. Atualmente, inúmeros organismos governamentais, não-governamentais, institutos de pesquisa e universidades fazem uso de indicadores de sustentabilidade. Em nível mundial podem-se citar órgãos que fazem uso de indicadores de sustentabilidade, entre outros, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o governo francês (MAGALHÃES, 2007).

De acordo com Cerro (1993), a natureza diversa e com frequência intangível dos recursos turísticos, unida à inevitável carga de subjetividade que é tolerada em toda valoração estética, tem dificultado enormemente a elaboração de uma metodologia de aplicação universal que permita uma valoração racional e sistemática destes tipos de recursos.

De acordo com o IBGE (2008) indicadores “são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados

mais amplos sobre os fenômenos a que se referem”. As medidas devem evidenciar mudanças que ocorrem em uma dada realidade, principalmente pela ação do homem.

Os indicadores devem nortear as decisões do poder público, bem como da iniciativa privada, no planejamento e ordenamento das ações previstas, assim como no monitoramento das transformações territoriais que serão impingidas no espaço (COSTA, 2010).

Brenbrook e Groth III (1996) consideram que “um indicador é apenas uma medida, não um instrumento de previsão ou uma medida estatística definitiva, tampouco uma evidência de causalidade; ele apenas constata uma dada situação”. As possíveis causas, consequências ou previsões que podem ser feitas são um exercício de abstração do observador, de acordo com sua bagagem de conhecimento e sua visão de mundo.

Marzall e Almeida (2005) apresentam as seguintes definições de indicadores encontradas na literatura científica: “Um indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade (MITCHELL, 1997)”; “Tem como principal característica a de poder sintetizar um conjunto complexo de informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados (MITCHELL, 1997)”.

Continuando, Marzall e Almeida (2005) sintetizaram algumas das principais características dos indicadores:

- Devem fornecer uma resposta imediata às mudanças efetuadas ou ocorridas em um dado sistema;
- Devem ser de fácil aplicação, ou seja, o custo e o tempo gastos devem ser adequados e deve ser viável efetuar a medida;
- Devem permitir um enfoque integrado, relacionando-se com outros indicadores e permitindo analisar essas relações e,
- Deverá ser dirigido ao usuário, ser útil e significativo para seus propósitos, além de compreensível.

Os indicadores podem ser tão variados quanto os fenômenos considerados, provêm de diferentes fontes e possuem três funções básicas – quantificação, simplificação da informação e comunicação. Desta forma, são capazes de contribuir à percepção dos progressos alcançados e despertar a consciência da população (PERH, 2005).

A partir das interações entre os indicadores podem ser feitas proposições extremamente úteis ao planejamento e a tomada de decisões. “A valorização dos indicadores durante a implementação de políticas públicas decorre justamente de sua

aplicabilidade à sinalização do desenvolvimento, em todas as suas facetas, como o crescimento econômico, o bem-estar humano e a qualidade ambiental” (MAGALHÃES JR., 2007).

De acordo com Babbie (1989) existem etapas específicas na construção de indicadores. Abaixo segue uma revisão destas etapas:

1. Seleção dos itens: Um indicador composto é sempre criado para medir uma variável. O primeiro critério na seleção dos itens é a validade lógica do item. É importante observar as características específicas das dimensões que se pretende mensurar. A natureza dos itens irá determinar a especificidade ou não do indicador.
2. Relações entre itens: Relações demasiadamente fortes indicam que ambos os itens estão medindo a mesma dimensão da mesma maneira. Neste caso um dos itens deve ser eliminado do indicador.
3. Análise situacional: O objetivo principal da construção de um indicador é desenvolver um método de classificar o sujeito da pesquisa de acordo com alguma situação do local pesquisado. O indicador deverá ser capaz de demonstrar diferentes estágios situacionais quando usado em diferentes localidades.
4. Pontuação do indicador: Uma vez escolhidos os itens que irão compor o indicador é necessário fazer duas decisões importantes. A primeira decisão irá determinar o intervalo de variação do indicador e o número de casos em cada ponto do índice. Utilizam-se sempre valores iguais para cada item, a menos que existam razões fortes para dar pesos diferentes aos itens.

3.8.1. Hierarquização dos atrativos turísticos da OMT

A hierarquização dos atrativos é um estudo adaptado para o programa de regionalização do turismo, segundo Brasil (2005a). Este estudo originou-se da metodologia da Organização Mundial do Turismo (OMT) e do Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR) para hierarquização de atrativos turísticos. É um processo que permite avaliar e hierarquizar os atrativos a partir de critérios técnicos, identificando as qualidades e valores específicos de cada atrativo, bem como a natureza e os elementos que exercem ou podem influenciar no aproveitamento turístico de cada um.

O intuito da aplicação dessa metodologia é auxiliar na avaliação do grau de importância dos atrativos identificados para inclusão no roteiro turístico. Com este

instrumento são estabelecidas prioridades para proporcionar a escolha e as decisões dos governantes, administradores, gestores e empreendedores.

A Tabela 1 estabelece uma ordem quantitativa para priorizar o desenvolvimento desse potencial para o turismo e atribuir um valor às suas características. De acordo com as especificações apresentadas nesse quadro, deve ser preenchido o modelo a seguir, onde são aferidos valores para cada item. Por fim, somam-se os pontos obtidos e define-se o *ranking* de atrativos. Quanto mais pontos determinado atrativo tiver, maior sua importância e necessidade de ser incluído nos roteiros elaborados.

Tabela 1 - Hierarquização de atrativos turísticos, segundo CICATUR

	Critérios	Valores			
		0	1	2	3
H I E R A R Q U I Z A	Potencial de atratividade	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
	Grau de uso atual	Fluxo turístico insignificante	Pequeno Fluxo	Média intensidade e fluxo	Grande Fluxo
	Representatividade	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
	Apoio local e comunitário	Nenhum	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoiado por grande parte da comunidade
	Estado de conservação da paisagem circundante	Estado de conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	Infra-estrutura	Inexistente	Existente, porém em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/melhorias	Existente e em ótimas condições
	Acesso	Inexistente	Em estado precário	Necessitando de intervenções/melhorias	Em ótimas condições
Total					

Fonte: Brasil (2004b).

A OMT (CERRO, 1993) publicou o manual Avaliação dos Recursos Turísticos, cujo objetivo era estudar o modo de realizar um inventário dos recursos turísticos atuais ou potenciais de uma região ou país determinado e propor medidas adequadas de proteção, conservação e aproveitamento destes recursos. Segundo esta publicação, seria possível efetuar uma avaliação dos recursos a partir da realização do inventário dos recursos turísticos e das informações recolhidas por meio deste processo a partir da utilização de fichas.

De acordo com este manual, é descrito:

- Grau de uso atual: permite analisar o atual volume de fluxo turístico efetivo e sua importância para o município. Difere do grau de interesse por representar a situação

atual, em vez da potencial. Um alto grau de uso indica que o atrativo apresenta uma utilização turística efetiva.

- Representatividade: fundamenta-se na singularidade ou raridade do atrativo. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos, menos interessante ou prioritário.

- Apoio local e comunitário: a partir da opinião dos líderes comunitários, deve-se analisar o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público.

- Estado de conservação da paisagem circundante: verificar, por observação in loco, o estado de conservação da paisagem que circunda o atrativo. Neste item é analisada a ambiência do atrativo.

- Infraestrutura: verificar, in loco, se existe infra-estrutura disponível no atrativo e o seu estado.

- Acesso: verificar as vias de acesso existentes e suas condições de uso.

A avaliação final do recurso é efetuada, segundo Cerro (1993), aplicando-se uma escala de valores a cada um dos fatores considerados, geralmente em uma escala de 0 a 3 pontos, que indica unicamente a intensidade do fator considerado.

Segundo Cerro (1993), o objetivo principal do método não é a valoração do potencial turístico de um recurso concreto, mas sim determinar o valor de diversas zonas com o fim de estabelecer uma ordem de prioridade nos trabalhos de planejamento e desenvolvimento do turismo, sob a ótica do melhor aproveitamento dos meios humanos e econômicos limitados.

Essa ordem de prioridade é estabelecida com base nos recursos turísticos que se localizam nestas zonas e nas características próprias do conjunto da zona. O processo de avaliação parte de uma série de fatores internos e externos que são inventariados para cada uma das zonas consideradas.

Segundo Brasil (2005a) a hierarquização dos atrativos turísticos, segundo os critérios da metodologia do Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR), da Organização dos Estados Americanos (OEA), é classificado como:

- Hierarquia 5: atrativo excepcional e de grande significado para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente (atual ou potencial) de visitantes, quantificada como uma porcentagem do total da demanda do país ou de algum mercado específico;

- Hierarquia 4: atrativo com características excepcionais em um país, capaz de motivar uma corrente (atual ou potencial) de visitantes do mercado interno ou externo,

mas em menor porcentagem que os da hierarquia 5, seja por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos;

- Hierarquia 3: atrativo com alguma característica chamativa, capaz de interessar a visitantes provenientes de longa distância, seja do mercado interno ou externo, que tivessem chegado a esta zona por outras motivações turísticas; ou capaz de motivar correntes turísticas (atuais ou potenciais) locais;

- Hierarquia 2: atrativos com méritos suficientes para serem considerados importantes para o mercado interno, mas sem condições para o turismo receptivo, e que formam parte do patrimônio turístico;

- Hierarquia 1: atrativos sem méritos suficientes para serem considerados nas hierarquias anteriores, mas que igualmente formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem ser agregados a outros de maior hierarquia no desenvolvimento e funcionamento de qualquer uma das unidades que integram o espaço turístico;

- Hierarquia 0: atrativos cujas qualidades não permitem serem incorporados à hierarquia 1, que é o nível mínimo de hierarquização.

Cerro (1993) afirma que a partir dos valores obtidos para cada uma das zonas, pode-se estabelecer uma hierarquia destas segundo sua importância turística e, em função desta hierarquia, uma ordem de prioridades para sua planificação e desenvolvimento.

3.8.2. Projeto pólos de desenvolvimento de ecoturismo no Brasil

O Projeto Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil, da EMBRATUR e do Instituto de Ecoturismo no Brasil – IEB, iniciou-se em 1997 com o objetivo de identificar as localidades brasileiras onde a prática do ecoturismo já vinha ocorrendo com algum sucesso e fazer um levantamento das características, potencialidades e condições de infra-estrutura nos locais onde o ecoturismo se apresentava como uma nova alternativa de desenvolvimento (MAGALHÃES, 2001).

A metodologia, “trata-se de uma ferramenta de fácil aplicação, que pode ser operada por equipes locais sem maiores treinamentos ou formação técnica específica” (MAGALHÃES, 2001).

A matriz de avaliação proposta procura retratar as diversas realidades que compõem um determinado cenário, indicando como as ações que possam vir a ocorrer irão se refletir no conjunto, ou em suas partes. Pode ser aplicada mais de uma vez, na

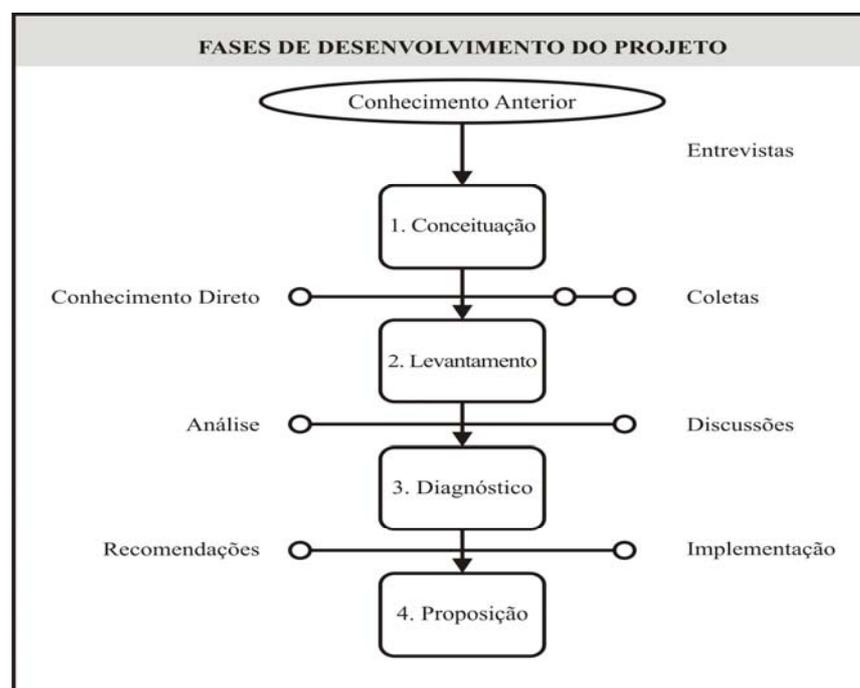
medida em que ações propostas forem se concretizando, de modo a monitorar a evolução do pólo, registrando a situação em diferentes momentos. Considerando que o pólo é composto por elementos inter-relacionados, a proposta é atribuir a cada elemento um peso relativo, de tal maneira que se possa obter uma interpretação qualitativa, expressa graficamente, das condições daquele lugar e perceber quais os tipos de ações que devem ser implementadas para promover o seu desenvolvimento (MAGALHÃES, 2001).

A matriz, portanto, pode ser aplicada nos diferentes elementos territoriais componentes de determinado pólo ecoturístico e os dados das avaliações parciais consolidados em uma matriz única.

Nesta avaliação, segundo Magalhães (2001), são definidos os seguintes elementos:

- Atrativos ecoturísticos;
- Visitação;
- Infraestrutura de apoio ao ecoturismo;
- Serviços de apoio ao ecoturista;
- Áreas protegidas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento turístico-ambiental da região.

Segundo Magalhães (2001), a metodologia do projeto apresenta 4 fases, conforme Figura 4.



Fonte: MAGALHÃES (2001).

Figura 4 - Fases do desenvolvimento do projeto pólos de Ecoturismo IEB.

3.8.3. Classificação e avaliação dos municípios turísticos

Boullón (1995) propõe uma classificação dos municípios turísticos, utilizando-se de diversos critérios por meio dos quais se chega a diferentes classificações:

- A partir da demanda: baseada no número de visitantes simultâneos que uma localidade recebe, ela pode ser classificada em cinco níveis e, segundo a origem do mercado emissor, pode-se classificar os centros turísticos em interno (local, regional ou nacional) e receptivo (fronteiriço, limítrofe ou não limítrofe);
- Em relação ao funcionamento: resulta na classificação de cinco formas de funcionamento (centros de distribuição, de estadia, de escala, de excursão ou centro recreativo);
- Em relação à oferta de equipamentos: valendo-se da análise dos equipamentos turísticos (alojamento, alimentação, entretenimento e outros serviços), o autor propõe um sistema de pontuação que permite a sua classificação.

Boullón (1995) afirma que, dos quatro indicadores supramencionados para expressar a importância da planta turística de uma área, o alojamento é o mais importante. Este se subdivide em hoteleiro (hotéis, motéis, pousadas, pensões, etc.), parahoteleiro (apart-hotéis, albergues, *campings*, áreas para *trailers*, etc.) e extra-hoteleiro (apartamentos em condomínios e casas individuais, por exemplo).

Para a hierarquização, Boullón (1995) prefere utilizar uma escala de três valores (Tabela 2), visto que a escala usada para a hierarquização dos equipamentos, além de incluir opções para aquilo que se está avaliando, pode levar a uma avaliação se não arbitrária, um tanto subjetiva, visto que as diferenças entre um nível e outro podem ser muito sutis.

Tabela 2 - Avaliação da oferta de alimentação, segundo metodologia de classificação e avaliação dos municípios turísticos, segundo Boullón (1995)

Hierarquias dos Serviços	Equivalentes em Estrelas	Pontuações
A	5	100
B	4	50
C	3, 2 e 1	20

Fonte: BOULLÓN (1995).

Embora Boullón (1995) disponibilize alguns direcionamentos para o reconhecimento da aptidão turística de algumas regiões, a falta de indicadores para a avaliação do que ele chama de instalações turísticas e a consideração de alguns atrativos agrupados excessivamente, comprometem a simplicidade de sua técnica.

3.8.4. O índice de atratividade turística

Fagliari e Almeida (2004), mede a atratividade de um destino turístico a partir de uma avaliação sistemática padronizada com especialistas, na qual os respondentes devem dar pesos para diversos atributos do atrativo turístico, de forma a determinar a importância de cada um deles para a atividade turística.

Este método avalia um determinado número de destinos turísticos, com base em características pré-estabelecidas. Esta avaliação é utilizada com base em uma graduação numérica que classifica os atributos trabalhados. Como cada um deles possui um valor próprio, a soma dos atributos consiste em uma estimativa da atratividade do destino.

Percebe-se que os atrativos e seus determinantes, são estabelecidos a cada situação. Existe enorme responsabilidade dos especialistas convidados a participar da aplicação da metodologia, pois, caso haja alguma inversão a pesquisa pode perder sua validade (FAGLIARI; ALMEIDA, 2004).

3.8.5. A análise de projetos turísticos

Tabares (1994), em sua metodologia sobre projetos turísticos, diz que o estudo do mercado e da localização são os aspectos que exigem mais atenção, pois deles depende a rentabilidade futura do projeto. Para tanto, trabalha a análise dos fatores decisivos, importantes e desejáveis para a localização de projetos turísticos:

- Fatores decisivos: existência de vias de comunicação; segurança ao conduzir; intensidade do trânsito; distância que separa os centros urbanos maiores e tempo requerido para chegar a eles; disponibilidade de água, energia elétrica, comunicações telefônicas, terrenos; existência de atrativos turísticos; qualidade do desenvolvimento circunvizinho; condições sociais e de salubridade.

- Fatores importantes: proximidade das vias principais; custo do terreno; condições do subsolo; topografia.

- Fatores desejáveis: disponibilidade de materiais e mão-de-obra; condições meteorológicas; facilidade de abastecimento de água.

Ao propor uma avaliação destes fatores, o autor estabelece um máximo de pontos para cada grupo de fatores: os fatores decisivos são avaliados até 60 pontos; os importantes, até 25 pontos e os desejáveis, com um máximo de 15 pontos.

Para Tabares (1994), na somatória dos pontos dos fatores, poder-se-ão estabelecer as comparações quantitativas entre as diferentes possibilidades estudadas.

Tabares (1994) aponta que quanto ao entorno físico dos projetos deve-se conhecer a qualidade dos atrativos turísticos pelo fato de que são eles o motivo das viagens e a razão do incremento do número de visitantes. Este é o motivo pelo qual devem ser estabelecidos intervalos para determinar a qualidade dos atrativos turísticos inventariados.

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1. Caracterização da Área de Estudo

O Território da Serra do Brigadeiro situa-se na Zona da Mata, sudeste de Minas Gerais, fazendo divisa com três meso-regiões mineiras: com o Sul de Minas, ao sul, com a região do Rio Doce, ao norte, e com a região metalúrgica/Campo das Vertentes, à oeste. A fronteira leste a Zona da Mata limita-se com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. A região é formada por 142 municípios que ocupam uma superfície de 35.748,7 mil Km² o que corresponde a 6,09 % da área do Estado (CTAZM, 2004).

4.1.1. Localização

A área geográfica da pesquisa compreende os municípios de Araponga, Muriaé, Rosário de Limeira, Miradouro e Fervedouro (Figura 5), com as cidades referências de Muriaé e Viçosa.

Estes municípios estão inseridos no Território da Serra do Brigadeiro estabelecido dentro dos princípios da política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no qual o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Iracambi estão localizados. Nesta região foram selecionadas 30 propriedades rurais que participam do Programa de Turismo de Base Comunitária desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Promoção Cultural - CEPEC apoiado pelo Ministério do Turismo.



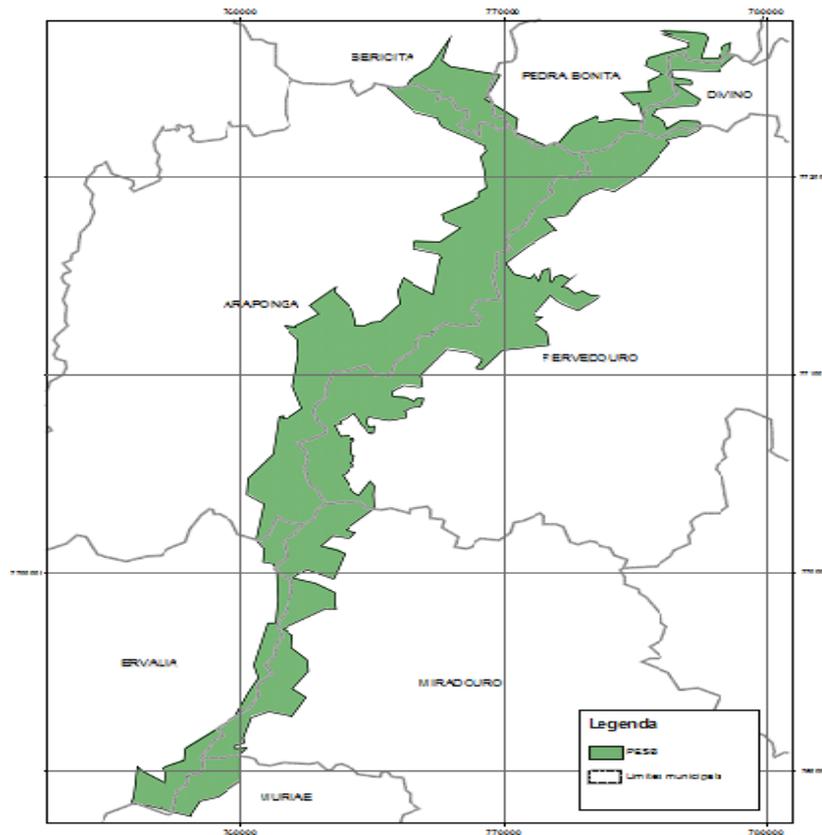
Fonte: Google maps (2011).

Figura 5 - Localização dos municípios trabalhados e os pólos regionais para o projeto Boas Práticas.

4.1.2. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB foi criado em 27 de setembro de 1996 pelo decreto número 38.319; localiza-se a 290 km de distância de Belo Horizonte. O PESB está situado entre os picos rochosos de um prolongamento das Serras da Mantiqueira e Caparaó, entre as divisas das microrregiões de Viçosa, Muriaé, Manhuaçu e Ponte Nova, entre os meridianos 42° 40' e 40° 20' Oeste e os paralelos 20° 33' e 21° 00' Sul (Figura 6).

O acesso para a sede do Parque é pela cidade de Araponga. Saindo de Belo Horizonte o visitante deve seguir pela BR 040, no sentido do Rio de Janeiro, até a BR 356. Seguir pela MG 262 até Ponte Nova, pegar a BR 120, sentido Viçosa. De Viçosa, até Araponga pela MG. 482 e mais 11 km da Estrada Parque até a sua portaria.



Fonte: IEF (2007).

Figura 6 - Localização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro com os municípios limítrofes e suas coordenadas.

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro -PESB ocupa parte dos municípios de Ervália, Fervedouro, Sericita, Araponga, Miradouro, Pedra Bonita, Muriaé e Divino. Com uma diversidade elevada de fauna e flora, coexistem no PESB, o muriqui-do-norte *Brachyteles hypoxanthus* e a onça-pintada *Phantera onca*. Com uma área total de 13.210 ha, o PESB representa um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica com grande extensão de florestas contínuas do Estado de Minas Gerais.

A referida unidade de conservação está inserida na região fitogeográfica da Mata Atlântica, tipologia da Floresta Estacional Semidecidual (IEF, 2007), com estações secas e chuvosas bem definidas.

A maior parte de sua área é recoberta por formações florestais com características ombrófilas. Em áreas acima da cota de 1.600 m, em platôs e pontões isolados, ocorrem extratos expressivos de campo de altitude, formando Complexos Rupestres de Altitude (Benites, 2002). A Tabela 3 mostra a participação dos municípios, em termos de área, na composição do PESB.

Tabela 3 - Participação dos municípios, em termos de área, na composição do PESB

Município	Área (ha)	Porcentagem pertencente a UC	Porcentagem do município
Araponga	5.420	41,03	17,85
Divino	97	0,74	0,23
Ervália	1.158	8,77	3,24
Fervedouro	3.525	26,68	9,86
Miradouro	1.628	12,32	5,4
Muriaé	319	2,41	0,38
Pedra Bonita	372	2,82	2,14
Sericita	691	5,23	4,16
Área total	13.210	100,00	-

Fonte: Plano de Manejo do PESB, IEF (2007).

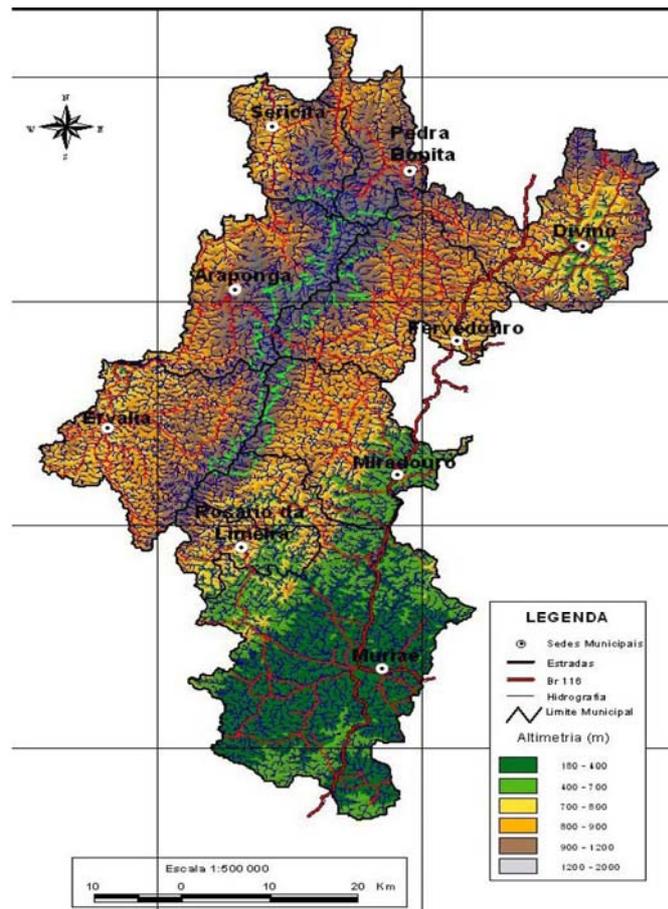
4.1.3. O Território da Serra do Brigadeiro

O Território Serra do Brigadeiro - TESB envolve, além dos municípios limítrofes com a unidade de conservação, o município de Rosário de Limeira. O PESB se encontra no sentido norte sul do Território, em região com cadeias montanhosas servindo de divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul, (Figura 7).

Com uma política pública federal voltada para criar condições de melhoria da qualidade de vida para as famílias agricultoras residentes nesta área, o Programa de Turismo de Base Comunitária atua neste espaço, fomentando ações dos princípios da Rede TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar e da Rede Brasileira TURISOL – Turismo Solidário e Comunitário.

A região tem tradição ligada à pecuária e à cafeicultura, prevalecendo o manejo inadequado do solo, aliado às limitações de uso agrícola, resultando em degradação ambiental.

No Território da Serra do Brigadeiro predominam pequenas propriedades agrícolas, com produção familiar sem assistência técnica e baixo acesso à tecnologia. O relevo da região, com declives acentuados, é impróprio para a pecuária, resultando em baixa produtividade. A pequena oferta de atividades industriais e serviços e a dificuldade para absorver o excedente de mão-de-obra agrícola, gera um intenso fluxo migratório, em especial no meio rural, tanto interno como externo à região.



Fonte: CTA (2004).

Figura 7 - Distribuição geográfica altimétrica dos municípios no Território da Serra do Brigadeiro.

A atuação de diferentes instituições no Território é marcante. Dentre as federais, destaca-se a UFV (Universidade Federal de Viçosa), que ali promove atividades de ensino, pesquisa e extensão. Destacam-se ações pontuais da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente), especialmente quanto a processos de licenciamento de atividades mineradoras, além da presença da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais), por intermédio da Fundação FAFILE (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) de Carangola.

A atuação de ONGs são importantes no contexto das implicações institucionais no Território, como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) de Viçosa-MG, o CECO (Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental) de Carangola, o Centro de Estudos e Promoção Cultural (CEPEC) de Araponga - MG e a Sociedade Amigos de Iracambi, de Rosário da Limeira.

Com pesquisa no site da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG, 2010), foram obtidas as seguintes informações históricas dos municípios inseridos no

Território da Serra do Brigadeiro e que tem propriedades rurais selecionadas no Projeto de Turismo de Base Comunitária desenvolvido pelo CEPEC.

Araponga:

São Miguel das Almas dos Arrepiados é o primeiro nome do atual município de Araponga. Com o nome primitivo de São Miguel e Almas dos Arrepiados, surgiu no Ciclo do Ouro, em 1781, quando D. Rodrigo José de Menezes, governador da Capitania de Minas, visitou a região e distribuiu sesmarias e áreas de mineração. Com o tempo, os veios auríferos se esgotaram e o crescimento do povoado tornou-se mais lento. Mas, em 1826, foi criada a freguesia de São Miguel e Almas dos Arrepiados, tornando-se São Miguel do Araponga, em 1857, quando foi elevado a distrito. Em 1938, com o Estado Novo, seu nome foi simplificado, para em 1962 tornar-se cidade. Em Araponga encontram-se a Pedra Redonda, patrimônio ecológico, a imagem do Bom Jesus e a igreja matriz de São Miguel Arcanjo, patrimônios históricos do município.

Fervedouro:

Foi elevado à condição de distrito em 1953, com terras desmembradas do distrito de Alvorada, subordinado ao município de Carangola. A 15 de novembro de 1991, através de um plebiscito 2.715 eleitores votaram pela emancipação do Distrito até então pertencente a cidade de Carangola. Conta-se que os poços de águas minerais de Fervedouro foram encontrados, em plena mata virgem, por um grupo de tropeiros. Devido às bolhas que a fonte produzia, semelhante a água em ebulição, denominaram o lugar de "Fervedouro". Hoje pode se ver a água ferver na piscina da cidade.

Miradouro:

Toda a região, que teve Muriaé como centro, começou a ser desbravada no início do século XIX, quando Constantino José Pinto, chefiando numerosa expedição, adentrou por aqueles sertões na busca de riquezas naturais e de terras para a lavoura e o pastoreio. Depois de cruzar a Serra das Perobas, junto ao Ribeirão Fernando, o bandeirante foi atacado pelos índios Puris. Subindo pelo Guarus, afluente do Muriaé e hoje Rio Glória, os desbravadores foram instalando fazendas e povoados. Em 1938, com o nome de Glória, o antigo povoado foi elevado a cidade e, em 1943, ganhou a denominação de Miradouro, justificada pela existência, nas suas proximidades, de uma elevação de onde se descortina esplêndida vista da região.

Muriaé:

Em 1750, o capitão Inácio de Andrade, numa investida contra os índios, instala na região um verdadeiro estado de guerra. No princípio do século XIX, a expedição do capitão Constantino José Pinto consegue a colaboração dos índios e se estabelece junto a uma cachoeira do Rio Muriaé. Em 1846, a povoação que ali se forma passa a freguesia e, em 1852, se torna paróquia, com o nome de São Paulo do Muriaé. Em 1923, o município tem seu nome reduzido para Muriaé, que significa "ter sabor de cana doce".

Rosário de Limeira:

Por volta de 1800, os tropeiros que faziam o trajeto entre Muriaé e Ervália pernoitavam na Fazenda Serafim Batista, uma fabulosa fazenda com um pomar de laranjeiras lima. Chegando ao destino, ao serem indagados onde haviam pernoitado, os tropeiros diziam que haviam passado a noite em Limeira. Nos meados daquele século, a família Serafim Batista doou um terreno para que fosse construída uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. O tempo foi passando e um arraial se formou com um novo nome, Rosário da Limeira.

4.1.4. Infraestrutura turística do Território da Serra do Brigadeiro

A rede de hospedagem e de alimentação nos municípios de Araponga, Miradouro e Fervedouro são ineficientes e com poucas opções. São escassas ainda as placas de sinalização turística, saneamento básico, empresas de transporte, guias especializados que propiciariam visitação consciente e organizada (PINTO, 2005).

Algumas edificações que poderiam ser utilizadas para o turismo, existentes no entorno são utilizadas de modo incipiente, e poderão melhorar o desempenho de seu uso para promover a visitação, como é o caso do Centro de Informações Ambientais em Araponga, o prédio da antiga administração da UC, localizado no Distrito de Bom Jesus do Madeira, Município de Fervedouro, as casas de cultura de Araponga e de Miradouro.

Existiam até 2008, iniciativas dos municípios do entorno com o parque quando as prefeituras disponibilizavam funcionários para trabalhar no PESB e sendo ressarcidos por meio de compensação ambiental. Atualmente, estes convênios encerraram.

Pelo fato de não haver uma estrutura de camping na UC, os turistas acampam em pastagens nos distritos próximos ao PESB. Os campings mais utilizados são os da região do entorno que chegam a suportar, na alta temporada, em torno de 100 barracas.

Os campistas providenciam suas refeições com fogareiros, fogões de pedras ou fogueiras acarretando grandes riscos de incêndios (PINTO, 2005).

Informações dos empreendimentos de alimentação e hospedagem dos Municípios de Fervedouro, Miradouro e Araponga, são mostradas na Tabela 4, (PINTO, 2005).

Tabela 4 - Empreendimentos turísticos do entorno do PESB

Empreendimento	Leitos	Lixo	Localização
Pousada Serra D'água	30	Compostagem, fossa séptica com filtro	Zona rural de Araponga
Pensão e Restaurante Santa Maria	18	-	Araponga
Pousada Vale da Lua	35	Fossas com caixa séptica. Lixo sólido vai para o lixão.	Zona rural de Araponga, Serra do Boné
Pousada do Remanso	20	-	Zona rural de Araponga, Sítio Córrego do Boné
Pousada Fervedouro e Pousada Xodozinho	50	-	Fervedouro
Pousada Franchini	10	Lixo separado. Fossas sépticas	Zona Rural de Fervedouro
Pousada Paraíso das Pedras	20	Não tem tratamento de lixo e esgoto	Zona Rural de Fervedouro
Pousada e Restaurante Brigadeiro	20	Não tem tratamento de lixo e esgoto	Fervedouro, distrito de Bom Jesus do Madeira
Pensão e Restaurante Dona Eva	15	Não tem tratamento de lixo e esgoto	Fervedouro, distrito de Bom Jesus do Madeira
Hotel Poços de Fervedouro	-	-	Fervedouro, distrito de Bom Jesus do Madeira.
Hotel Miragem	30	Não tem lixo e esgoto tratados	Miradouro
W Hotel	21	-	Miradouro
Posto Pinheiros Restaurante Hotel	20	-	Miradouro
TOTAL DE LEITOS	289		

Fonte: Pinto (2005).

A Tabela 5 mostra as distâncias entre os dois municípios que se conectam com a Fazenda da Neblina (portaria do PESB), Araponga e Fervedouro, e as principais capitais do sudeste brasileiro (ABCR, 2010).

Tabela 5 - Relação das distâncias entre as principais referencias do PESB e as principais capitais do sudeste brasileiro

Origem	Destino	Distancia (km)
Araponga	Fazenda da Neblina	22
Fervedouro	Fazenda da Neblina	55
Araponga	Belo Horizonte	193
Araponga	São Paulo	680
Araponga	Rio de Janeiro	293
Fervedouro	Belo Horizonte	232
Fervedouro	São Paulo	704
Fervedouro	Rio de Janeiro	298

Fonte: IEF (2007).

O Território da Serra do Brigadeiro com sua ruralidade mineira deixa exposta toda uma cultura enraizada em lugarejos, comunidades, vilas e povoados (Tabela 6). Esta região possibilita uma hospitalidade natural entre peregrinos, viajantes, visitantes e turistas com os anfitriões hospitaleiros, dispostos a mostrar um interior rico de atrativos que pode ser trabalhado na perspectiva do turismo de base comunitária.

Tabela 6 - Relação dos atrativos na região do entorno do PESB

Localidade	Possíveis atrativos a serem trabalhados
Araponga	Pedra Redonda (marco bandeirante); Cachoeiras, como a do Boné e da Lage; Grutas das Minas (minas de ouro do século XIX); Serra das Cabeças; Túmulo do Padre José Ermelindo.
Fervedouro	Águas efervescentes, lamas medicinais de água mineral; Antigas sedes de fazenda de café; Sítios arqueológicos com cemitérios indígenas; Cachoeiras do Celino, do Piu e do Seu Adão; Poço Redondo, Pedra do Índio; Engenhos antigos, com monjolos.
Miradouro	Piscinas naturais em Monte Alverne e Alegre; Pedra para vôo livre em Cachoeira Alta; Cachoeiras no Sapé e na Pedra Grande; Folia de Reis e produção de doces em São José do Sapé; Rezadeiras para vários tipos de doenças no Sapé; Fabricantes de boneca de pano e bola de meia no Sapé
Muriaé	Usina da fumaça; Pico do Itajuru; Grupo de Artesãos no distrito de Belizário; Cavalgada no distrito de Belizário
Pedra Bonita	Parque das Cachoeiras
Ervália	Estátua do Santo Cristo em concreto; Complexo turístico do Pico do Cruzeiro
Sericita	Cachoeira e ruínas da usina, no Distrito de Santana
Divino	Cachoeira dos Ferreiras e da Neblina; Fazendas históricas nos Córrego dos Frossard; Pedra Santa, verte água natural; Gruta da Pedra Cabeluda

Fonte:IEF. Instituto Estadual de Florestas / Centro Universitário Newton Paiva (2005).

4.2. O Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária

Os dados necessários para a construção das matrizes utilizadas nos estudos de ordenamento dos atrativos de turismo de base comunitária foram obtidas do Projeto Boas Práticas de Turismo de base Comunitária, a partir das seguintes ações:

1. Seleção das famílias a serem envolvidas no Programa.

A partir de questionários e entrevistas, foram escolhidas as 30 famílias. O banco de dados criado serviu para acompanhar as famílias envolvidas no programa, permitindo uma intervenção mais realista e com foco nos princípios do turismo de base comunitária.

2. Desenvolvimento do plano de ação de turismo para cada família.

O plano de ação, construído por meio do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, com as técnicas de calendário sazonal, mapa e diagrama de fluxo possibilitou visualizar as ações a serem implementadas para se diversificar a renda familiar. Neste plano, discutiram-se os recursos existentes em cada propriedade rural, os produtos turísticos que podem ser trabalhados através da transformação dos recursos já inventariados, os possíveis riscos que a atividade poderá trazer e as estratégias de ação para minimizá-los. Nesta etapa reconheceram-se as necessidades de capacitação em gerenciamento de empreendimentos de turismo rural e ecoturismo. Com a realização de quatro oficinas de 16 horas cada, nos municípios abrangidos pelo projeto foram trabalhados os temas sobre artesanato, bioconstrução (2) e condução ambiental.

3. Missões técnicas

Foram realizadas visitas às experiências do turismo solidário existente no estado de Minas Gerais no Vale do Jequitinhonha e de turismo rural na agricultura familiar no Projeto Acolhida na Colônia no estado de Santa Catarina. O objetivo foi fortalecer os laços do turismo de base comunitária, aumentando a área de abrangência deste turismo responsável. As missões possibilitaram conhecer empreendimentos familiares similares já em funcionamento com intercâmbio de gestão das atividades.

4. Produção de um catálogo de produtos e serviços

Foi elaborado o catálogo dos produtos e serviços turísticos dentro dos princípios do Turismo de Base Comunitária que é uma ferramenta de comercialização e divulgação deste Programa no Território Serra do Brigadeiro. O catálogo contém informações sobre: artesanato, agroindústrias, pontos de hospedagem, alimentação, serviços de guia, transporte, serviços de infra-estrutura e roteiros formatados.

5. Realização de encontros de Turismo de Base Comunitária

O primeiro encontro serviu para buscar uma integração na operacionalização das ações de forma coletiva. No segundo encontro, no final do projeto, foram apresentados os resultados alcançados e os respectivos produtos, possibilitando uma interação entre as lideranças comunitárias com as Instituições parceiras.

6. Elaboração e implantação da sinalização turística para o Projeto

Foram sinalizados os pontos de: comercialização como entreposto, produção, atividade de lazer e recreação, com ícones personalizados do programa, indicando distancias, direção e nome do empreendimento rural. Todas as informações com base na sinalização turística do Ministério do Turismo.

7. Elaboração de estratégias de comercialização

Foi produzido um material e disponibilizado no site do CEPEC sobre o turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro. A realização de uma cortesia para os membros da REDE TRAF e da REDE TURISOL conhecerem o projeto.

8. Nucleação

Os atrativos foram nucleados em função da proximidade geográfica para permitir facilidades na comercialização dos roteiros turísticos envolvendo as atividades em cada propriedade rural pertencente a cada núcleo (Figura 8).

A composição dos núcleos se justifica para uma melhor visualização do processo sistêmico do turismo, envolvendo serviços de alimentação, hospedagem, recursos humanos, divulgação, enfim, toda a cadeia produtiva. No Apêndice D, se encontra imagens dos núcleos de turismo de base comunitária.

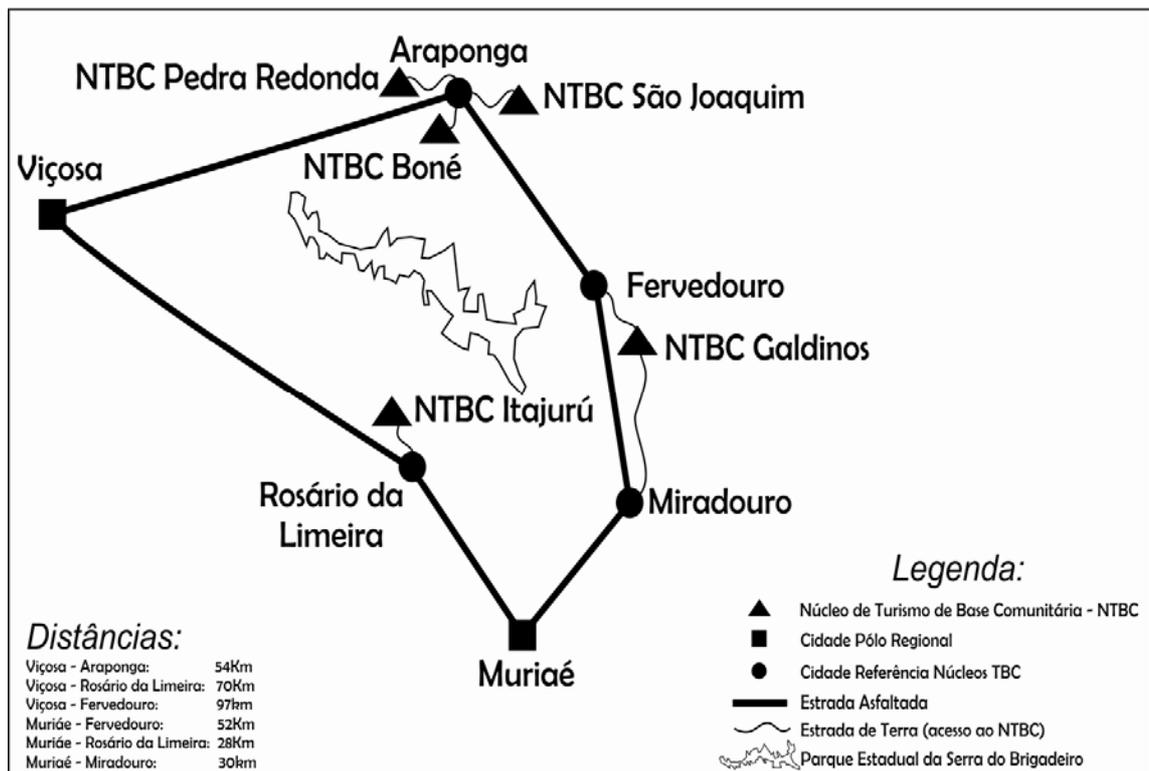


Figura 8 - Distribuição espacial dos Núcleos de Turismo de Base Comunitária - NTBC com as cidades referências e pólos regionais.

4.2.1. Núcleo de Turismo de Base Comunitária Pedra Redonda

Neste núcleo estão envolvidas 5 famílias de agricultores compostas por parentes entre si (primos e irmãos). Estas famílias trabalham a agroecologia, principalmente com o café orgânico, desenvolvem o *fair trade* (comércio justo). As matas são unidades demonstrativas devido o manejo com a serrapilheira e com o enriquecimento por meio do plantio de espécies nativas. Este manejo é aproveitado como uma das vivências oferecidas no núcleo. Em uma das propriedades existe um engenho de fazer rapadura e açúcar mascavo que é trabalhado de forma coletiva, dentro dos princípios da economia solidária. A comunidade tem o nome de Pedra Redonda, devido a uma elevação rochosa com 1572 metros de altitude, onde se faz caminhadas. Os serviços ofertados são alimentação, hospedagem e guiagem. Os produtos ofertados são, café torrado e moído, rapadura, açúcar mascavo e mel, entre outros listados na Tabela 7. Produtos “in natura” são comercializados para o visitante e de acordo com a época do ano, encontram-se inhame, batata doce, mandioca, berinjela, quiabo, jiló, entre outros orgânicos. Este núcleo fica no município de Araponga, a 4 km da sede.

Tabela 7 - Atrativos do núcleo de turismo de base comunitária da Pedra Redonda no Território da Serra do Brigadeiro

Atrativos	Propriedades
1. Agroecologia	Sítio da Pedra Redonda – Sítio Cantinho da Saudade – Sítio Esperança – Sítio do Engenho
2. Café Orgânico - sistema <i>fair trade</i>	Sítio da Pedra Redonda – Sítio Cantinho da Saudade – Sítio Esperança – Sítio do Engenho
3. Carro de boi	Sítio da Pedra Redonda
4. Engenho de rapadura	Sítio do Engenho
5. Caminhada na Pedra Redonda	Sítio da Pedra Redonda – Sítio Cantinho da Saudade – Sítio Esperança – Sítio do Engenho
6. Caminhadas na natureza.	Sítio da Pedra Redonda – Sítio Cantinho da Saudade – Sítio Esperança – Sítio do Engenho
7. Culinária típica mineira	Sítio Cantinho da Saudade
8. Hospedagem	Sítio da Pedra Redonda – Sítio Cantinho da Saudade – Sítio Esperança
9. Acampamento	Sítio Cantinho da Saudade – Sítio Esperança
10. Produtos da economia solidária – verduras e legumes “in natura”, mel, rapadura, café “fair trade”	Sítio da Pedra Redonda – Sítio Cantinho da Saudade – Sítio Esperança – Sítio do Engenho

4.2.2. Núcleo de Turismo de Base Comunitária Pico do Boné

Neste núcleo estão envolvidas 3 famílias agricultoras que também são parentes entre si (pais, irmão e neto). Cultivam o café e possuem estrutura como máquina para limpar café, armazém e trator (Tabela 8). Na estrutura turística existe um restaurante familiar, dois módulos de hospedagem com 3 quartos com 2 camas em cada quarto, totalizando 12 leitos. O restaurante é o ponto de encontro das comunidades adjacentes, transformando-se em um espaço de convivência comunitária, possibilitando interações diversas. Oferecem área de camping com sanitários e banheiros. A partir da sede do núcleo pode-se fazer a caminhada até o Pico do Boné com 1.635 metros de altitude, sendo a mais pitoresca do interior do Parque, além da trilha do carvão. Como atrativos tem-se várias cachoeiras, a casa de forno, onde se produz os quitutes e quitandas, um curral com leite ao pé da vaca. Uma pescaria tradicional noturna de cambeva com parão e um passeio de trator pela comunidade é uma das programações. Este núcleo fica no município de Araponga, a 15 km da sede.

Tabela 8 - Atrativos do núcleo de turismo de base comunitária do Boné no Território da Serra do Brigadeiro

Atrativos	Propriedade
1. Cachoeiras	Empreendimento Familiar Remanso
2. Caminhada ao Pico do Boné	Empreendimento Familiar Remanso
3. Trilha do carvão	Empreendimento Familiar Remanso
4. Casa de forno	Empreendimento Familiar Remanso
5. Passeio de trator pelo núcleo	Empreendimento Familiar Remanso
6. Festas populares	Empreendimento Familiar Remanso
7. Culinária típica mineira	Empreendimento Familiar Remanso
8. Hospedagem familiar	Empreendimento Familiar Remanso
9. Leite ao pé da vaca	Empreendimento Familiar Remanso
10. Visita a gruta de ouro	Empreendimento Familiar Remanso
11. Pescaria noturna de Parão	Empreendimento Familiar Remanso
12. Grupo Folia de Reis do boné	Empreendimento Familiar Remanso

4.2.3. Núcleo de Turismo de Base Comunitária São Joaquim

Este núcleo tem a Escola Família Agrícola - EFA Puris que dá suporte às atividades (Tabela 9). A EFA trabalha o sistema de pedagogia de alternância com 15 dias de aula na escola e 15 dias de atividades nas propriedades rurais dos alunos. Desenvolvem práticas sustentáveis de agroecologia e pequenos animais, sendo referência atualmente no estado. Em Minas Gerais é a primeira EFA que tem a disciplina sobre turismo rural. No núcleo existem além da EFA mais 4 propriedades rurais, podendo ser visitada a produção de cachaça em alambique artesanal, a produção de açúcar mascavo e rapadura em engenho coletivo. A criação de pequenos animais com tratamento homeopático e o café em sistema agroecológico também é vivenciada. Em todas as propriedades existe a preocupação em proteger as nascentes, em uma delas, um trabalho de recuperação foi desenvolvido com êxito, servindo como unidade demonstrativa, onde se desenvolve atividades relacionadas a ecopedagogia. São comercializados diversos produtos da economia solidária como o queijo, a cachaça, açúcar mascavo, rapadura, café torrado e moído, frangos caipiras, ovos, mel, entre outros produtos de época da agricultura familiar. Este Núcleo fica no município de Araponga, a 9 km da sede.

Tabela 9 - Atrativos do núcleo de turismo de base comunitária de São Joaquim no Território da Serra do Brigadeiro

Atrativos	Propriedade
1. Engenho de rapadura	Sítio 10 de maio
2. Agroecologia	Sítio 10 de maio – Sítio da nascente – Sítio caminho das flores – EFA Puris
3. Trilha da Nascente	Sítio da nascente
4. Homeopatia	Sítio caminho das flores
5. Cachaça / Alambique	Fazenda Milagrosa
6. Passeio de trator/charrete	Fazenda Milagrosa
7. Café agroecológico, “fair trade”	Sítio 10 de maio – Sítio da nascente
8. Produtos da economia solidária	Sítio 10 de maio – Sítio da nascente – Sítio caminho das flores – EFA Puris
9. Hospedagem familiar	Sítio 10 de maio
10. Hospedagem coletiva	EFA Puris
11. Culinária típica mineira	EFA Puris
12. História da conquista de terra	EFA Puris

4.2.4. Núcleo de Turismo de Base Comunitária dos Galdinos

Existem 5 propriedades rurais da agricultura familiar neste núcleo (Tabela 10). O refúgio dos Galdinos conta com a hospedagem familiar possui 5 quartos com capacidade para 12 visitantes. Fornecem alimentação, guiagem, passeios de charrete e cavalo, cachoeira, camping e um tratamento personalizado. Na Pousada Paraíso das Pedras existem 4 quartos, com mais 3 quartos na sede, acomodando 20 pessoas. Servem alimentação completa, caminhadas na natureza, tratamento de medicina alternativa pelo proprietário como o grande diferencial do empreendimento. A gastronomia é trabalhada em fogão de lenha e forno de barro. No Rancho do Tomaz produz-se farinha de milho usando monjolos, serve-se refeição em um rancho com construção de adobe, tem camping e cachoeira. No Sítio Bela Vista produz-se cachaça, rapadura, melado, peixes ornamentais e tradicional, onde podem ser degustado. A Parada do Nem, está se ordenando com um entreposto de comercialização dos produtos da roça e em especial do núcleo, como artesanatos, peças antigas como panelas entre outras relíquias rurais, passeios de cavalos entre outras atividades. O núcleo pertence ao município de Fervedouro e encontra-se a 12 km da sua sede no distrito de Bom Jesus do Madeira e a 12 km da portaria do PESB. Uma das propriedades se encontra no município de Miradouro.

Tabela 10 - Atrativos do núcleo de turismo de base comunitária dos Galdinos no Território da Serra do Brigadeiro

Atrativos	Propriedades
1. Cachoeiras	Refúgio dos Galdinos, Rancho do Tomaz
2. Trilhas interpretativas	Refúgio dos Galdinos, Pousada Paraíso das Pedras
3. Músicas de raiz	Refúgio dos Galdinos – Parada do Nem
4. Cachaça, rapadura e melado artesanal.	Alambique do Dó, Parada do Nem
5. Passeios de charrete	Refúgio dos Galdinos
6. Cursos de rapel e escalada	Refúgio dos Galdinos, Parada do Nem
7. Camping	Refúgio dos Galdinos – Pousada Paraíso das Pedras
8. Hospedagem	Refúgio dos Galdinos – Pousada Paraíso das Pedras
9. Culinária típica mineira	Refúgio dos Galdinos – Pousada Paraíso das Pedras, Alambique do Dó
10. Farinha de milho artesanal, monjolos	Rancho do Tomaz
11. Pescaria	Alambique do Dó
12. Artesanato	Alambique do Dó - Parada do Nem – Pousada Paraíso das Pedras
13. Leite ao pé da vaca	Pousada Paraíso das Pedras
14. Terapias naturais	Pousada Paraíso das Pedras
15. Grupo de folia de reis do sapé	Parada do Nem
16. Sanfoneiro Edim e Fabim	Refúgio dos Galdinos

4.2.5. Núcleo de Turismo de Base Comunitária do Itajuru

Este Núcleo é composto por 12 propriedades distribuídas nos municípios de Muriaé e Rosário de Limeira, conta com o apoio do Centro de Pesquisa de Iracambi onde existe alojamento 28 leitos e o restaurante Sabor da Serra terceirizado na comunidade (Tabela 11). O Centro Multiuso Pedra Alta também com alojamento de 16 leitos é administrado pela Associação de Produtores Rurais de Pedra Alta. As propriedades inseridas no contexto da agricultura familiar e da economia solidária, fornecem alimentação, hospedagem familiar, passeios a cavalos e charretes, caminhadas na natureza, vivências da agricultura familiar, alambiques, entre outras atividades que contextualizam a vida no campo. O núcleo dista 10 km de Rosário da Limeira e 20 km de Muriaé.

Tabela 11 - Atrativos do núcleo de turismo de base comunitária do Itajuru no Território da Serra do Brigadeiro

Atrativos	Propriedades
1. Sabonetes/Iogurtes/Queijo / hospedagem familiar	Sítio Aromas da Natureza, Sítio Encantos da Natureza
2. Espaço de convivência - Butiquim,	Sítio da Amizade
3. Trilha “Palmito Juçara”	Sítio Açaí da Serra
4. Serestas /Moinho	Sítio Recanto da Viola
5. Pinturas em Tecido/Camping	Sítio Paisagens do Itajurú, Sítio 2 Irmãos
6. Bordados/Charrete	Sítio Café com Leite, Sítio Cachaça da Serra, Sítio Tilápia da Serra, Sítio Açaí da Serra, Sítio da Amizade, Sítio 2 Irmãos, Sítio Aromas da Natureza, Sítio Paisagens do Itajurú, Sítio Encantos da Natureza
7. Açude/Carro de Boi	Sítio Tilápia da Serra
8. Engenho Cachaça	Sítio Cachaça da Serra, Sítio da Amizade
9. Artesanato em madeira	Sítio Sabores do Itajurú, Sítio Recanto da Viola
10.Culinária típica mineira	Sítio Encantos da Natureza, Sítio 2 Irmãos
11.Hospedagem coletiva	Iracambi / Multi-uso Pedra Alta

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Figura 9 mostra a sequência do referencial científico em que se estruturou os estudos para criar a matriz de pontuação e descrição dos parâmetros e indicadores para o turismo de base comunitária. A matriz foi utilizada no projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

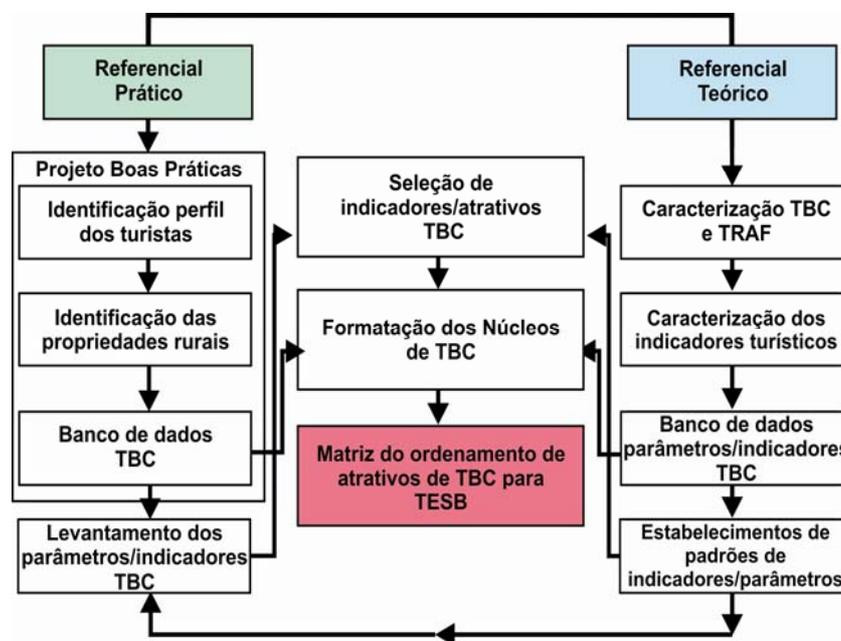


Figura 9 - Estrutura do processo metodológico empregado na pesquisa.

As seguintes técnicas foram utilizadas no referencial prático a partir do projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro:

- Aplicação de questionário para identificação do perfil do turista consumidor dos produtos e serviços de turismo de base comunitária (Apêndice B). Com o intuito de obter informações sobre o perfil dos turistas para avaliar o fluxo de visitação, foi aplicado um questionário no período do carnaval de 2009, em três locais do município de Araponga, a saber: na portaria oficial do PESB, na entrada para o Pico do Boné (Núcleo do Boné) e na cidade de Araponga, num total de setenta e três.
- Aplicação de questionário para identificação das infraestruturas das propriedades rurais envolvidas no projeto (Apêndice A), realizado em julho de 2010, visando reconhecer as condições ambientais das propriedades rurais (posse da terra, água, esgoto, estado das edificações, condições do lixo) e as atividades desenvolvidas que poderiam ser aproveitadas para o turismo.
- Formação de banco de dados do turismo de base comunitária a partir da coleta dos dados sobre os atrativos do turismo de base comunitária na área de estudo. Esta coleta foi realizada por meio do acompanhamento das atividades de capacitações, encontros e das missões do projeto Boas Práticas para a formação dos núcleos, subsidiada pela técnica observação participante (HAGUETTE, 1987), a qual permitiu sem interferir na metodologia do projeto, levantar dados. Este acompanhamento subsidiou a descrição dos parâmetros de acordo com as especificidades do Território da Serra do Brigadeiro.

Para fins desta pesquisa foram adotadas as seguintes definições:

Matriz = arranjo modular onde se encontram as relações entre os indicadores de turismo, quantificados por meio de índices, com os parâmetros representados pelos elementos que podem estimular a visitação existente nas propriedades rurais.

Parâmetro = elemento existente nas propriedades rurais que pode estimular a visitação por meio de características que lhe conferem atratividades. A atratividade reconhecida pelo conjunto de indicadores de turismo, traduzida pelos índices, é que lhe conferirão ser produto, atrativo ou não atrativo.

Indicador = variáveis que revelam significados sobre os parâmetros estudados, sendo atribuídos valores entre 0 e 3, conforme as Tabelas 13 a 19.

Os dados secundários que compõem o referencial teórico, que deram suporte ao estudo de campo, foram:

- A caracterização do turismo de base comunitária (TBC) e do turismo rural na agricultura familiar (TRAF) foi realizada com base no mapeamento de Sansolo e Bursztyn (2009), onde foram identificados sete parâmetros utilizados nas matrizes, sendo: unidade de conservação, água, mata, cultura, espaço de convivência, produção associada ao turismo e hospitalidade. Estes parâmetros foram descritos a

partir da observação participante e retratam a relação dos mesmos com os empreendedores locais e os visitantes turistas do Território da Serra do Brigadeiro.

- O levantamento dos indicadores ocorreu após ter estabelecido os padrões de indicadores por meio dos estudos realizados na revisão bibliográfica e de documentos da Rede TURISOL e da Rede TRAF.
- A descrição dos indicadores foi feita com base nas características do projeto em estudo e nos atrativos trabalhados. Esta descrição foi realizada com base na metodologia de hierarquização de atrativos apresentado por CICATUR/OMT (BRASIL, 2004b). Estes indicadores em número de sete, foram ajustados para caracterizar os princípios da atividade turística de base comunitária, sendo: potencial de atratividade, grau de uso atual, representatividade, apoio comunitário local, estado de conservação da paisagem, infraestrutura e acesso.
- A sistematização dos indicadores foi feita a partir de Fagliari e Almeida (2004), Magalhães (2001), Boullón (1995), Cerro (1993) e Tabares (1994), permitindo o estabelecimento das pontuações.
- Um banco de dados dos parâmetros foi criado na região de estudo com base nas atividades desenvolvidas nos núcleos de turismo de base comunitária;
- Um banco de dados dos indicadores foi criado na região de estudo para: definir e descrever os índices dos indicadores grau de uso atual e estado de conservação da paisagem visando o ordenamento quantitativo. Os demais indicadores foram tratados de modo qualitativo, permitindo identificar as diversas condições em que os parâmetros possibilitaram interações com os turistas e os níveis de envolvimento dos empreendedores locais com estas interações.
- A formação dos núcleos de TBC, caracterizados pela existência destes parâmetros possibilitou a utilização das matrizes, em todas as propriedades rurais. Esta formação foi com base no Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2005a).
- O número de propriedade trabalhada por núcleo foram: cinco no núcleo de Pedra Redonda; três no núcleo do Boné; cinco no núcleo de São Joaquim; cinco no núcleo dos Galdinos e 12 no núcleo do Itajuru, totalizando 30.
- Após a definição dos parâmetros e dos indicadores construiu-se uma tabela para cada propriedade (Apêndice C), onde cada parâmetro foi pontuado por cada um dos sete indicadores baseado nos valores dos índices constantes nas tabelas 13 a 19. Esses valores foram totalizados para cada indicador e para cada parâmetro, variando entre 0 e 21.

- Na sequência, construiu-se duas novas tabelas para cada núcleo: uma para parâmetro, outra para indicador e feita a respectiva média. Os valores constantes dessas duas tabelas foram os totais encontrados para cada propriedade, agora agrupados em núcleo. Esta média corresponde à valoração média de cada parâmetro ou indicador para cada núcleo.
- Para o ordenamento dos parâmetros do Território da Serra do Brigadeiro construiu-se nova tabela com as médias de cada parâmetro dos núcleos e calculada a média geral para o Território. Para a classificação do parâmetro adotou-se a Tabela 12.

Tabela 12 - Classificação da atratividade dos parâmetros de turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro

Pontuação	Classificação
0,0 – 7,0	Parâmetros considerados não atrativos
7,1 – 14,0	Parâmetros considerados atrativos
14,1 – 21,0	Parâmetros considerados produtos

Na descrição dos indicadores e parâmetros foram consideradas as particularidades do turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro, tornando as mesmas específicas para o caso estudado. As interpretações das matrizes foram, sempre que possíveis, comparadas com experiências similares de turismo de base comunitária.

5.1. Matrizes dos atrativos turísticos de base comunitária na Serra do Brigadeiro

Os dados para montagem das matrizes foram levantados em três períodos, entre os meses de junho a novembro de 2010, quando visitou-se os núcleos do projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária. Os dados coletados foram expressões das situações reais encontradas em campo. Dados numéricos, como o número de turistas, foram coletados a partir de anotações dos proprietários ou de suas estimativas. Os dados sobre o estado de conservação da paisagem foram coletados com a ajuda de um guia local.

5.2. Parâmetro: Unidades de conservação

Expressa a existência de unidade de conservação, neste caso o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e suas relações com as comunidades envolvidas com o turismo de base comunitária (Tabela 13). Reforça a região ao valorizar a atividade turística, como ocorre em diversas regiões do Brasil. Para interpretar este atrativo considerou-se o

seguinte: quando o valor total for de 0 a 7 pontos, mostra que o atrativo não disponibiliza valores essenciais para que a comunidade se envolva com o turismo de base comunitária, relacionada á este parâmetro. De 7,1 a 14,0 pontos indica que a maneira como a UC vem sendo utilizada pelas atividades de turismo precisam ser melhoradas para se caracterizar como atividade de turismo de base comunitária. Entre 14,1 e 21,0 a presença da unidade de conservação contribui positivamente para o desenvolvimento da atividade turística de base comunitária.

Tabela 13 - Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro unidades de conservação

Indicador	Índices				Total Pontos
	0	1	2	3	
Potencial de atratividade	Não são vivenciadas	São vivenciadas parcialmente	Vivenciadas parcialmente em determinadas épocas do ano	São vivenciadas em qualquer época do ano	0 a 3
Grau de uso atual	Até 05 turistas/mês	De 06 até 10 turistas/mês	De 11 até 29 turistas/mês	De 30 a 45 turistas/mês	0 a 3
Representatividade	Inexistência de espécies relevantes da fauna e flora	Acrescido de beleza cênica e recursos abióticos	Acrescido aos anteriores de atrativos históricos culturais	Presença de espécies relevantes da fauna/flora c/beleza cênica, rec. abióticos e atrativos hist/cult	0 a 3
Apoio comunitário local	Inexistência de apoios conseguidos através da comunidade local	Apoio com comunidades adjacentes	Acrescido aos anteriores de envolvimento com ONG's	Acrescido envolvimento com poder(es) público(s)	0 a 3
Estado de conservação da paisagem	acima de 40 ocorrências; 04 pedras; acima de 04 sacos de lixo de 10 litros nas trilhas	De 30 a 39 ocorrências; 03 pedras; de 04 a 02 sacos de lixo de 10 litros nas trilhas	De 20 a 29 ocorrências; 02 pedras; 01 sacos de lixo de 10 litros nas trilhas	De 10 a 19 ocorrências; 01 pedra; até 01 sacos de lixo de 10 litros nas trilhas	0 a 3
Infraestrutura	Inexistente	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Acesso	Em condições perigosas de uso	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Total Geral					0 a 21

Descrição dos Indicadores:

As comunidades que atuam com a atividade de turismo de base comunitária podem se beneficiar da presença de unidades de conservação se a mesma tiver algumas características (recursos da flora, fauna, edáficos, geográficos e hídricos). Esta relação facilita uma interação que permita conservar e preservar estes atrativos. Todas as variáveis podem ser interpretadas de forma distinta em cada lugar da região trabalhada/pesquisada permitindo assim retratar em cada local a relação destes com a unidade de conservação.

- Potencial de atratividade: Refere-se ao conjunto de características peculiares do atrativo que a comunidade se relaciona com a atividade turística através dos agentes locais para com os turistas. O índice “0” indica que as características do atrativo não podem ser vivenciadas, impossibilitando envolvimento dos agentes locais com os turistas; o índice “1” indica que estas características podem ser vivenciadas parcialmente permitindo um envolvimento pequeno dos agentes locais com os turistas; o índice “2” ocorre quando estas características podem ser vivenciadas em determinadas épocas do ano, permitindo uma relação média dos agentes locais com os turistas; o índice “3” indica que tais características podem ser vivenciadas em qualquer época do ano, permitindo uma relação excelente entre os agentes locais do turismo de base comunitária e os turistas com o atrativo.
- Grau de uso atual: refere-se ao número de turistas que visitam o atrativo por meio da comunidade representada pelos agentes locais do turismo de base comunitária. Assim, para o grau “0”, uma proporção de até 5 turistas/mês, para o grau “1” de 6 a 10 turistas/mês; para o grau “2” de 11 a 29 turistas/mês e para o grau “3” de 30 a 45 turistas/mês, levantados em todas as famílias de agricultores familiares participantes do estudo.
- Representatividade do atrativo: em termos de turismo de base comunitária recebe o valor “0” quando não houver presença local de espécies relevantes da fauna e flora; a presença dos itens do índice anterior mais a presença de beleza cênica e de recursos abióticos o índice a considerar é “1”. O índice “2” será expresso pela presença das características dos índices anteriores acrescidos de atrativos históricos e culturais. Para o índice “3” considera-se a presença das características de todos os itens desta categoria, de forma que os agentes locais utilizem estes recursos em suas atividades turísticas.
- Apoio local comunitário: refere-se ao índice “0” a inexistência de apoios conseguidos por meio da comunidade local; para o índice “1” este envolvimento ocorre com comunidades adjacentes. Para o índice “2” a comunidade local consegue se

envolver com ONG's, sejam elas local ou não. Para o índice "3" os trabalhos da comunidade local se envolvem, além das características dos índices anteriores, com o(s) poder (es) público(s) municipal, estadual ou federal.

- Estado de conservação da paisagem: refere-se à paisagem que os agentes locais da atividade turística utilizam dentro da UC. O índice é "0" quando se encontra degradação com cortes da vegetação e pisações (acima de 40 ocorrências/trilha) e pisações em pedras (4 pedra/trilha), lixo nas trilhas (acima de 4 saco de 10 litros/trilha). Refere-se ao índice "1" quando se encontra degradação com cortes e pisações (de 30 a 39 ocorrências /trilha) nas trilhas e pisações em pedras (3 pedra/trilha), lixo nas trilhas (de 2 a 4 saco de 10 litros/trilha). Refere-se ao índice "2" quando se encontra degradação com cortes e pisações (20 a 29 ocorrências /trilha) nas trilhas e pisações em pedras (2 pedra/trilha), lixo nas trilhas (1 saco de 10 litros/trilha). Refere-se ao índice "3" quando se encontra degradação com cortes e pisações (10 a 19 ocorrências/trilha) nas trilhas e pisações em pedras (1 pedra/trilha), lixo nas trilhas (até 01 saco de 10 litros/trilha).

- Infraestrutura: retrata toda e qualquer estrutura existente na UC trabalhada pelos agentes locais da atividade turística. O índice será "0" quando a UC não disponibiliza qualquer infraestrutura, podendo ser trilhas, placas, banheiros, recursos humanos, equipamentos (veículos, GPS, entre outros). O índice "1" refere-se à infraestrutura que necessita de melhorias não cumprindo sua função. O índice "2" é quando a infraestrutura é existente mas precária, cumprindo parcialmente sua função. O índice "3" quando em ótimas condições cumpre totalmente o seu objetivo.

- Acesso: refere-se às condições das estradas e trilhas que os agentes locais utilizam na UC. O índice "0" ocorre quando o acesso se encontra em condições perigosas. O índice "1" quando os acessos necessitam de melhorias, o índice "2" quando ele é existente e precário não cumprindo sua função. O índice "3" quando em ótimas condições cumpre totalmente o seu objetivo.

5.3. Parâmetro: Água

Expressa a presença do recurso natural água disponível para atividades interativas de lazer e recreação voltados para o turismo de base comunitária onde acontecem relações ambientais, sociais e culturais entre a comunidade e os turistas, (Tabela 14).

O indicador que obtiver pontuação até 7 mostra que o atrativo não disponibiliza valores essenciais para que a comunidade se envolva com o turismo de base comunitária.

Entre 7,1 e 14,0 indica que a ocorrência da água no local contribui positivamente para o desenvolvimento desta atividade turística. Entre 14,1 e 21,0 indica que a utilização do atrativo água é característico do turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

Tabela 14 - Matriz de indicadores e valores dos índices relativos ao parâmetro água

Indicador	Índices				Total pontos
	0	1	2	3	
Potencial de atratividade	Não são vivenciadas interações	São vivenciadas parcialmente	São vivenciadas parcialmente em determinadas épocas do ano	São vivenciadas em qualquer época do ano	0 a 3
Grau de uso atual	Até 05 turistas/mês	De 06 até 10 turistas/mês	De 11 até 29 turistas/mês	De 30 a 45 turistas/mês	0 a 3
Representatividade	Inexistência de quedas d'água.	Presença de quedas d'água.	Presença de poços e piscinas naturais	Acrescido o sol durante todo o dia.	0 a 3
Apoio comunitário local	Inexistência de apoios conseguidos através da comunidade local	Apoio com comunidades adjacentes	Acrescido envolvimento com ONG's	Acrescido envolvimento com poder(es) público(s)	0 a 3
Estado de conservação da paisagem	Ausência de mata ciliar	De 30 a 39 ocorrências, de 02 a 04 sacos de lixo de 10 litros por Sítio turístico	De 20 a 29 ocorrências, 01 saco de lixo de 10 litros por Sítio turístico	De 10 a 19 ocorrências, até 01 saco de lixo de 10 litros por Sítio turístico	0 a 3
Infraestrutura	Inexistente	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Acesso	Em condições perigosas de uso	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Total Geral					0 a 21

Descrição dos Indicadores:

As comunidades que atuam com a atividade de turismo de base comunitária podem se beneficiar das características peculiares do atrativo água (períodos de insolação, piscinas naturais, mata ciliar) nos Sítios turísticos. A presença deste atrativo facilita a relação entre turistas e comunidades, propiciando conservação e preservação da água. Todas as variáveis

podem ser interpretadas de forma distinta em cada lugar da região trabalhada/pesquisada permitindo assim retratar em cada local a relação com a água.

- Potencial de atratividade: Refere-se ao conjunto das características peculiares do atrativo que a comunidade se relaciona com a atividade turística através dos agentes locais para com os turistas. O índice “0” indica que as características do atrativo não podem ser vivenciadas, impossibilitando envolvimento dos agentes locais com os turistas; o índice “1” indica que estas características podem ser vivenciadas parcialmente permitindo um envolvimento pequeno dos agentes locais com os turistas; o índice “2” aponta que estas características podem ser vivenciadas em determinadas épocas do ano, permitindo uma relação média dos agentes locais com os turistas; o índice “3” indica que tais características podem ser vivenciadas em qualquer época do ano, permitindo uma relação excelente entre os agentes locais do turismo de base comunitária e os turistas com o atrativo.
- Grau de uso atual: refere-se ao número de turistas que visitam o atrativo através da comunidade representada pelos agentes locais do turismo de base comunitária. Assim, para o grau “0”, uma quantidade de até 5 turistas/mês, para o grau “1” de 6 a 10 turistas/mês; para o grau “2” de 11 a 29 turistas/mês e para o grau “3” de 30 a 45 turistas/mês, levantados em todas as famílias de agricultores familiares participantes do estudo.
- Representatividade do atrativo: em termos de turismo de base comunitária para o Território da Serra do Brigadeiro o índice 0 expressa a inexistência de quedas d’água relevantes; pela presença de quedas d’água relevantes o índice é “1”. Para o índice “2” considera-se a presença de poços e piscinas naturais para banho. Para o índice “3” a presença das características de todos os itens desta categoria acrescido do sol durante os dois períodos do dia, de forma que os agentes locais utilizem este recurso em suas atividades turísticas.
- Apoio local comunitário: o índice “0” refere-se à inexistência de apoios conseguidos por meio da comunidade local; para o índice “1” este envolvimento (fossas sépticas, mina d’água protegida, nascente protegida, entre outros) ocorre com comunidades adjacentes. Para o índice “2” a comunidade local consegue se envolver com ONG’s seja elas locais ou não. Para o índice “3” os trabalhos da comunidade local se envolvem além das características dos índices anteriores, envolvem-se com os poder(es) público(s) municipal, estadual e federal.

- Estado de conservação da paisagem: refere-se á paisagem que os agentes locais da atividade turística utilizam no entorno do atrativo. O índice é “0” quando se encontra degradação com ausência de mata ciliar. O índice “1” quando se encontra degradação com cortes (galhos e cascas) da mata ciliar (de 30 a 39 ocorrências/Sítio turístico) , lixo no Sítio (de 2 a 4 saco de 10 litros/ Sítio turístico). O índice “2” quando se encontra degradação com cortes da mata ciliar (20 a 29 ocorrências/Sítio turístico) e presença de lixo no Sítio (01 saco de 10 litros/ Sítio turístico). Refere-se ao índice “3” quando se encontra degradação com cortes da mata ciliar (até 19 ocorrências/ Sítio turístico) e lixo no Sítio turístico (até 1 saco de 10 litros/ Sítio turístico).
- Infraestrutura retrata qualquer estrutura existente do Sítio turístico na região trabalhada pelos agentes locais da atividade turística. O índice será “0” quando para o lazer e recreação na água não é disponibilizado qualquer infraestrutura, podendo ser trilhas, placas, banheiros, estacionamento, quiosques, bar/lanchonete, entre outros. O índice é “1” quando a infraestrutura necessita de melhorias, não cumprindo sua função. O índice “2” é definido quando a infraestrutura é existente mas precária, cumprindo parcialmente sua função. O índice é “3”, quando em ótimas condições cumpre, totalmente o seu objetivo.
- Acesso: refere-se ás condições das estradas e trilhas que os agentes locais da atividade de turismo de base comunitária utilizam da comunidade mais próxima até o Sítio turístico. O índice “0” ocorre quando o acesso se encontra em condições perigosas para se chegar ao Sítio turístico. O índice “1” quando os acessos necessitam de melhorias; o índice “2” quando ele é existente e precário, não cumprindo sua função. O índice é “3” quando em ótimas condições, cumpre totalmente o seu objetivo.

5.4. Parâmetro: Mata

Expressa a presença do recurso natural mata em condições de ser utilizado pela comunidade por meio de atividades interativas de lazer e recreação voltadas para o turismo de base comunitária, onde acontecem relações ambientais, sociais e culturais entre a comunidade e os turistas (Tabela 15).

O indicador que totalizar até 7 mostra que o atrativo não disponibiliza valores essenciais para que a comunidade se envolva com o turismo de base comunitária. Entre 7,1 a 14,0 indica que a ocorrência da mata no local contribui positivamente para o desenvolvimento da atividade turística. Entre 14,1 e 21,0 este valor indica que a utilização do atrativo é característico do turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

Tabela 15 - Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro mata

Indicador	Índices				Total pontos
	0	1	2	3	
Potencial de atratividade	Não são vivenciadas interações	São vivenciadas parcialmente	São vivenciadas parcialmente em determinadas épocas do ano	São vivenciadas em qualquer época do ano	0 a 3
Grau de uso atual	Até 5 turistas/mês	De 6 até 10 turistas/mês	De 11 até 29 turistas/mês	De 30 a 45 turistas/mês	0 a 3
Representatividade	Topografia acentuada	Presença do atrativo sem trilhas definidas	Presença de espécies de madeira de lei.	Presença de vestígios da fauna e/ou avifauna	0 a 3
Apoio comunitário local	Inexistência de apoios conseguidos através da comunidade local.	Apoio com comunidades adjacentes.	Acrescido envolvimento com ONG's.	Acrescido envolvimento com poder(es) público(s).	0 a 3
Estado de conservação da paisagem	Inexistência de espécies de madeira de lei.	De 30 a 39 ocorrências, de 2 a 4 sacos de lixo de 10 litros por Sítio turístico	De 20 a 29 ocorrências, 01 saco de lixo de 10 litros por Sítio turístico	De 10 a 19 ocorrências, até 1 saco de lixo de 10 litros por Sítio turístico	0 a 3
Infraestrutura	Inexistente	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Acesso	Em condições perigosas para uso.	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Total Geral					0 a 21

Descrição dos Indicadores:

As comunidades que atuam com a atividade de turismo de base comunitária podem se beneficiar da presença de matas nos sítios turísticos se a mesma tiver algumas características peculiares (árvores protegidas por lei, trilhas definidas, vestígios de fauna) que facilitem esta relação pela interação que permita manter a conservação e preservação da mesma. Todas as variáveis podem ser interpretadas de forma distinta em cada lugar da região trabalhada/pesquisada permitindo retratar em cada local a relação com a mata.

- Potencial de atratividade: refere-se ao conjunto das características peculiares do atrativo que a comunidade se relaciona através da atividade turística com os agentes

locais para com os turistas. O índice “0” indica que as características do atrativo não podem ser vivenciadas, impossibilitando envolvimento dos agentes locais com os turistas; o índice “1” indica que estas características podem ser vivenciadas parcialmente permitindo um envolvimento baixo dos agentes locais com os turistas; o índice “2” mostra que estas características podem ser vivenciadas em determinadas épocas do ano, permitindo uma relação média dos agentes locais com os turistas; o índice “3” indica que tais características podem ser vivenciadas em qualquer época do ano, permitindo uma relação excelente entre os agentes locais do turismo de base comunitária e os turistas com o atrativo.

- Grau de uso atual: refere-se ao número de turistas que visitam o atrativo através da comunidade representada pelos agentes locais do turismo de base comunitária. Assim, para o grau “0”, uma proporção de até 5 turistas/mês; para o grau “1” de 6 até 10 turistas/mês; para o grau “2” de 11 até 29 turistas/mês e para o grau “3” de 30 a 45 turistas/mês, levantados em todas as famílias de agricultores familiares participantes do estudo.
- Representatividade do atrativo: em termos de turismo de base o índice “0” expressa a localização da mata em topografia acentuada; pela presença de mata sem trilhas definidas o índice a considerar é “1”. O índice “2” expressa a presença de espécies florestais de madeira de lei. O índice “3” indica a presença de vestígios da fauna e/ou avifauna relevantes na mata, de forma que os agentes locais utilizem este recurso em suas atividades turísticas.
- Apoio local comunitário: O índice “0” refere-se à inexistência de apoios conseguidos através da comunidade local; para o índice “1” este apoio (reflorestamentos com espécies nativas, recomposição da mata ciliar, definição de APP - Área de Preservação Permanente e/ou RL -Reserva Legal, RPPN -Reserva Particular do Patrimônio Natural, entre outros) ocorre com o envolvimento de comunidades adjacentes. Para o índice “2” a comunidade local consegue se envolver com ONG’s seja elas locais ou não. No índice “3” os trabalhos realizados pela comunidade local abrangem as características dos índices anteriores associados com apoio do(s) poder(es) público(s) municipal, estadual e federal para conservação e preservação de matas.
- Estado de conservação da paisagem: refere-se à paisagem do Sítio turístico que os agentes locais utilizam. O índice é “0” quando não se encontra espécies de madeira de lei. Atribui-se índice “1” quando se encontra degradação com cortes e pizações

(de 30 a 39 ocorrências/Sítio turístico) e lixo no Sítio (de 2 a 4 sacos de 10 litros/sítio turístico). O índice será “2” quando se encontra degradação com cortes e pixações (20 a 29 ocorrências/Sítio turístico) e lixo no Sítio (1 saco de 10 litros/Sítio turístico). Atribui-se índice “3” quando se encontra degradação com cortes e pixações (10 a 19 ocorrências/ Sítio turístico) e lixo no Sítio turístico (até 01 saco de 10 litros/ Sítio turístico).

- Infraestrutura: retrata toda e qualquer estrutura existente do Sítio turístico utilizado pelos agentes locais com os turistas. O índice “0” quando não é disponibilizado qualquer infraestrutura, podendo ser trilhas, placas, banheiros, estacionamento, quiosques, bar/lanchonete, entre outros. O índice é “1” refere-se quando a infraestrutura necessita de melhorias, não cumprindo sua função. O índice “2” é definido quando a infraestrutura é existente mas precária, cumprindo parcialmente sua função. O índice é “3” quando em ótimas condições cumpre totalmente o seu objetivo.
- Acesso: refere-se às condições das estradas e trilhas que os agentes locais da atividade de turismo de base comunitária utilizam da comunidade mais próxima até o Sítio turístico. O índice “0” ocorre quando o acesso se encontra em condições perigosas para se chegar ao Sítio turístico. O índice “1” quando os acessos necessitam de melhorias; o índice é “2” quando é existente e precário não cumprindo sua função. O índice é “3” quando em ótimas condições cumpre totalmente o seu objetivo.

5.5. Parâmetro: Cultural

Expressa a presença de bens localizados nos Sítios turísticos que contem determinadas características peculiares relacionadas a aspectos arquitetônico, histórico, cultural, folclórico e sócio-econômico. São curiosidades que fazem parte da cultura local em condições de serem utilizados através de atividades de lazer e recreação voltados para o turismo de base comunitária. Esta cultura propicia relações ambientais, sociais e culturais entre a comunidade e os turistas, (Tabela 16).

O indicador com valores até 7 mostra que o atrativo não disponibiliza valores essenciais para defini-lo como atrativo cultural. Entre 7,1 e 14 indica que a ocorrência deste atrativo tem atributos da cultura local. Entre 14,1 e 21,0, o atrativo cultural

pesquisado contribui consideravelmente para o desenvolvimento da atividade turística de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

Tabela 16 - Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro cultural

Indicador	Índices				Total pontos
	0	1	2	3	
Potencial de atratividade	Não são vivenciadas	São vivenciadas parcialmente	São vivenciadas parcialmente em determinadas épocas do ano	São vivenciadas em qualquer época do ano	0 a 3
Grau de uso atual	Até 5 turistas/mês	De 6 até 10 turistas/mês	De 11 até 29 turistas/mês	De 30 a 45 turistas/mês	0 a 3
Representatividade	Inexistência de qualquer atrativo cultural	Presença de atrativo cultural mas que não é utilizado pelos proprietários	Presença de atrativo cultural sendo utilizado pelos proprietários	Presença de atrativo cultural utilizado pelos proprietários e por outro agente local	0 a 3
Apoio local e comunitário	Inexistência de apoios conseguidos através da comunidade local.	Apoio com comunidades adjacentes.	Acrescido envolvimento com ONG's.	Acrescido envolvimento com poder(es) público(s).	0 a 3
Estado de conservação da paisagem	Estado adiantado de descaracterização	Estado descaracterizado, com serventia que não a turística	Estado original mas não útil para a atividade turística	Estado original e utilizado para a atividade turística	0 a 3
Infraestrutura	Inexistente	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Acesso	Em condições perigosas de uso.	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Total Geral					0 a 21

Descrição dos Indicadores:

- Potencial de atratividade: refere-se ao conjunto das características peculiares do atrativo que a comunidade se relaciona através da atividade turística por meio dos agentes locais para com os turistas. O índice "0" indica que as características do atrativo não podem ser vivenciadas, impossibilitando envolvimento dos agentes

locais com os turistas; o índice “1” indica que estas características podem ser vivenciadas parcialmente, permitindo um envolvimento baixo dos agentes locais com os turistas; o índice “2” aponta que estas características podem ser vivenciadas em determinadas épocas do ano, permitindo uma relação média dos agentes locais com os turistas; o índice “3” indica que tais características podem ser vivenciadas em qualquer época do ano, permitindo uma relação excelente entre agentes locais do turismo de base comunitária e os turistas com o atrativo.

- Grau de uso atual: refere-se ao número de turistas que visitam o atrativo através da comunidade representada pelos agentes locais do turismo de base comunitária. Assim, para o grau “0”, uma proporção de até 05 turistas/mês; para o grau “1” de 6 até 10 turistas/mês; para o grau “2” de 11 até 29 turistas/mês e para o grau “3” de 30 a 45 turistas/mês, levantados em todas as famílias de agricultores familiares participantes do projeto de turismo de base comunitária.
- Representatividade do atrativo: em termos de turismo de base comunitária o índice “0” expressa a inexistência de qualquer atrativo cultural; pela presença de um atrativo cultural mas que não é utilizado pelos proprietários o índice é “1”. O índice “2” expressa a presença de atrativo(s) cultural(is) sendo utilizado pelo(s) proprietário(s). O índice “3” indica a presença de atrativo(s) cultural(is) utilizado(s) pelo(s) proprietário(s) e por outro agente local de turismo de base comunitária em suas atividades turísticas.
- Apoio local comunitário: refere-se ao índice “0” a inexistência de apoios (tombamento, sinalização, “folder’s”, restauração, entre outros) conseguidos através da comunidade local para a conservação e/ou preservação do respectivo atrativo cultural no Sítio turístico; para o índice “1” estes apoios ocorrem com o envolvimento com comunidades adjacentes. Para o índice “2” a comunidade local consegue se envolver com ONG’s seja elas locais ou não para desenvolverem projetos de cunho cultural. Para o índice “3” os trabalhos da comunidade local se envolvem além das características dos índices anteriores acrescidos do(s) poder(es) público(s) municipal, estadual ou federal.
- Estado de conservação da paisagem: refere-se á paisagem onde está inserido o atrativo cultural (Sítio turístico) que os agentes locais da atividade turística utilizam. O índice é “0” quando o atrativo cultural se encontra em estado adiantado de descaracterização, não sendo utilizado de nenhuma forma. Atribui-se o índice “1” quando o atrativo apesar de estar em estado descaracterizado ainda tem uma

serventia que não a turística. O índice será “2” quando o atrativo cultural se encontra em estado original mas não é utilizado para a atividade turística, e será “3” quando o atrativo cultural se encontra em estado original, sendo utilizado para a atividade turística.

- Infraestrutura retrata toda e qualquer condição existente do Sítio turístico pelos agentes locais da atividade turística que facilite a conservação do atrativo cultural bem como propicie condições de informação para os turistas sobre o respectivo atrativo. O índice receberá o valor “0” quando não é disponibilizado qualquer infraestrutura/condição de uso para a atividade turística. O índice é “1” quando as infraestruturas e condições existentes estão abaixo do necessário, necessitando de melhorias, não cumprindo assim sua função. O índice “2” é definido quando a infraestrutura é existente mas precária, não sendo suficiente para disponibilizar para a atividade turística. O índice é “3” quando as infraestruturas cumprirem totalmente o seu objetivo para com a manutenção do turismo de base comunitária.
- Acesso: refere-se às condições das estradas e trilhas que os agentes locais da atividade de turismo de base comunitária utilizam da comunidade mais próxima até o Sítio turístico onde se encontra o atrativo cultural. O índice “0” ocorre quando o acesso se encontra em condições perigosas para se chegar ao Sítio turístico. O índice “1” quando os acessos necessitam de melhorias; o índice é “2” quando ele é existente e precário cumprindo parcialmente sua função. O índice “3” quando em ótimas condições cumpre totalmente o seu objetivo.

5.6. Parâmetro: Espaços de encontro e convivência

Estes espaços são locais peculiares que a comunidade compartilha suas experiências diárias no meio rural como a venda, o bar, a praça, a sombra da árvore, a varanda da casa, entre outros. Estes podem ser um ponto de encontro público ou privado, podendo haver mais de um na mesma região frequentada conjuntamente por turistas e residentes. Estes espaços são utilizados pela comunidade por meio de atividades sociais passíveis de serem utilizadas pelo turismo de base comunitária onde pode haver recreação e lazer com a comunidade e os turistas (Tabela 17).

O indicador que obtiver o valor até 7 mostra que o local pesquisado não se enquadra como espaço de encontro e convivência da comunidade. Entre 7,1 a 14,0 significa que o local analisado é considerado um espaço de encontro e convivência da

comunidade, mas não é representativo para a atividade de turismo de base comunitária. Entre 14,1 a 21 indica que estes locais na comunidade são considerados espaços de encontros e convivência na comunidade, contribuindo favoravelmente para o turismo de base comunitária.

Tabela 17 - Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro espaço de encontro e convivência

Indicador	Índices				Total pontos
	0	1	2	3	
Potencial de atratividade	Não são vivenciadas	São vivenciadas parcialmente	São vivenciadas parcialmente em determinadas épocas do ano	São vivenciadas em qualquer época do ano	0 a 3
Grau de uso atual	Até 5 turistas/mês	De 6 até 10 turistas/mês	De 11 até 29 turistas/mês	De 30 a 45 turistas/mês	0 a 3
Representatividade	Inexistência do atrativo	Atrativo utilizado somente pela comunidade residente	Atrativo utilizado por comunidades adjacentes	Atrativo em local privado utilizado por comunidades adjacentes	0 a 3
Apoio local e comunitário	Inexistência de apoios conseguidos através da comunidade local.	Apoio com comunidades adjacentes.	Acrescido envolvimento com ONG's.	Acrescido envolvimento com poder(es) público(s) municipal	0 a 3
Estado de conservação da paisagem	Com degradação ambiental	Com embelezamento como flores, árvores e decoração personalizada	Com atributo natural de beleza cênica complementando motivo de fluxo turístico	Paisagem define como ponto de encontro para contemplação utilizado para o turismo	0 a 3
Infraestrutura	Inexistente	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Acesso	Em condições perigosas de uso.	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Total Geral					0 a 21

Descrição dos Indicadores:

- Potencial de atratividade: refere-se ao conjunto das características peculiares do espaço de encontro e convivência de determinada comunidade e/ou Sítio turístico,

permitindo que os proprietários e/ou agentes locais interajam com os turistas. O índice “0” indica que as características do atrativo não podem ser vivenciadas, impossibilitando envolvimento dos agentes locais com os turistas; o índice “1” indica que estas características podem ser vivenciadas parcialmente, permitindo um envolvimento pequeno dos agentes locais com os turistas; o índice “2” aponta que estas características podem ser vivenciadas em determinadas épocas do ano, permitindo uma relação média dos agentes locais com os turistas; o índice “3” indica que tais características podem ser vivenciadas em qualquer época do ano, permitindo uma relação excelente entre os agentes locais do turismo de base comunitária e os turistas com o atrativo.

- Grau de uso atual: refere-se ao número de turistas que visitam o atrativo por meio da comunidade representada pelos agentes locais do turismo de base comunitária. Assim, temos para o grau “0”, uma quantidade de até 5 turistas/mês; para o grau “1” de 6 até 10 turistas/mês; para o grau “2” de 11 até 29 turistas/mês e para o grau “3” de 30 a 45 turistas/mês, levantados em todas as famílias de agricultores familiares participantes do estudo.
- Representatividade do atrativo: em termos de turismo de base comunitária o índice “0” expressa a inexistência deste atrativo; pela presença de um espaço de encontro e convivência utilizado somente pela comunidade residente considera-se o valor “1”. O índice “2” expressa a presença de um espaço de encontro e convivência em local sendo utilizado por comunidades adjacentes. O índice “3” é a presença de um espaço de encontro e convivência privado utilizado pelos proprietários e/ou agente local de turismo de base comunitária em suas atividades turísticas.
- Apoio local comunitário: O índice “0” refere-se à inexistência de envolvimento da comunidade para realização de eventos (reuniões, apresentações de danças, festas comunitárias, comemorações particulares) nestes locais considerados como atrativos; Considera-se o índice “1” quando estes apoios ocorrem com o envolvimento somente da comunidade residente. Para o índice “2” quando a comunidade local consegue se envolver com ONG’s e para o índice “3” quando a comunidade local também se envolve com poderes públicos para realizar eventos nestes espaços.
- Estado de conservação da paisagem: refere-se á paisagem onde está inserido o atrativo. O índice é “0” quando existe o atrativo, e ele se encontra em estado de degradação ambiental (esgotos a céu aberto, presença de lixo, processos erosivos,

árvores e galhos quebrados, pixações, entre outros). Atribui-se índice “1” quando o ambiente possuir características de embelezamento como flores, árvores e decoração personalizada. Atribui-se índice “2” quando no ambiente houver algum atributo natural de beleza cênica complementando o motivo principal de fluxo turístico. O índice será “3” quando o espaço apresentar características na paisagem que o define como ponto de encontro para contemplação, sendo utilizado para a atividade turística.

- **Infraestrutura:** retrata toda e qualquer condição existente do Sítio turístico pelos agentes locais da atividade turística que facilite a conservação destes espaços de convivência que propicie condições de informação para os turistas. O índice é “0” quando não disponibilizado qualquer infraestrutura/condição de uso para a atividade turística. O índice é “1” quando as infraestruturas estão abaixo do necessário, necessitando de melhorias, não cumprindo assim sua função. O índice “2” é definido quando a infraestrutura é existente, mas precária. O índice é “3” quando a infraestrutura está em ótimas condições cumprindo totalmente o seu objetivo para com a sua manutenção.
- **Acesso:** refere-se às condições das estradas e trilhas que os agentes locais da atividade de turismo de base comunitária utilizam da comunidade mais próxima até o Sítio turístico onde se encontra o atrativo. O índice “0” é atribuído quando o acesso se encontra em condições perigosas para se chegar ao Sítio turístico. O índice “1” é considerado quando os acessos necessitam de melhorias, o índice é “2” quando ele é existente e precário não cumprindo sua função. O índice “3” quando o acesso ocorre em ótimas condições cumprindo totalmente o seu objetivo.

5.7. Parâmetro: Produção associada ao turismo

Este atrativo é toda e qualquer produção artesanal e agropecuária que detém atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor turístico aos Sítios turísticos, (Tabela 18).

Expressa a presença desta produção comercializada através de trocas de saberes e fazeres. Esta troca é a possibilidade para o turista experimentar o modo de vida, com a participação na rotina da propriedade em sua lida no meio rural.

O indicador que totalizar até o valor 7 mostra que o produto não agrega valor essencial para que a comunidade se envolva com o turismo de base comunitária. Entre

7,1 e 14,0 indica que a ocorrência deste produto na região contribui positivamente para o desenvolvimento da atividade turística de base comunitária. Para a pontuação entre 14,1 e 21,0, significa que o produto analisado é representativo da atividade de turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

Tabela 18 - Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro produção associada ao turismo

Indicador	Índices				Total pontos
	0	1	2	3	
Potencial de atratividade	Não são vivenciadas	São vivenciadas parcialmente	São vivenciadas parcialmente em determinadas épocas do ano	São vivenciadas em qualquer época do ano	0 a 3
Grau de uso atual	Até 05 turistas/mês	De 06 até 10 turistas/mês	De 11 até 29 turistas/mês	De 30 a 45 turistas/mês	0 a 3
Representatividade	Inexistência de comercialização	Comercialização de até 20 unidades de medida	Comercialização de 20 a 30 unidades de medida	Comercialização acima de 30 unidades de medida	0 a 3
Apoio local e comunitário	Inexistência de envolvimento da mão de obra local	Existência de envolvimento da mão de obra local	Existência de envolvimento da mão de obra familiar	Acrescido a vivência do turista no processo produtivo.	0 a 3
Estado de conservação da paisagem	Extração da matéria prima degrada ambiente natural	Processo produtivo degrada ambiente natural	Ambiente trabalhado reflete modo de vida	Ambiente de trabalho integrado ao Sítio turístico	0 a 3
Infraestrutura	Inexistente	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Acesso	Em condições perigosas de uso.	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Total Geral					0 a 21

Descrição dos Indicadores:

- Potencial de atratividade: refere-se ao conjunto de características peculiares (equipamentos, insumos, embalagem) do processo produtivo que o turista pode vivenciar no Sítio turístico, permitindo que os proprietários e/ou agentes locais interajam com os turistas. O índice “0” indica que as características do atrativo não

podem ser vivenciadas, impossibilitando envolvimento dos agentes locais com os turistas; o índice “1” indica que estas características podem ser vivenciadas parcialmente, permitindo um envolvimento baixo dos agentes locais com os turistas; o índice “2” refere-se às características que podem ser vivenciadas em determinadas épocas do ano, permitindo uma relação média dos agentes locais com os turistas; o índice “3” indica que tais características podem ser vivenciadas em qualquer época do ano, permitindo uma relação excelente entre os agentes locais do turismo de base comunitária e os turistas com o atrativo.

- Grau de uso atual: refere-se ao número de turistas que visitam o atrativo por meio da comunidade representada pelos agentes locais do turismo de base comunitária. Assim, para o grau “0”, uma quantidade de até 5 turistas/mês; para o grau “1” de 6 até 10 turistas/mês; para o grau “2” de 11 até 29 turistas/mês e para o grau “3” de 30 a 45 turistas/mês, levantados em todas as famílias de agricultores familiares participantes do estudo.
- Representatividade do atrativo: em termos de turismo de base comunitária para a Serra do Brigadeiro expressa a relação comercial que o produto apresenta. Para a inexistência de comercialização o índice é “0”; pela comercialização de até 20 unidades de medida o índice é “1”. O índice “2” é expresso pela comercialização de 20 a 30 unidades de medida. O índice “3” é pela comercialização acima de 30 unidades de medida através de atividades turísticas.
- Apoio local comunitário: refere-se ao índice “0” a inexistência de envolvimento da mão de obra local nos processos de produção; para o índice “1” a existência do envolvimento da mão de obra local no processo de produção. Para o índice “2” a existência do envolvimento da mão de obra familiar no processo de produção. Para o índice “3” além da presença das características dos índices anteriores é acrescido a vivência do turista no processo produtivo.
- Estado de conservação da paisagem: refere-se à paisagem onde está sendo realizado o processo produtivo, da produção à comercialização. O índice é “0” quando a extração da matéria prima degrada o ambiente natural. O índice é “1” quando somente o processo produtivo da transformação da matéria em produto degrada o ambiente natural. Atribui-se índice “2” quando o ambiente trabalhado reflete o modo de vida dos artesões, produtores e/ou agricultores. Refere-se ao índice “3” quando a extração da matéria prima, o processo produtivo e o ambiente de trabalho se integram no sítio turístico.

- **Infraestrutura:** retrata toda e qualquer condição existente do sítio turístico pelos agentes locais. O processo produtivo é desenvolvido da maneira mais original possível sem agredir o ambiente, propiciando condições de informação do atrativo para os turistas. O índice é “0” quando não é disponibilizado qualquer infraestrutura/condição de uso para a atividade turística. O índice “1” indica que a infraestrutura e as condições existentes estão abaixo do necessário, necessitando de melhorias, não cumprindo assim sua função. O índice “2” é quando a infraestrutura é existente mas precária, cumprindo apenas a função de produção, não sendo suficiente para disponibilizar para a atividade turística. O índice é “3” quando a infraestrutura está em ótimas condições cumprindo totalmente o seu objetivo para com o processo produtivo e educativo.
- **Acesso:** refere-se às condições das estradas e trilhas que os agentes locais da atividade de turismo de base comunitária utilizam da comunidade mais próxima até o Sítio turístico onde se encontra o atrativo. O índice é “0” quando o acesso se encontra em condições perigosas para se chegar ao Sítio turístico. O índice é “1” quando os acessos necessitam de melhorias; o índice é “2” quando ele é existente e precário cumprindo parcialmente sua função. O índice é “3” quando o acesso se encontra em ótimas condições cumprindo totalmente o seu objetivo.

5.8. Parâmetro: Hospitalidade

Este atrativo refere-se às especificidades de uma variedade de acomodações, desde alojamentos com café da manhã até casas para hóspedes; de casas rurais em que o hóspede providencia sua própria alimentação até famílias hospedeiras (Tabela 19). Expressa a relação peculiar entre hospedeiro e hóspede através de vivências compartilhadas, onde é manifestada a dinâmica do dom na convivência entre indivíduos que pertencem a sociedades e culturas diferentes.

O indicador que atinge valores até 7 mostra que a hospitalidade é fator limitante para que seja desenvolvida a atividade de turismo de base comunitária. A partir de 7,1 até 14,0 indica que a hospitalidade é fator catalisador da atividade de turismo de base comunitária. Para valores entre 14,1 e 21 significa que a hospitalidade é fator preponderante na caracterização do turismo de base comunitária.

Tabela 19 - Matriz de indicadores e valores dos índices relativo ao parâmetro hospitalidade

Indicador	Índices				Total pontos
	0	1	2	3	
Potencial de atratividade	Não são apresentadas nenhuma vivência	São apresentadas de 1 a 3 vivências no Sítio turístico	São apresentadas de 4 a 6 vivências no Sítio turístico	São apresentadas acima de 6 vivências no Sítio turístico	0 a 3
Grau de uso atual	Até 05 turistas/mês	De 06 até 10 turistas/mês	De 11 até 29 turistas/mês	De 30 a 45 turistas/mês	0 a 3
Representatividade	Não são experimentadas nenhuma das vivências apresentadas	É experimentada apenas 1 vivência	São experimentadas 2 vivências	São experimentadas 3 vivências	0 a 3
Apoio local e comunitário	Inexistência de envolvimento da mão de obra local	Existência de envolvimento da mão de obra local	Existência de envolvimento da mão de obra familiar	Acrescido assessoria de entidades governamentais ou não	0 a 3
Conservação da paisagem	A paisagem não recebeu interferências necessárias	A paisagem recebeu interferência negativa	A interferência recebida é ajustada á paisagem	A interferência recebida possibilita interação com o ambiente	0 a 3
Infraestrutura	Inexistente	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Acesso	Em condições perigosas para serem compartilhadas	Necessita melhorias, não cumpre sua função	Precária, cumprindo parcialmente sua função	Excelente, cumpre sua função	0 a 3
Total Geral					0 a 21

Descrição dos Indicadores:

- Potencial de atratividade: refere-se ao conjunto de produtos e serviços peculiares (leitos individuais, leitos coletivos, leitos com suítes ou não, refeições, guiagem, educação e interpretação ambiental, produtos agregados, entre outros) que o empreendimento oferece ao turista. O índice “0” mostra que as características do atrativo não podem ser vivenciadas, permitindo um envolvimento reduzido dos agentes locais com os turistas; o índice “1” indica que estas características podem ser vivenciadas parcialmente permitindo um envolvimento baixo dos agentes locais com os turistas; o índice “2” mostra que estas características podem ser vivenciadas

em determinadas épocas do ano, permitindo uma relação média dos agentes locais com os turistas; o índice “3” indica que tais características podem ser vivenciadas em qualquer época do ano, permitindo uma relação excelente entre os agentes locais do turismo de base comunitária e os turistas com o atrativo.

- Grau de uso atual: refere-se ao número de turistas que visitam o atrativo através da comunidade representada pelos agentes locais do turismo de base comunitária. Assim, para o grau “0”, uma proporção de até 5 turistas/mês; para o grau “1” de 6 até 10 turistas/mês; para o grau “2” de 11 até 29 turistas/mês e para o grau “3” de 30 a 45 turistas/mês, levantados em todas as famílias de agricultores familiares participantes do projeto de turismo de base comunitária.
- Representatividade do atrativo: refere-se ao número de turistas que visitam o atrativo por meio da comunidade representada pelos agentes locais do turismo de base comunitária. Assim, para o grau “0”, quando não são experimentadas/compartilhadas nenhuma das vivências apresentadas, para o grau “1” quando é experimentada/compartilhada apenas 1 vivência; para o grau “2” são experimentadas 2 vivências e para o grau “3” são experimentadas 3 vivências, levantados em todas as famílias de agricultores familiares participantes do projeto de turismo de base comunitária.
- Apoio local comunitário: O índice “0” refere-se à inexistência de envolvimento da mão de obra local no Sítio turístico; O índice é “1” quando há envolvimento da mão de obra local no Sítio turístico. Recebe índice “2” quando existe o envolvimento da mão de obra familiar no Sítio turístico. O índice é “3” quando existe o envolvimento da mão de obra familiar no Sítio turístico com assessoria de entidades governamentais ou não na área de turismo.
- Estado de conservação da paisagem: refere-se á paisagem rural de uma propriedade produtiva aliada á paisagem natural com recursos ambientais equilibrados onde está inserido o(s) atrativo(s). O índice é “0” quando o Sítio turístico necessitar de interferências paisagísticas mas não executá-las. O índice é “1” quando o Sítio turístico executa as interferências paisagísticas, mas estas não se adéquam ao ambiente, trazendo impactos negativos. O índice é “2” quando ocorre as interferências no ambiente de forma adequada, não causando impactos visuais e ambientais. O índice é “3” quando as interferências ocorrem propiciando condições de um melhor aproveitamento da paisagem local para se interagir com o ambiente.

- Infraestrutura: retrata toda e qualquer condição existente do Sítio turístico pelos agentes locais da atividade turística que permita estabelecer meios de hospitalidade. O índice é “0” quando não é disponibilizado qualquer infraestrutura/condição de uso para a hospitalidade (água, luz, telefone, acesso interno no Sítio turístico) na atividade turística. O índice “1” refere-se à existência de infraestrutura e condições abaixo do necessário, exigindo melhorias, não cumprindo assim sua função. O índice é “2” quando a infraestrutura é existente mas precária, cumprindo apenas a função para a família hospedeira, não sendo suficiente para disponibilizar para a atividade turística. O índice é “3” quando, em ótimas condições, cumpre totalmente o seu objetivo para a família hospedeira e o hóspede do turismo de base comunitária.
- Acesso: refere-se às condições das estradas e trilhas que os agentes locais da atividade de turismo de base comunitária utilizam da comunidade mais próxima até o Sítio turístico, onde se encontra o atrativo. O índice é “0” quando o acesso se encontra em condições perigosas para as vivências serem compartilhadas. O índice é “1” quando os acessos necessitam de melhorias; o índice é “2” quando ele é existente e precário, cumprindo parcialmente sua função. O índice é “3” quando em ótimas condições cumprindo totalmente o seu objetivo.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. Perfil do Turista do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB e entorno

Identificar o destino que se busca no contexto do turismo de base comunitária é uma questão prioritária para a aproximação com o mercado consumidor. Neste sentido, o Território da Serra do Brigadeiro em seu atual estágio de percepção da atividade turística, identifica particularidades que o aproxima deste tipo de turismo.

Em relação à hospedagem do turista, observa-se um grande interesse do visitante pelo acampamento, representando 53% do total pesquisado. Este dado pode comprovar a preferência deste tipo de turista por um contato maior com a natureza, como mostra a Figura 10. A hospedagem em casas de parentes (14%) indica que a região ainda se encontra em estágios iniciais de visitação, podendo receber maior fluxo turístico com a propaganda boca a boca, estimulada pela valorização da terra natal como é o caso de parentes. O fluxo doméstico regional pode ser explicado por aqueles que vão e voltam para suas origens (12%), podendo ser melhor aproveitado, se houvesse maiores opções não só de hospedagens mas de um mercado turístico que valorizasse produtos e serviços locais. Estas opções podem ser apresentadas em formas de hospedagens em vilas, albergues da juventude, estâncias rurais, chalés, bangalôs, iglus, Camping Club do Brasil-CCB, casas de aluguel, enfim, variedades de acomodações sendo gerenciadas pela própria comunidade organizada em uma central de reserva.

Sobre este tipo de fluxo, Ramiro (2010), aponta a necessidade de uma intervenção maior do poder público, de forma a definir projetos de desenvolvimento que

articulem programas de geração de renda para que o mercado local seja o fomentador deste turismo doméstico. Assim, a comunidade do Território da Serra do Brigadeiro deve ser trabalhada para se enquadrar neste contexto e buscar sensibilizar os seus dirigentes públicos para melhores investimentos em infraestrutura básica que apóie o turismo.

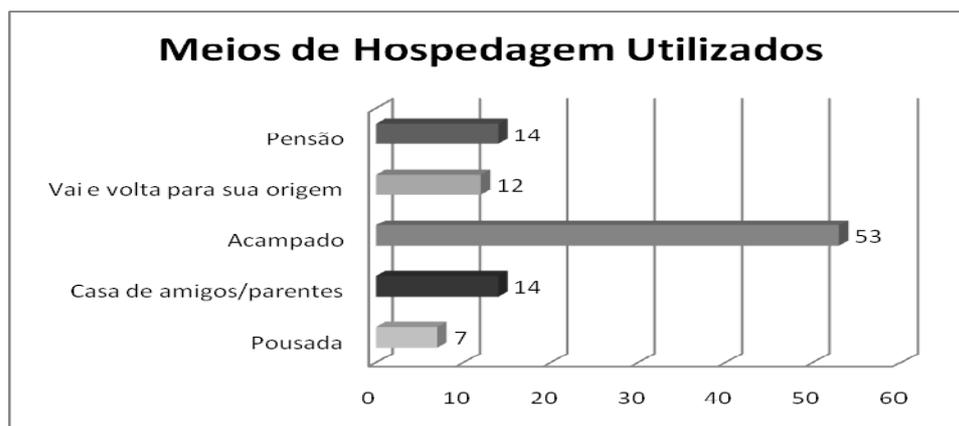


Figura 10 - Meios de hospedagem utilizados pelos visitantes do PESB e entorno. Fevereiro/2009.

A pouca diferença com relação à idade dos turistas (Figura 11), pode facilitar a implementação de atividades para os que praticam o turismo rural na agricultura familiar. Os turistas pesquisados foram na maioria, com idade acima de 25 anos (32% + 36%). Jovens estudantes com idade de 18 a 25 anos (33%) estão à procura de novidades nas suas experiências de viagens, buscando contato com a natureza. Estes visitantes podem ter experiências em locais ainda bem preservados em termos ambientais e culturais no PESB. Estes dados direcionam a formação de roteiros, e permite a adequação do calendário de eventos com uma programação voltada para esta faixa etária. A tendência para o turismo no meio rural é possibilitar uma interação sadia e segura do hóspede com a rotina dos anfitriões, permitindo conhecer a cultura local. Neste sentido, é possível estimular festas religiosas como a encomendação das almas em Araçuaia, o jubileu em Bom Jesus do Madeira, o torneio leiteiro em Pedra Alta, com programações de resgate histórico destas festividades, evitando transformá-las em apenas shows musicais. O perfil dos eventos é que definirá o perfil do visitante.

Segundo Bacha e Strehlau (2009), dentre cinco faixas etárias a que mais viaja são adultos maduros de 30 a 39 anos de idade. Sobre a atividade turística, para 2017 é de que o negócio de viagens e turismo tenha um crescimento nominal, para algo

superior a treze bilhões e duzentos e trinta e um milhões (WTTC, 2010). Estes dados situam uma justificativa para que a tendência do turismo no Território da Serra do Brigadeiro seja promissora.

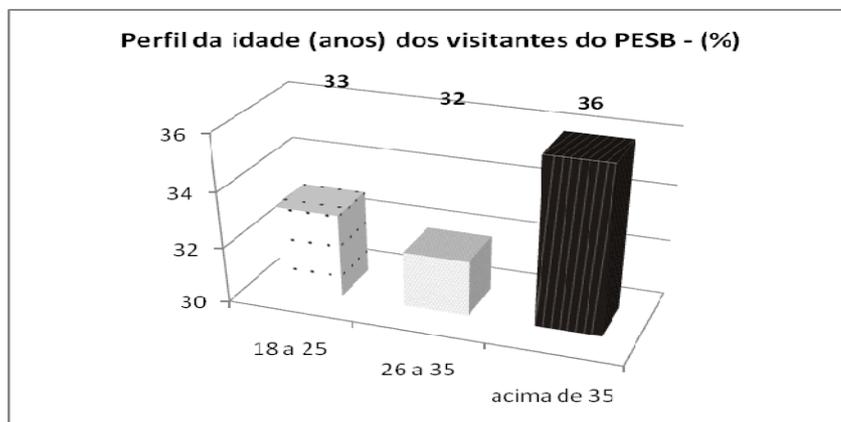


Figura 11 - Perfil da idade dos visitantes do PESB e entorno em percentagem. Fevereiro/2009.

Dentre os atrativos turísticos que a cidade de Araponga oferece, o Pico do Boné foi apontado por 16% como o lugar mais frequentado pelos turistas, seguido da Cachoeira da Laje com 14% e a do Pio com 12%(Figura 12). Percebe-se que uma quantidade considerável de visitantes (19%) não responderam a esta questão, o que pode indicar uma carência de informação dos atrativos e de infra-estrutura turística.

Na sede do PESB estão concentradas várias trilhas interpretativas e o centro de visitantes, locais de infra-estrutura específicas de uso público da unidade de conservação. No entanto, com base nas respostas dos entrevistados, apenas 6% visitaram estas áreas. O visitante que vai à cachoeira do Pio, passando por Araponga passa pela sede do PESB, reforçando a necessidade de uma maior gestão com participação comunitária para que os empreendimentos privados no entorno do PESB sejam mais visitados.

Pode-se perceber pela expressividade das respostas em branco (19%), que existe pouca divulgação dos atrativos no PESB e seu entorno. A relação entre os empreendedores onde se localizam os atrativos tem pouca comunicação. Poderia haver também uma maior divulgação entre eles e, até mesmo entre a administração do PESB e estes empreendedores. Os canais de comunicação local como jornais e rádios, poderiam veicular mais notícias ambientais, o que resultaria em uma maior aproximação da população com o PESB. A internet por meio de sites, hoje muitos gratuitos, poderia ser

uma ferramenta de divulgação e promoção local. No entanto, os poucos sites existentes sobre a região, estão desatualizados com suas formas de contatos desativados. Assim, podemos entender a necessidade de uma gestão de fato participativa da comunidade interessada em desenvolver o turismo na região.

A Fazenda do Brigadeiro, o Pico do Cruzeiro e a Igreja são atrativos que se encontram no interior do PESB. As Pousadas Serra D'água e Vale da Lua são empreendimentos privados e não se caracterizam como agricultura familiar. A Pousada Remanso é de uma família agricultora que serve refeição e tem 2 módulos de alojamentos, restaurante e a área para acampamento mais frequentada.

Os dados apresentados demonstram que os atrativos mais visitados se encontram em propriedades privadas, sendo muitos que praticam a agricultura familiar. A visitação destes empreendimentos pode significar maior valorização aos produtos e serviços do turismo de base comunitária, o que resultará em benefícios econômicos.

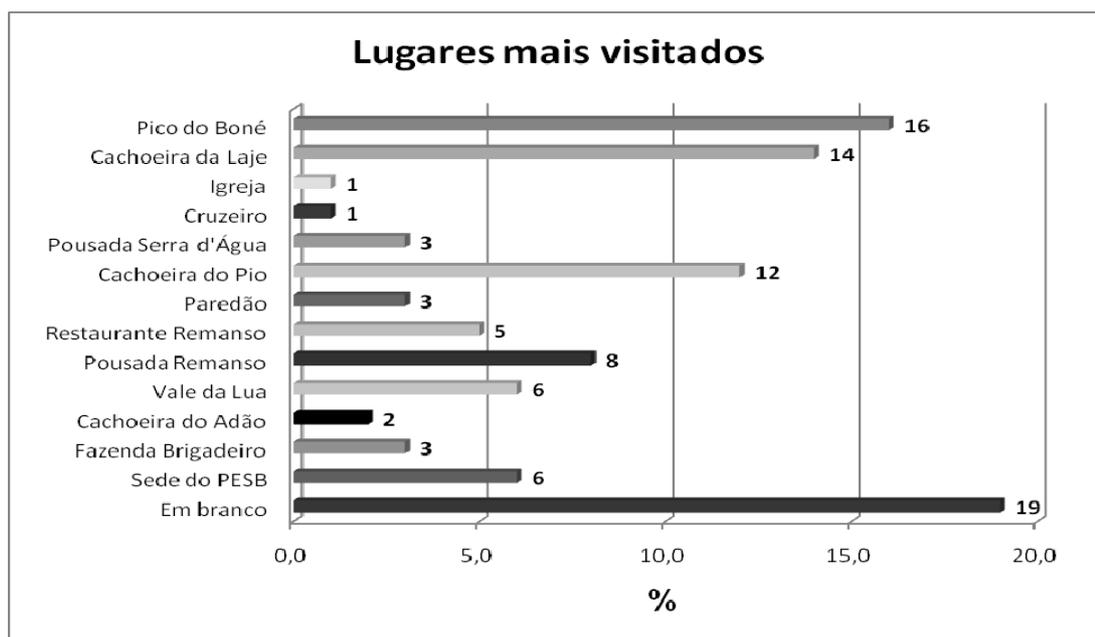


Figura 12 - Lugares mais visitados pelos turistas do PESB e entorno. Fevereiro/2009.

Conforme Talaya (2004), o turista moderno apresenta mudanças comportamentais significativas com necessidades de informações sobre os destinos para maximizar suas experiências. A autora diz que estas experiências de viagens mais frequentes e curtas são motivadas por locais com ambientes naturais e culturalmente

preservados. Este perfil de turista vem sendo reconhecido no Território da Serra do Brigadeiro, em função das características destes atrativos disponibilizados.

Quando questionados sobre a disposição em pagar por produtos e serviços como especificados na Figura 13, foi constatado que 20% estão interessados em conhecer a região se hospedando na casa de famílias agricultoras buscando maior interação para se ter uma experiência inovadora. Uma pequena parcela, 3% dos entrevistados, tem vontade de conhecer a região com profissionais aptos, ou seja, guias (agentes locais) conhecedores do município.

A cavalgada, uma atividade nova na região e que tem conquistado vários adeptos, foi mencionada por 24% dos entrevistados. Uma parcela considerável (20%) procura as propriedades rurais para tornar o passeio mais dinâmico e agradável, vivenciando a lida do campo como tratos de animais e agroecologia, entre outros. O artesanato constou em 12% dos entrevistados, pois há um desejo de consumir algo feito regionalmente. Este dado pode nortear ações futuras, pois a região não apresenta muitos produtos artesanais, e esta é uma prática com potencial de agregar valores à economia das famílias locais.

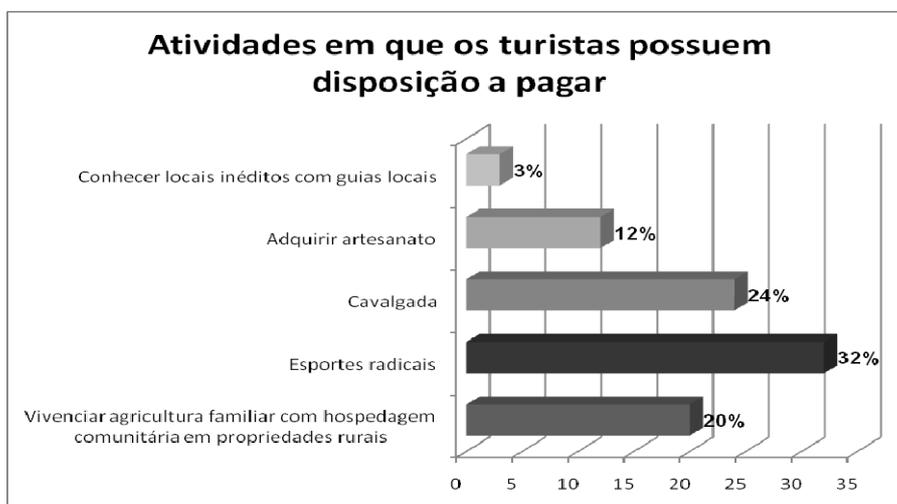


Figura 13 - Atividades no entorno do PESB em que o turista tem disposição a pagar. Fevereiro/2009.

A Tabela 20 mostra a avaliação das experiências turísticas dos visitantes no entorno do PESB, dentro do município de Araponga. Com relação ao acesso não pavimentado (estrada de terra) para os atrativos foi detectado que este item se encontra em condição boa, podendo ser melhorado. A responsabilidade é dos gestores do turismo

no município e dos governos locais, o que pode ser resultado de desarticulação dos tomadores de decisão. O acesso aos atrativos foi avaliado como regular, devido a poucas placas de sinalização existente. A infra-estrutura da cidade de Araonga foi avaliada como boa, segundo as experiências do turista no período de carnaval. É regular a infra-estrutura nos atrativos, como ausência de folheteria e as placas de sinalização, entre outras estruturas.

Tabela 20 - Avaliação em percentagem (%) das experiências turísticas dos visitantes no entorno do PESB, no município de Araonga. Fevereiro/2009

Itens avaliados	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Em Branco
Acesso a região	5	41	25	16	4	8
Acesso aos atrativos	5	18	34	25	14	4
Infraestrutura da cidade	12	42	23	10	0	12
Infraestrutura dos atrativos	12	25	36	7	4	16
Hospedagem	21	10	36	5	1	27
Alimentação	25	10	46	3	0	23
Patrimônio histórico	15	11	26	0	1	47
Informações recebidas	18	16	45	5	1	14
Atendimento recebido	29	8	48	3	0	12
Preço	11	19	45	3	0	22
Opção de o que fazer	19	23	36	7	3	12
Condição do lixo	16	27	36	5	5	10
Sinalização	12	21	27	21	11	8

Percebe-se que os preços pelas visitas estão sendo trabalhados de forma coerente, sem abusos e contradições, segundo as respostas obtidas. O lixo ainda não é preocupante, mas se não houver planejamento por parte dos gestores do turismo, poderá se tornar um problema para transformar os atrativos em produtos turísticos. A avaliação da hospedagem foi regular, devido principalmente a situação dos banheiros sem perfeitas condições de uso. A alimentação foi considerada regular, podendo ser melhorada se aproveitar melhor as hortas caseiras. O patrimônio histórico se encontra regular, por falta de informação sobre como agregar valor com o turismo. As informações também se encontra na mesma situação, por falta de orientações e cursos de capacitação nesta área.

Com este cenário das experiências turísticas dos visitantes no entorno do PESB, são confirmadas as palavras de Takasago e Miollo (2007), de que o turismo apresenta

grandes possibilidades de geração de renda quando investido por pequenos empresários e trabalhadores por conta própria. No Território da Serra do Brigadeiro os empreendedores locais são os responsáveis pela implantação e manutenção destes atrativos. Para tanto, desenvolve-se uma microeconomia com geração de renda em função da implantação de estruturas mínima para possibilitar uso dos pontos turísticos no entorno do PESB. O preço cobrado é regular, mas poderia ser oferecido maior qualidade em todos os produtos e serviços comercializados. As opções de lazer são regulares, em função de não estar sendo proporcionado interações e vivências com as populações envolvidas. O lixo está no limiar de ser um problema, por isso sua avaliação regular. A sinalização turística foi avaliada regular, por não informar os pontos turísticos fora do PESB.

Em relação ao nível de satisfação (Figura 14) o conceito regular foi o que prevaleceu como média de 35,6% das respostas avaliativas das experiências turísticas dos visitantes no entorno do PESB. O conceito péssimo foi o que apresentou a menor média, com 3,3%. As respostas em branco tiveram um resultado bem significativo (16,5%), o que pode ser justificado pelo desconhecimento dos visitantes em relação aos atrativos e por estarem acampados e optarem por preparar sua própria alimentação, implicando em pouca movimentação na região de destino.

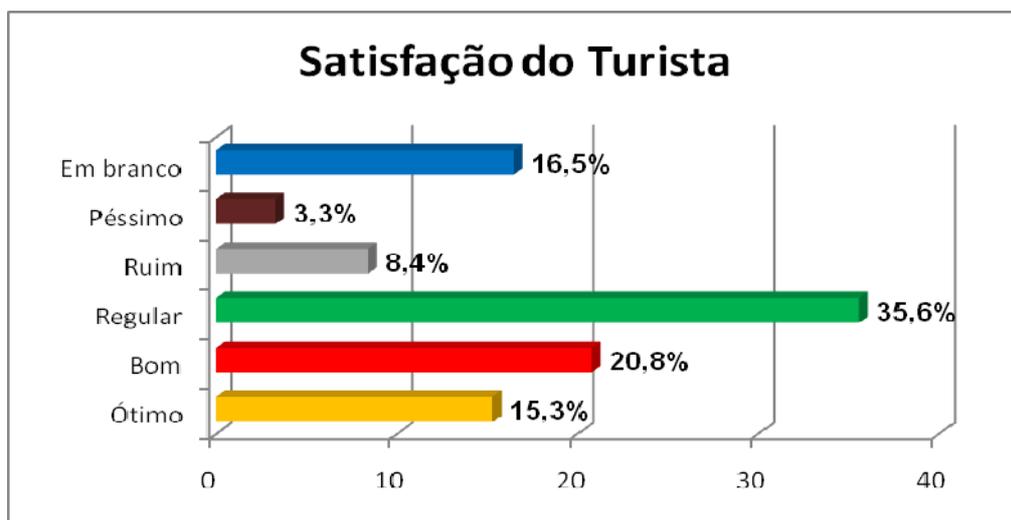


Figura 14 - Nível de satisfação do turista em sua estada no entorno do PESB. Fevereiro/2009.

O acesso à região é melhor que aos atrativos, devido o asfaltamento das rodovias, facilitando a locomoção. A infraestrutura da cidade foi melhor que nos

atrativos, no entanto, os turistas entrevistados muito pouco usaram a cidade para satisfazerem suas necessidades turísticas, podendo a resposta não ser realista, pois percebe-se na cidade de Araponga, por exemplo, que o comércio em finais de semana e feriados é fechado, assim como o CAT – Centro de Atendimento ao Turista e a Casa de Cultura, onde se encontra informações sobre a região. Com exceção do resultado sobre a infraestrutura da cidade, todas as outras respostas mostraram que as satisfações estavam regulares, indicando portanto, necessidade de melhorias.

As melhorias passíveis de serem contornadas em curto prazo seria manter abertos os serviços públicos e privados do município, ligados diretamente a atividade turística, com guias e monitores capacitados.

O município de Araponga não apresenta tradição nas festas do carnaval, sendo o fluxo turístico distribuído pela zona rural. A minoria restante retorna para a sua cidade de origem, por não haver oferta de pousadas e alojamentos suficientes em épocas de grande visitação.

Existe a necessidade de se buscar maior equilíbrio entre a demanda e a oferta dos produtos e serviços disponibilizados. No estágio inicial de reconhecimento turístico de Araponga, os bens e serviços turísticos são adquiridos pelos empreendedores fora da comunidade local. Isso ocorre quando não se é capaz de fornecer um produto ou serviço pedido. Saber quais são os produtos e os serviços das comunidades locais pode resultar na identificação de oportunidades e, ao mesmo tempo, fortalecer a união destes empreendedores. Neste sentido, existe a necessidade de um constante monitoramento dos serviços com o intuito de aproximá-los da demanda.

Uma das maneiras de se aumentar os benefícios provenientes do turismo é reverter para a economia local esta demanda dos turistas. O que pode ser feito com a aproximação do consumidor com os empreendimentos de hospedagem, alimentação, operadores e empresas de transportes entre outros, da comunidade anfitriã. Esta relação desperta nas comunidades a possibilidade de comercialização, resultando benefícios econômicos e, conseqüentemente, a redução de bens e serviços fornecidos por agentes externos. Esta é a visão que Coriolano (2009) confirma nas experiências de turismo solidário em Icapuí e na Prainha do Canto Verde no Ceará para envolver as comunidades anfitriãs no processo turístico.

6.2. Infraestrutura das propriedades selecionadas

A maioria das famílias selecionadas são proprietárias de suas terras (Figura 15). Este fato pode facilitar o desenvolvimento do turismo, no tocante a aplicação e inserção de tecnologias novas, como para buscar recursos e linhas de crédito para a atividade. Assim, a autonomia destes agricultores é maior em relação a meeiros ou arrendatários. Conforme CTA-ZM (2004), esta situação é o retrato da posse da terra no Território da Serra do Brigadeiro com base no seu Plano Territorial Rural.

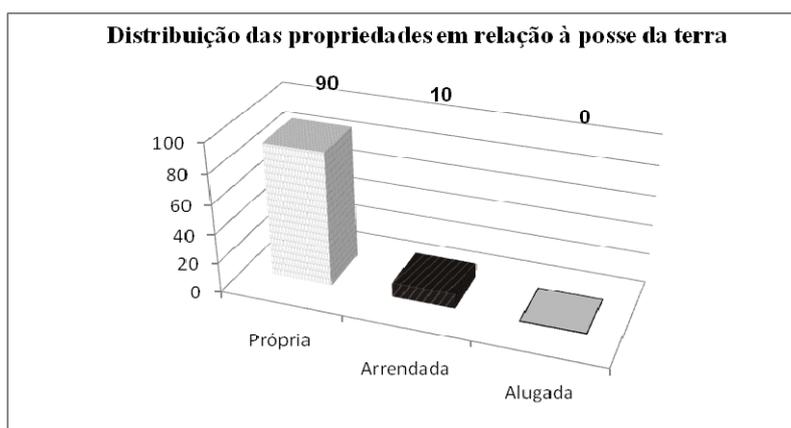


Figura 15 - Distribuição das propriedades em porcentagem, em relação à posse de terra. Entorno do PESB, julho/2010.

As casas de residências das famílias agricultoras integrantes do projeto Boas Práticas apresentam boa estrutura (Figura 16). Este estado significa que suas instalações apresentam tamanho, divisão de cômodos, instalações elétricas e sanitárias em condições para uso da família e, por conseguinte, em condições de serem disponibilizadas para atividades de acolhimento e hospitalidade.

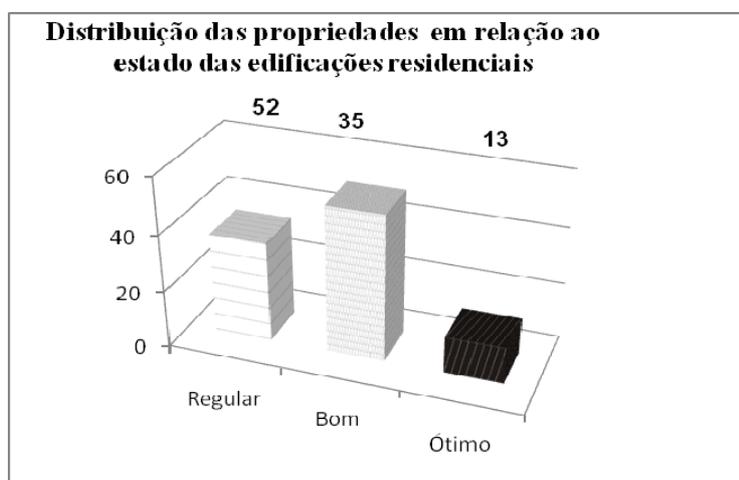


Figura 16 - Distribuição das propriedades rurais em porcentagem, em relação ao estado das edificações residenciais. Entorno do PESB, julho/2010.

Lashey (2004) analisa as condições de hospitalidade como uma forma de relação humana que se dá no domínio social e privado, passando a ser comercial com a perspectiva de se manter a relação humana baseada na ação recíproca criando vínculos entre visitante e anfitriões. Com este propósito, as residências analisadas possibilitam a vivência da hospitalidade.

Em relação às edificações de lazer (Figura 17), que são mínimas no levantamento realizado, se referem a quiosques ou varanda para entrosamento e descontração familiar, e lagos para pesca. Considerando que a base da atratividade para o turismo de base comunitária se dá por vivências e envolvimento do visitante com os afazeres rotineiros da família anfitriã, é de se esperar certa ausência de estruturas turísticas tradicionais.

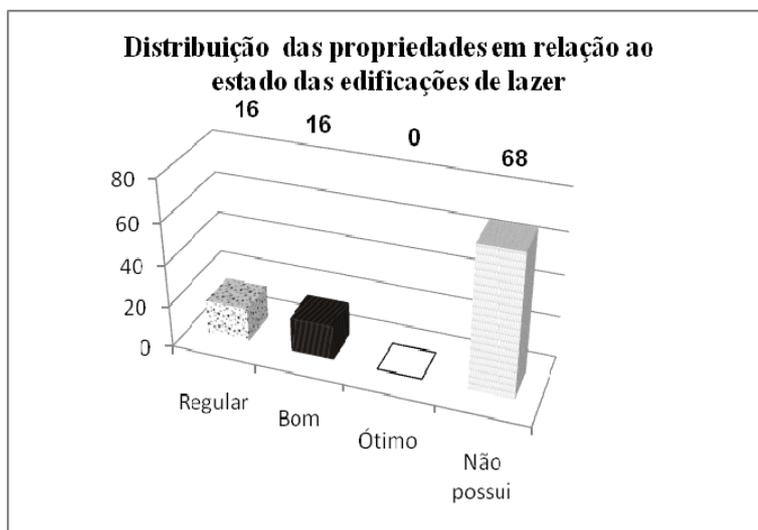


Figura 17 - Distribuição das propriedades rurais em porcentagem, em relação ao estado das edificações de lazer. Entorno do PESB, julho/2010.

Para Lynch (2004), a hospedagem domiciliar se refere a uma variedade de acomodações com café da manhã, podendo o hóspede preparar sua própria alimentação, tendo em comum todas as instalações físicas da residência, não assumindo atrativos extras que não a convivência da hospedagem. Portanto, o dado a seguir reitera que não há necessidade da caracterização de edificações de lazer convencional para ser intitulado turismo de base comunitária.

As edificações agrícolas (Figura 18) encontradas estão ligadas às atividades artesanais relacionadas aos engenhos, moinhos, corrediças, fornos de pedra e de barro, alambiques entre outros utensílios que surgiram no início do século e estão presentes em

alguns ambientes. Estas tecnologias ditas ultrapassadas, quando em uso movimentam a mão de obra local mantendo tradições da agricultura familiar. Quando em desuso, são relíquias guardadas que são expostas com orgulho e satisfação de geração em geração. A atividade turística, agregando valor a estas possibilidades de resgate, proporciona uma nova valorização destas estruturas e utensílios causando vivências interativas. A manutenção destas edificações se justifica por proporcionarem retorno financeiro para adequá-las à atividade turística, fato que também resulta em benefícios como o aumento da produção.



Figura 18 - Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação ao estado das edificações agrícolas. Entorno do PESB, julho/2010.

Carneiro e Bartholo (2009) questionam o seguinte: como evitar a desagregação de uma comunidade num lugar que se tornou um pólo de turismo nacional? Como promover modos de vida, festas e tradições mantenedoras de coesão e dos valores comunitários? Como transmitir às novas gerações de moradores, viajantes contemporâneos e gestores de políticas públicas a memória do que não deve ser perdido? Estes questionamentos têm em um de seus intuitos, fazer refletir sobre as possíveis descobertas das tradições de um lugar através do encontro entre hóspedes e hospedeiros a partir do que se está visitando. Dentro desta perspectiva o cenário do Território da Serra do Brigadeiro, permite este encontro.

A Figura 19 mostra que a água está presente em todas as propriedades rurais proveniente de minas e nascentes. Esta situação apresenta várias práticas agroecológicas (contenção de erosão, reflorestamento e consorciamento, construção de terraços, etc.) para manutenção dos recursos hídricos na propriedade que são vivenciadas pelos visitantes nas atividades de turismo de base comunitária.

Este dado retrata a necessidade dos cuidados dispensados à mesma para sua manutenção e seu uso. Por ser considerada um recurso natural que expressa o valor monetário da posse da terra, conclui-se que as propriedades inseridas no turismo de base comunitária apresentam um valor agregado com a presença da água. No entanto, conforme dados de campo, a água não é o principal lazer para o turismo de base comunitária do Território da Serra do Brigadeiro.

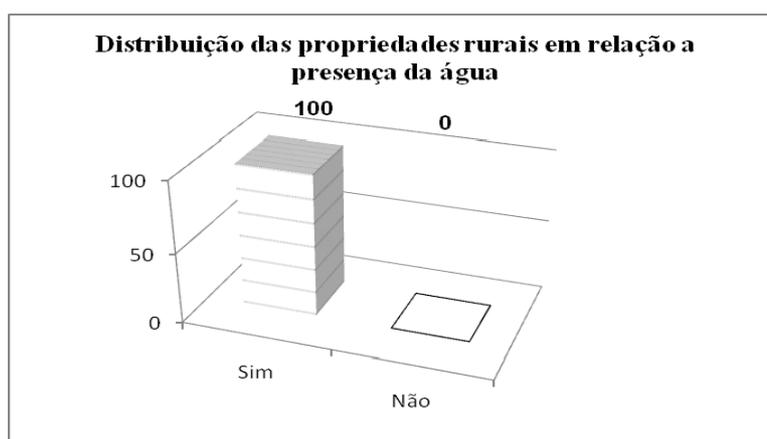


Figura 19 - Distribuição das propriedades rurais em porcentagem, em relação a presença da água. Entorno do PESB, julho/2010.

O esgoto é um agravante no meio rural, pois o que a comunidade chama de fossa, na verdade são sumidouros, construídos sem impermeabilização das paredes. A preocupação é real conforme Figura 20, onde 84% das residências possuem estes sumidouros denominados fossas. O restante (16%) tem construídas suas fossas impermeabilizando as paredes com materiais reciclados como pneus. Diante do aumento da quantidade de esgoto originado da atividade de turismo, espera-se que a construção destas fossas sejam potencializadas.



Figura 20 - Distribuição das propriedades rurais em porcentagem, em relação ao tratamento de esgoto. Entorno do PESB, julho/2010.

Na Fundação Casa Grande em Pernambuco, ocorre o aumento da consciência ecológica como resultado de práticas saudáveis como a reciclagem de materiais (CORIOLANO, 2009). Esta experiência, se enquadra dentro do projeto da Rede TURISOL, da qual o projeto Boas Práticas se insere, podendo utilizá-la.

A proteção ambiental relacionada à limpeza e à higiene já se mostra nas ações com relação ao destino final para o lixo doméstico (Figura 21). A grande maioria tem um destino para o lixo, pois levam para as usinas municipais, enterra ou ainda queima seus resíduos. A minoria (3%) não se preocupa com o destino final do lixo, ficando espalhado pelo quintal.

O destino do lixo levantado foi: queima, enterra, reutiliza como adubo e leva para usina. O Território da Serra do Brigadeiro por ainda não ser um destino turístico apresenta pequeno fluxo, não sendo impactante a contaminação das águas pelo lixo com suas pequenas percentagens. No entanto, para evitar esta situação, espera-se que iniciativas como a da região do Boné, no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, onde a comunidade vem se mobilizando para realizar periodicamente um mutirão de limpeza do rio, possam ser realizadas em toda a extensão do Território.



Figura 21 - Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação ao destino do lixo. Entorno do PESB, julho/2010.

Com base no Relatório Técnico Científico sobre a utilização de indicadores de sustentabilidade na análise de destinos turísticos (LTDC, 2009) com o desenvolvimento do turismo há também lixo espalhado pelos sítios turísticos. Esta situação foi identificada na Praia do Sono, região de caiçaras em Paraty, estado do Rio de Janeiro.

O saber aproveitar todas as potencialidades de um lugar acontece no Território da Serra do Brigadeiro quando o visitante compreende a importância destes locais com uma percepção do todo e não com uma visão fragmentada e utilitarista de um sítio

turístico tradicional. Desta forma, este respeito pelo ambiente natural minimiza os impactos negativos da atividade turística.

Silva, Ramiro e Teixeira (2009) propõem que sejam utilizadas de forma sinérgica as potencialidades dos atrativos para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida local. A valorização da cultura e a preservação do meio ambiente evitam que o crescimento do turismo provoque uma concentração desordenada do capital produtivo e social. Essa agregação de valor promove o acesso a bens e a serviços públicos, bem como a integração com outros setores. Dessa forma, trabalha-se a economia de base local com respeito ambiental.

6.2.1. Atividades rurais nas propriedades selecionadas

A seguir, apresenta-se uma caracterização geral das atividades rurais desenvolvidas nas propriedades participantes do projeto de turismo de base comunitária. Tais atividades são trabalhadas dentro de um propósito de agregação de valor e renda com o turismo.

A maioria das propriedades trabalha a terra com diversas culturas agrícolas (97%) e com apenas uma cultura (3%) que é o café (Figura 22). A principal cultura agrícola encontrada na área de estudo é o café, estando consorciado com feijão, milho, abóbora, inhame, banana e mandioca. O consórcio do café com árvores se dá principalmente com o cedro, o angico, o adrago, o jacaré, o ipê e o palmito juçara. Percebe-se que a propriedade rural da agricultura familiar é diversificada com a cultura de subsistência.

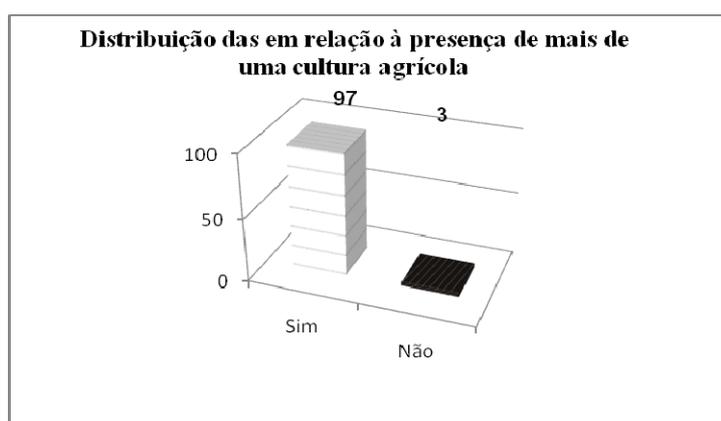


Figura 22 - Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação à presença de mais de uma cultura agrícola. Entorno do PESB, julho/2010.

Em Brasil (2003a), os produtos do turismo rural na agricultura familiar são desenvolvidos a partir do que se produz na terra. Assim, a cadeia produtiva do turismo

se insere no campo privilegiando aqueles em condições de associar esta produção ao turismo. Na região, esta transformação ocorre com o café, a rapadura, o melado, a farinha de milho, o queijo, o requeijão entre outros produtos da agricultura familiar.

A pescaria (Figura 23) é sim uma prática comum na região, não sendo prioritariamente uma atividade turística, pois as represas, açudes e lagos encontrados nas propriedades rurais são na maioria para consumo familiar. As principais espécies de peixes encontradas foram a carpa e a tilápia. Considerando o turismo de base comunitária, esta atividade pode ser compartilhada com o visitante, além da complementação alimentar.



Figura 23 - Distribuição das propriedades rurais em porcentagem, em relação à presença da atividade de pescaria. Entorno do PESB, julho/2010.

Em BRASIL (2003c), é citado que vários empreendimentos de piscicultura foram estimulados por meio de linhas de crédito via o Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF, considerados como unidades de produção e entendido como o desenvolvimento de atividades lícitas que geram renda ao meio rural. Desta forma, o turismo no meio rural trabalhado pela agricultura familiar pode estimular o entendimento da unidade de produção rural familiar como um espaço de moradia, trabalho, renda e lazer.

A agroecologia vem sendo difundida com grande êxito pelas ONG's que atuam na região (Figura 24). A agroecologia pode ser entendida como manejo dos recursos edáficos e hídricos principalmente com fins da produção de alimentos saudáveis e livres de substâncias nocivas à saúde e ao meio ambiente. São encontradas propriedades que trabalham o café em sistema de *fair trade*, consorciamento do café com árvores frutíferas, nativas e lavouras de milho, feijão, abóbora, quiabo, inhame, entre outras. Utilizam compostagem orgânica e adubação verde. Este manejo do solo estimula um

fluxo de visitantes para conhecerem suas unidades produtivas agregando valor pelo turismo. Esta agregação ocorre quando o agricultor/proprietário disponibiliza seu tempo e recebe para orientar esta visita, fazendo o papel de guia.

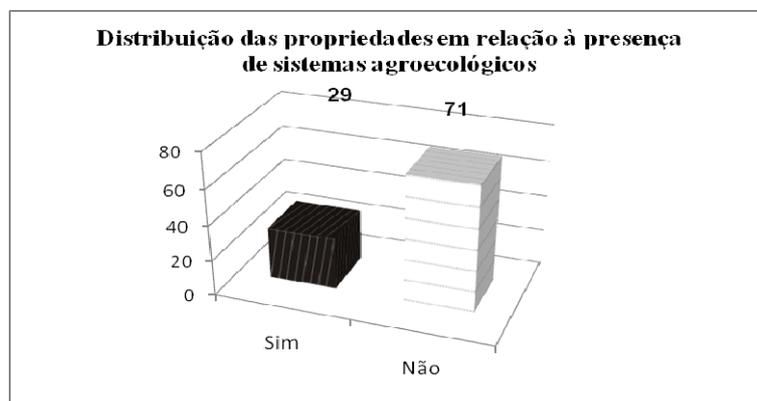


Figura 24 - Distribuição das propriedades rurais em porcentagem, em relação à presença de sistemas agroecológicos. Entorno do PESB, julho/2010.

A Rede TRAF trabalha os princípios agroecológicos na valorização e uso racional dos recursos naturais beneficiando a vida no meio rural, desencadeando uma série de valores e costumes com identidade rural (BRASIL, 2004).

A criação animal na agricultura familiar (Figura 25) caracteriza-se pela diversidade de animais como galinhas, patos, codornas, cabritos, ovelhas, coelhos, porcos, cavalos, vacas, com o objetivo de complemento alimentar e o excedente ao comércio local entre vizinhos, justificando a alta porcentagem (93,5%). Para o turismo, não só este excedente pode ser utilizado como o próprio manejo destas criações pode ser atrativo para uma interação com o visitante.

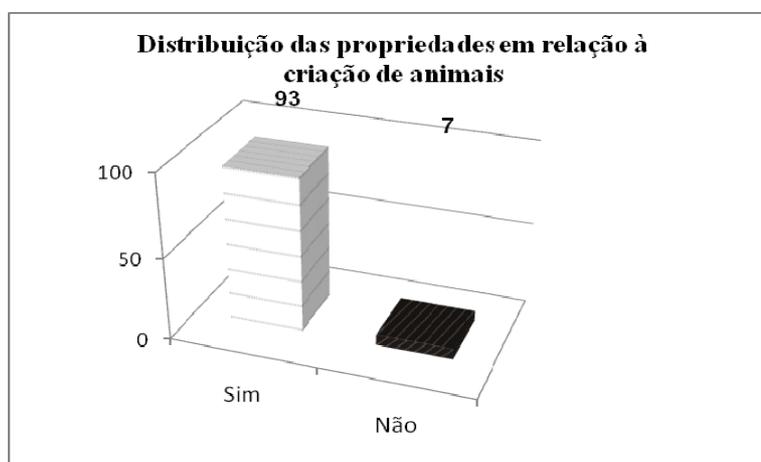


Figura 25 - Distribuição das propriedades rurais em porcentagem, em relação à criação de animais. Entorno do PESB, julho/2010.

As propriedades inseridas no projeto turístico de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro são consideradas modelos do ponto de vista de seu manejo, caracterizando uma diversidade de culturas, uma produtividade qualitativa e um modo de vida peculiar. Para comprovar este fato, as propriedades recebem visitas de pesquisadores, estudantes e outros agricultores/as para conhecerem seus sistemas de cultivo, com vivências educativas. A Figura 26 mostra que existe nas propriedades rurais, atividades pedagógicas, por exemplo, de educação e interpretação ambiental.

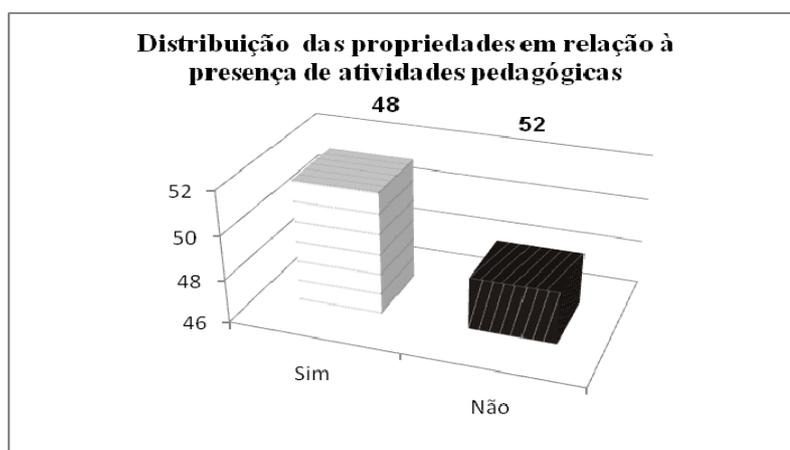


Figura 26 - Distribuição das propriedades rurais em porcentagem, em relação à presença de atividades pedagógicas. Entorno do PESB, julho/2010.

As atividades de turismo na natureza (Figura 27) encontradas foram: caminhada na natureza, banho de cachoeira, rapel, cavalgada, passeio de charrete, pescaria entre outras. Estas atividades estavam presentes em 58% das propriedades. Esta situação se comprova pela vegetação exuberante da mata atlântica, rios e corredeiras e uma grande extensão de trilhas e caminhos pelas encostas. A topografia acentuada potencializa as atividades como, por exemplo, a cavalgada. A região, para tanto, não só caracteriza o turismo rural de uma agricultura familiar forte e produtiva como atrativos naturais que sustentam também atividades ecoturísticas.

Um dos resultados na busca pela sobrevivência no meio rural foi a dinamização das atividades não-agrícolas como a pequena agroindústria, os econegócios e o turismo, que podem ser explorados sem ser uma panacéia (MALDONADO, 2009). Para o turismo de base comunitária na Serra do Brigadeiro, esta é uma visão recente como opção de qualidade de vida para a região.

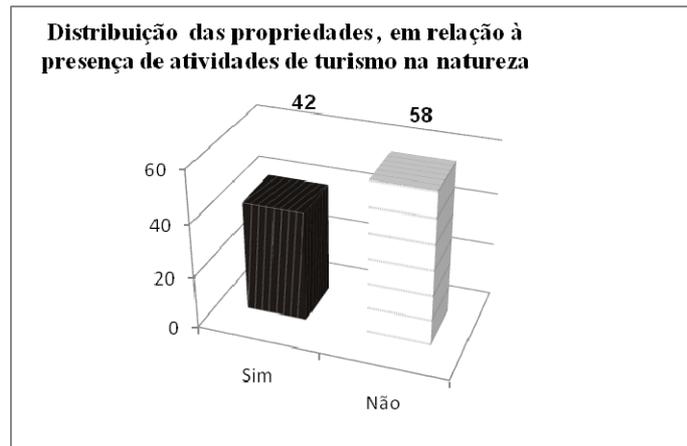


Figura 27 - Distribuição das propriedades rurais em percentagem, em relação à presença de atividades de turismo na natureza. Entorno do PESB, julho/2010.

Sob o enfoque econômico, o consumidor tem como objetivo primordial a obtenção da máxima satisfação de seus gastos, através da escolha da melhor combinação possível dos produtos turísticos. Sob outra ótica, o consumidor também avalia o modo como estes produtos são ofertados. No momento em que esses consumidores não praticam, não exercem, não atuam, não vivenciam a vida no ambiente que foram produzidos tais produtos, esta relação não satisfaz as necessidades do consumidor. Assim, não se está consumindo o turismo de base comunitária. Brown (2005), explica esta relação negativa do comportamento do consumidor em não adquirir os produtos e serviços ofertados, devido à forma como estes são apresentados aos turistas.

Neste sentido o diferencial do turismo no Território da Serra do Brigadeiro é a possibilidade desta interação de saberes e fazeres com as comunidades anfitriãs.

6.3. Interpretação das matrizes

Na sistematização dos dados procurou-se mostrar a interpretação de cada parâmetro nas áreas turísticas, assim como a contribuição dos indicadores selecionados.

Por conseguinte, os indicadores são as características comuns, presentes em todos os parâmetros, conferindo-lhes maior ou menor atratividade.

6.3.1 Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária Pedra Redonda

Na comunidade rural da Pedra Redonda, onde também se encontra o núcleo de turismo de base comunitária, os parâmetros e os indicadores selecionados nas matrizes

testadas, demonstraram o enfoque da agroecologia trabalhada pelas famílias agricultoras, representado pelos parâmetros **produção associada**⁴ **ao turismo** e a **hospitalidade**.

a) Interpretação dos Parâmetros

O PESB como a **unidade de conservação**, não está geograficamente limítrofe ao núcleo pesquisado. Por esta razão a pontuação do parâmetro foi zero. No entanto, a região é considerada turística, devido a existência desta **unidade de conservação**. (Tabela 21).

A **água** não existe em quantidade suficiente para o parâmetro ser transformado em atrativo, motivo da baixa pontuação em todos os indicadores. No núcleo, as propriedades são servidas por **água** subterrânea.

A **mata** foi o parâmetro que apresentou várias possibilidades de uso, devido ao manejo que ela recebe, tornado-a atrativo. Este manejo, é consequência da cultura das famílias agricultoras e suas relações com Entidades não governamentais que ali desenvolvem boas práticas relacionadas a agroecologia. Associado a este manejo, a Pedra Redonda que dá nome ao local, permite caminhadas que levam até o seu cume. Estas caminhadas são normalmente momentos de confraternização com a comunidade.

A **cultura** destas famílias agricultoras está representada pela vontade de se trabalhar a agroecologia na busca de uma qualidade de vida e do respeito aos recursos naturais. Este conjunto, trabalhado nas propriedades deste núcleo dá o caráter de atratividade. A união familiar e seus princípios indígenas ainda estão bem conservados em suas raízes.

Tabela 21 - Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC Pedra Redonda

Parâmetros	Propriedades					
	1	2	3	4	5	Média
Unidade de Conservação	0	0	0	0	0	0
Água	4	0	4	0	9	3,4
Mata	12	8	12	4	8	8,8
Cultura	5	11	5	6	8	7,0
Espaço de Convivência	15	0	15	0	0	16,0
Produção Associada ao Turismo	16	12	16	7	8	11,8
Hospitalidade	13	10	13	9	12	11,4

⁴ O negrito destaca os parâmetros e os indicadores quando contextualizados.

A existência de um engenho ativo, produzindo rapadura, açúcar mascavo e melado, trabalhado coletivamente pela família, é o grande ponto de encontro das suas relações sócio-culturais. Estes locais de produção são definidos como **espaço de convivência**, apresentando ainda um nível baixo de atratividade. Talvez isso possa ser interpretado pela novidade de utilização destes espaços para fins turísticos, com envolvimento comunitário local. A infraestrutura destes locais e o acesso poderiam permitir uma melhor exploração turística para o núcleo, se fossem melhor trabalhados. Assim, a pontuação recebida não o caracteriza como atrativo para o turismo de base comunitária.

Sob a ótica do turismo de base comunitária, o núcleo destaca-se pela existência da produção de gêneros alimentícios (inhame, mandioca, jiló, quiabo, abóbora) com forte associativismo. Esta atividade é vivenciada enquanto atrativo pelo manejo da terra e os produtos agroecológicos comercializados *in natura* para os visitantes. São estas práticas, por exemplo, relacionadas ao café orgânico, agregando valor com a comercialização pelo *fair trade* (comércio justo) que vem sendo as vivências turísticas ali desenvolvidas. Estas inter-relações representam a **produção associada ao turismo** que lhe confere condições atrativas para o turismo de base comunitária pela pontuação recebida.

A **hospitalidade** é o grande diferencial do núcleo, pois facilita a relação hóspede e anfitrião, justificando o parâmetro enquanto atrativo turístico de base comunitária. As infraestruturas existentes não se comparam com os locais delimitados das áreas de hóspedes e de funcionários dos empreendimentos do turismo convencional. Para o turismo de base comunitária esta **hospitalidade** tem representatividade com base nas possibilidades de vivências compartilhadas. Assim, existem vários momentos de interação com a comunidade, relacionados à rotina do meio rural que passam a ser atrativos turísticos. A **hospitalidade** foi pontuada como um atrativo relevante, passível de ser transformado em produto turístico.

As características deste núcleo corroboram a experiência do programa Acolhida na Colônia de Santa Catarina que atua com a produção de alimentos orgânicos, despertando o interesse dos visitantes de Florianópolis, Criciúma e Tubarão (com 80% da demanda). Este programa foi reconhecido em 2007 como destino referência em turismo rural na agricultura familiar do Ministério do Turismo (BRASIL, 2010). Este programa assim como o projeto desenvolvido pelo CEPEC, faz parte da Rede Brasileira de Turismo Solidário – TURISOL.

b) Interpretação dos Indicadores

O **potencial de atratividade**, como indicador de turismo de base comunitária, mostra o nível de interatividade que os parâmetros apresentam para fins turísticos. Expressou assim que a atratividade dos parâmetros analisados ainda são incipientes para contribuir com os usos atuais das áreas turísticas. Considerando que a atividade turística é recente e por tal motivo não é prioritária, pelo menos no momento da pesquisa, justifica o resultado apresentado na Tabela 22. No entanto, percebe-se na maioria das áreas envolvidas que esta concepção está mudando com a comercialização de produtos agroecológicos. Espera-se que este fator de atratividade aumente a visitação nestes empreendimentos.

Tabela 22 - Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC Pedra Redonda

Indicadores	Propriedades					Média
	1	2	3	4	5	
Potencial de atratividade	8	7	8	4	7	6,8
Grau de uso atual	5	6	5	2	5	4,6
Representatividade	9	4	9	4	7	6,6
Apoio comunitário local	12	7	12	6	3	8,0
Estado de conservação da paisagem	10	8	10	6	10	8,8
Infraestrutura	9	6	9	3	9	7,2
Acesso	12	3	12	1	4	6,4

O **grau de uso atual** expressando o fluxo turístico nas respectivas áreas corrobora com a explicação do pouco tempo de experiência da atividade turística neste núcleo. Este fluxo poderia ser melhor fomentado a partir de um melhor comprometimento das entidades envolvidas na divulgação das atividades trabalhadas nas áreas, fomentando o caráter turístico. Assim, pode-se citar, fim de semana de feira quando seria desenvolvido momentos de colheita dos produtos *in natura*, facilitando sua comercialização, incluindo no passeio, lanches, caminhadas até a Pedra Redonda, entre outros serviços e produtos.

A **representatividade** por expressar singularidades de cada parâmetro analisado, demonstrou que o manejo em comum das propriedades, resultando qualidade nos produtos são os diferenciais deste núcleo. Merece ser destacado a importância do local onde é processada a cana de açúcar, podendo ser melhor aproveitado para fins turísticos o que agregará valor em especial ao parâmetro **espaço de convivência**.

O indicador **apoio comunitário local** demonstra o envolvimento local conquistado e os resultados destas conquistas. A subida na Pedra Redonda foi a atividade turística pioneira do núcleo, sendo uma forma de interagir com os moradores locais, agregando valor especificamente á **hospitalidade**. Este processo de organização e trabalho na terra em forma de mutirões e outros modos participativos de relacionamento atende aos requisitos do turismo de base comunitária.

O **estado de conservação da paisagem** permitiu identificar alguns tipos de degradação ambiental existentes nos parâmetros trabalhados. Ele foi pesquisado nas trilhas, nos caminhos bucólicos, nas grutas e nos engenhos, além do ambiente de montanha com uma privilegiada visão cênica da região para se chegar ao topo da Pedra Redonda, não sendo encontrado degradação ambiental que inviabilize a atividade turística. Este indicador permite agregar valor a vários atrativos por meio de melhorias que acentuam a beleza cênica do local. O cuidado com a melhoria dos equipamentos turísticos deve primar pela manutenção destes ambientes sem descaracterizar sua ruralidade.

O indicador referente a **infraestrutura** permitiu analisar a existência de condicionantes limitantes para a funcionalidade dos parâmetros trabalhados. Identificada pelo aproveitamento de estruturas e equipamentos antigos para a atividade turística. Como exemplo, pode-se citar ajuste dos ambientes das residências para o turismo, como cozinha mobiliada com mesa de carro de boi e fornos de barro. Muito ainda deve-se estruturar, no sentido de ajustar estas estruturas para fins turísticos.

O **acesso** foi analisado como indicador das características que permitem a locomoção do visitante em condições seguras. Como a locomoção entre as propriedades rurais não é feita por veículo, apenas a pé, a cavalo ou de bicicleta, o **acesso** pode ser melhor aproveitado enquanto agregador de valor para os atrativos. Estes locais indicam que o mesmo contribui positivamente para o turismo de base comunitária e, neste caso, está sendo subutilizado. Para explorar o **acesso** nos atrativos, poderia aumentar o plantio de vegetação ornamental e com flores, definir melhor as trilhas com cercas vivas, de forma a fazer realçar o ambiente natural.

Durante a montagem de indicadores, a primeira etapa é elaborar uma síntese do conceito que se pretende analisar. A partir disso, passa-se à especificação de suas dimensões e formas de interpretação, tornando possível um indicador ser utilizado (JANUZZI, 2001). Desta forma, o conjuntos dos indicadores trabalhados facilitam a

contextualização e valorização das especificidades dos parâmetros identificados enquanto atrativos do turismo de base comunitária.

6.3.2. Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária Boné

O núcleo do Boné se destaca com paisagens emolduradas por belezas cênicas incluindo o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Os parâmetros e os indicadores trabalhados nas matrizes retrataram com propriedade estas singularidades.

a) Interpretação dos Parâmetros

Este núcleo localiza-se na região onde ocorre considerável fluxo de visitação por causa da trilha que dá acesso ao pico do Boné, atrativo que se encontra no interior do PESB. Este fato, aliado as belezas cênicas das trilhas estabelece uma pontuação elevada ao parâmetro **unidade de conservação** devido sua atratividade, caracterizando-o como produto de turismo de base comunitária (Tabela 23).

Tabela 23 - Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC Boné

Parâmetros	Propriedades			
	1	2	3	Média
Unidade de Conservação	18	13	13	14,67
Água	18	16	16	16,67
Mata	17	13	13	14,3
Cultura	12	14	15	13,7
Espaço de Convivência	17	15	15	15,7
Produção Associada ao Turismo	12	11	11	11,3
Hospitalidade	11	14	14	13,0

A **água** é um atrativo bem requisitado pelos turistas em geral. Neste núcleo existem cachoeiras com piscinas naturais que podem ser aproveitadas tanto no interior do PESB como no núcleo. O parâmetro é justificado como produto de turismo de base comunitária devido principalmente aos mutirões de limpeza dos rios e cachoeiras que acontecem neste núcleo, momento de confraternização em prol do ambiente limpo.

A **mata** é outro parâmetro que agrega valor á atividade turística enquanto produto, no entanto, pode ser melhor trabalhado pelos integrantes do núcleo. As trilhas exploradas na região, limitam-se à do Pico do Boné e à do Carvão, sendo que existem várias outras que podem ser exploradas enquanto atividade ecoturística pela comunidade e turistas.

A **cultura** se apresenta como atrativo turístico de base comunitária devido a existência do grupo folia de reis do Boné, que vem se apresentando para visitantes e turistas do núcleo. Esta experiência demonstra a relevância da **cultura** local sendo aproveitada enquanto atrativo, obtendo significativa aceitação por parte dos visitantes, assim como possibilita momentos de confraternização entre anfitriões e visitantes.

Para caracterizar o **espaço de convivência**, existe um restaurante familiar, com bar em Apêndice, onde ocorrem confraternizações apoiadas pela comunidade local. No ambiente encontram-se estruturas onde pode-se jogar sinuca, baralho e ouvir causos da região, contados pelos moradores locais. Este ambiente se apresenta como produto de turismo de base comunitária.

A **produção associada ao turismo** mostrou que a alimentação servida na pousada e no restaurante deve utilizar melhor os produtos dos próprios quintais, inclusive a carne. Assim como o artesanato de palha de café, estimulado pelo CEPEC, pode ser comercializado no núcleo. A região também apresenta artesões de taquara que poderiam ser melhor aproveitados, para agregar valor a este atrativo.

A **hospitalidade** da hospedagem, inaugurada em 1996, é pitoresca e caracterizada como empreendimento turístico pioneiro no entorno do PESB. Este parâmetro, pela pontuação recebida, confere a característica de atrativo de turismo de base comunitária. A decoração precisa ser melhor trabalhada nas hospedagens do núcleo para que os ambientes fiquem mais aconchegantes o que agregará valor a **hospitalidade**. Este fato, justifica a pouca pontuação, quando foi realizada a pesquisa e o seu caráter de atrativo.

Um dos casos mais conhecidos e estudados de turismo comunitário brasileiro é o da Prainha de Canto Verde, no litoral do Ceará. O planejamento da atividade teve início em 1994, através da construção do Projeto Turístico Socialmente Responsável, valendo-se do planejamento participativo e descentralizado (ZECHNER, 2010). Esta proposta de planejamento é a que se pretende desenvolver neste núcleo.

b) Interpretação dos indicadores

O indicador **potencial de atratividade** para o núcleo do Boné baseou-se no conjunto dos recursos naturais hídricos e florísticos, aliados aos fatores abióticos como grutas e picos, para demonstrar nos parâmetros analisados a magnitude do PESB dentro do Território da Serra do Brigadeiro (Tabela 24).

Tabela 24 - Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC Boné

Indicadores	Propriedades			
	1	2	3	Média
Potencial de atratividade	18	15	15	16,0
Grau de uso atual	12	11	11	11,3
Representatividade	15	14	14	14,3
Apoio comunitário local	19	18	18	18,3
Estado de conservação da paisagem	14	13	13	13,3
Infraestrutura	13	12	12	12,3
Acesso	14	13	14	13,7

O **grau de uso atual** está entre 11 e 29 turistas/mês para o ano de 2010 na hospedagem de acordo com dados do proprietário. Este fluxo é mais acentuado nas férias de julho e feriados prolongados, o que pode ser aumentado com uma definição de programações de caminhadas e apresentações da Folia de Reis em finais de semana comuns.

A **representatividade** destacou a estima e o carinho do patriarca “Seu Dico” ao se relacionar com os parâmetros analisados, conquistando um público fiel de admiradores com seu dom natural de se comunicar, deixando o visitante à vontade. Este dom, sua família vem absorvendo, representando muito bem o perfil dos anfitriões.

O **apoio comunitário local** se encontra forte para grande maioria dos parâmetros estudados. Neste núcleo, a presença das lideranças comunitárias é uma constância, onde se discutem problemas locais e globais. Nesta diversidade, estão presentes a associação comunitária local, ONG’s municipais e o governo municipal na busca de melhorias para a região. Esta situação contribui favoravelmente com o turismo de base comunitária do núcleo.

Na análise do **estado de conservação da paisagem** buscou-se conhecer situações que estariam degradando o ambiente natural nas áreas de camping que se encontra por entre a mata ciliar, e nos locais de piscinas naturais. A paisagem ainda se encontra em condições atrativas. Foi observada a presença de espécies significativas de madeiras valiosas, bem como bromélias, orquídeas e outras plantas ornamentais, caracterizando locais como jardins da natureza, jardins nas alturas, entre outras nomenclaturas que expressam a beleza do local. A comunidade está unida, fazendo o controle da situação com mutirões de limpeza. No entanto, foi observado pixações,

cortes de galhos de árvores e lixo por entre o acampamento e trilha, limitando a visualização da paisagem como atrativo do turismo de base comunitária neste núcleo.

A **infraestrutura** observada dos parâmetros, mostrou que a mesma atende a sua função, podendo ser melhorada com o aumento de sanitários e sua maior proximidade da área de camping. A infraestrutura voltada para a vestimenta, adereços e equipamentos da festa do Grupo de Folia de Reis também mostrou necessidade de investimentos para manter uma qualidade condizente com turismo de base comunitária.

O **acesso** estabelece uma nova maneira de se viajar e conhecer os atrativos locais, sendo uma proposta diferenciada do turismo de base comunitária. A distância do núcleo até a sede do município de Araponga é de estrada de terra cascalhada, o que não impede, em períodos críticos, ficar bastante ruim. Esta situação é normal em regiões turísticas que ficam distantes das sedes municipais em todo o Brasil, passando a fazer parte do passeio, para o tipo de público desta categoria de turismo.

A experiência do núcleo com o artesanato da palha de café é promissora, mas, ainda incipiente. Ela é similar às experiências do projeto Ação Comunitária do Brasil que existe há 40 anos. Neste sentido, a gama de possibilidades, para intercambiar experiências desta natureza, pode levar o núcleo a uma melhor visibilidade fora da região. Este tipo de troca pode ser realizada com o projeto Ação Comunitária, que possibilita o intercâmbio com artistas africanos a fim de enriquecer os processos e produtos desenvolvidos nas favelas do Rio de Janeiro, nas áreas de moda, gastronomia e apresentações artísticas (BRASIL, 2010). Este projeto está entre os que o Ministério do Turismo apóia assim como o Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

6.3.3. Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária São Joaquim

O núcleo de São Joaquim, assim como os demais núcleos, tem suas especificidades latentes. A Escola Família Agrícola – EFA Puris é uma destas particularidades que possibilita trabalhar os indicadores e os parâmetros dentro das características da ecopedagogia, incentivando as qualidades individuais de cada propriedade (Tabela 25).

Um dos resultados na busca pela sobrevivência no meio rural foi a dinamização das atividades não-agrícolas como a pequena agroindústria, os ecomercos e o turismo, que podem ser explorados sem ser uma panacéia (MALDONADO, 2009). Para o

turismo de base comunitária na Serra do Brigadeiro, esta é uma visão recente como opção de qualidade de vida para a região.

a) Interpretação dos parâmetros

Este núcleo não se localiza na região limítrofe ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, estabelecendo uma pontuação nula para a **unidade de conservação**.

Tabela 25 - Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC São Joaquim

Parâmetros	Propriedades					
	1	2	3	4	5	Média
Unidade de Conservação	0	0	0	0	0	0
Água	0	10	11	13	0	6,8
Mata	16	0	0	16	16	9,6
Cultura	19	12	7	19	13	14,0
Espaço de Convivência	7	0	0	7	0	2,8
Produção Associada ao Turismo	16	14	14	15	14	14,6
Hospitalidade	13	14	13	13	0	10,6

O parâmetro **água** tem o propósito de mostrar como nas propriedades rurais é trabalhado este recurso para a manutenção da vida e sua importância no meio rural. Assim, em uma das áreas se encontra um sistema de fossa ecológica em perfeito funcionamento, servindo de unidade demonstrativa para que outras áreas também construam as suas. Em outra propriedade existe uma trilha da nascente, que foi o resultado do plantio de árvores culminando com o nascimento desta nascente. No entanto, esta função da água, ainda não a torna um atrativo turístico.

O parâmetro **mata** é considerado como atrativo turístico. A **mata** não proporciona apenas lazer em forma de recreação e ócio. Foi identificado que a **mata** possibilita também um ganho de informação ao visitante, mostrando sua importância nas lavouras e nos quintais das áreas. Com envolvimento local a nascente é resguardada pela **mata**, e transformada em atrativas trilhas.

O parâmetro **cultura** mostra a história na construção da cidadania rural com responsabilidades sociais e ambientais, sendo destacada a contribuição da EFA Puris. A educação lá desenvolvida, por meio da pedagogia de alternância, utiliza as propriedades rurais, como unidades demonstrativas para melhor aprendizagem comunitária, possibilitando usos pedagógicos de recursos ambientais de maior significância. Assim,

os ambientes são preservados para se manter a ruralidade em condições de atratividade. Este conjunto justifica a **cultura** ser um atrativo, podendo com poucas ações vir a ser aproveitado em um futuro próximo, como produto turístico.

Apesar das vivências serem uma das grandes oportunidades a se aproveitar no núcleo, o **espaço de convivência** ainda não se encontra caracterizado enquanto atrativo. As 2 áreas que demonstraram certa afinidade não foram representativas para o núcleo.

Apesar da **produção associada ao turismo** ainda não ser direcionada para fins turísticos, suas qualidades demonstram que existe condições de ser trabalhado enquanto produto de turismo de base comunitária. Por ser familiar a produção dos queijos, rapaduras e produtos *in natura* da agricultura, sua comercialização tem sido representativa. O processo produtivo agroecológico agrega valor com apoio local, mantendo as paisagens em perfeita harmonia ambiental, justificado pelo conjunto da pontuação dos indicadores para este parâmetro.

A **hospitalidade** deste núcleo é expressada por meio da ruralidade experimentada nas vivências comungada em momentos de mutirões de trabalho e alimentação coletiva, quando o visitante experimenta esta interação com as famílias agricultoras. Esta vivência interativa foi considerada um atrativo no núcleo de São Joaquim.

Conforme interpretado, uma estratégia de aproveitamento dos parâmetros, sob a ótica turística, deve ser mais bem trabalhada para se obter êxito com a atividade turística neste núcleo, como ocorre na Fundação Casa Grande. A Fundação Casa Grande desenvolve um trabalho exemplar com jovens em Nova Olinda, com ênfase no turismo cultural, como uma escola de referência em gestão cultural com atividades formadoras em comunicação social, artes cênicas, música e educação patrimonial. Estas atividades vêm estimulando um fluxo de visitantes, onde os turistas se hospedam nas casas dos jovens que atuam na Fundação (BRASIL, 2010).

b) Interpretação dos Indicadores

A forma comunitária de se viver com os momentos em mutirão, os valores de saúde com práticas de homeopatia humana e animal e o trabalho ambiental com a conservação de nascentes foi destacada pelo indicador **potencial de atratividade**, demonstrando a aptidão do núcleo para o turismo de base comunitária (Tabela 26).

O **grau de uso atual** até o momento vem de familiares dos alunos e de entidades ligadas à área ambiental e educacional, indicando o perfil do visitante. De acordo com

dados da EFA Puris esteve em 2010, 750 visitantes. Neste núcleo a demanda ainda ocorre de forma espontânea, e pode ser melhorada enquanto destino turístico.

Tabela 26 - Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC São Joaquim

Indicadores	Propriedades					Média
	1	2	3	4	5	
Potencial de atratividade	11	10	7	14	7	9,8
Grau de uso atual	8	4	4	9	2	5,4
Representatividade	10	9	6	12	7	8,8
Apoio comunitário local	11	7	5	13	6	8,4
Estado de conservação da paisagem	10	7	8	11	7	8,6
Infraestrutura	11	5	7	12	7	8,4
Acesso	10	8	8	12	7	9

A **representatividade** identificada por este indicador caracteriza este núcleo na forma de se trabalhar a agroecologia. Este fato, resulta na qualidade dos produtos orgânicos comercializados.

O **apoio comunitário local** foi percebido em várias situações para mutirões com troca de serviços entre propriedades e na EFA para aumento das instalações educacionais, não sendo ainda direcionado às atividades turísticas. Por este motivo, não agrega valor à atividade, estando aquém de suas possibilidades para se aproximar ainda mais dos visitantes turistas.

O indicador **estado de conservação da paisagem** demonstrou a aptidão turística de vários parâmetros, devido os processos agroecológicos existentes nesta produção, onde os ambientes da agricultura familiar são significantes, agregando valor a esta proposta de turismo. Assim foi observado nas áreas, as paisagens internas do engenho, do alambique, dos currais e de toda a ruralidade existente com seus aconchegos que poderia aproximar os visitantes

A **infraestrutura** da Escola permitiu identificar a cozinha e o alojamento coletivo, em condições de atender a uma demanda turística que procura atrativos desta natureza. Assim trabalhado, poderá ser concebido um **espaço de convivência** para o núcleo. Nas demais área, a **infraestrutura** destacou a simplicidade das moradias rurais explicitando a mineiridade da família agricultora.

Neste núcleo, o **acesso** é fácil entre as propriedades rurais e a Escola, o que pode ser melhor aproveitado para desenvolver atividades turísticas em todos os parâmetros.

Este indicador reforça que as relações entre os empreendimentos apresentam condições de serem melhores aproveitadas para se desenvolver a atividade no núcleo. Passeio de trator percorrendo as áreas é uma possibilidade para melhor visualizar as paisagens, tornando-se um diferencial enquanto programação.

Benbrook e Groth III (1996) consideram que um indicador é apenas uma medida, mas não uma medida estatística definitiva, tampouco uma evidência de causalidade; ele apenas constata uma dada situação. As possíveis causas, conseqüências ou previsões que podem ser feitas são um exercício de abstração do observador, de acordo com sua bagagem de conhecimento e sua visão de mundo. Na experiência do núcleo em estudo, ficou constatado a importância da relação que o pesquisador deve manter para que a investigação não receba influências do mesmo. Assim, a observação participante, enquanto técnica complementar utilizada, cumpriu sua função.

6.3.4. Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária dos Galdinos

Neste núcleo, a existência de estruturas e utensílios domésticos antigos, resgatam o trabalho familiar no meio rural, retratando vários parâmetros analisados. Nestes ambientes, o monjolo e a engenhoca, ainda fazem parte da rotina e podem ser acompanhados nos peculiares processos de produção local (Tabela 27).

Tabela 27 - Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC Galdinos

Parâmetros	Propriedades					Média
	1	2	3	4	5	
Unidade de Conservação	11	13	0	0	0	4,8
Água	0	15	6	11	17	9,8
Mata	16	7	17	11	12	12,6
Cultura	0	9	0	3	16	5,6
Espaço de Convivência	0	5	0	11	0	3,2
Produção Associada ao Turismo	18	5	17	13	10	12,6
Hospitalidade	14	15	13	12	15	13,8

a) Interpretação dos parâmetros

Para este núcleo, a **unidade de conservação** não foi considerada como a principal atração, pois até o momento da pesquisa, não se desenvolveu nenhuma

atividade específica para com a mesma. Esta inexistência de atividade é porque o PESB não estava aberto à visitação na época de realização deste estudo.

No que se refere a **água**, a existência de 3 matadouros dentro do distrito de Bom Jesus de Madeira inviabiliza o uso da cachoeira a jusante para banho em um das propriedades. No entanto, nos outros empreendimentos a **água** apresenta atratividade por estar disponível para banho em ambientes com paisagens quase imaculada. Nestes ambientes é possível compartilhar as cachoeiras com os moradores locais, transformando este parâmetro em um atrativo turístico de base comunitária.

A **mata** agrega valor à atividade como atrativo em função das várias trilhas existentes para se chegar às cachoeiras em algumas propriedades turísticas, como também às que dão acesso aos picos. Este resultado foi devido a presença nestas trilhas de várias espécies arbóreas como a *Tabebuia sp.* (ipê), a *Cariniana legalis* (jequitibá rosa) e a *Aspidosperma polyneuron* (peroba) entre outras, demonstrando principalmente a diversidade de atributos naturais singulares para uma região de mata atlântica.

O parâmetro **cultura**, não foi o referencial das áreas trabalhadas, existindo iniciativa do resgate da música de raiz com um sanfoneiro e uma benzedeira que não estão sendo envolvidos com a atividade turística. Espera-se que a atividade possibilite um resgate destas manifestações, envolvendo assim um número de pessoas que detém os conhecimentos tradicionais.

Neste núcleo as áreas turísticas não se encontram muito próximas uma das outras, o que dificulta a existência de um **espaço de convivência** como atrativo turístico. O distrito de Bom Jesus de Madeira apresenta características que necessitam ser trabalhadas, para que o modo de vida da comunidade se aproxime da proposta de turismo de base comunitária para o núcleo. No entanto, pelos indicadores avaliados, este espaço merece destaque em apenas uma das áreas trabalhada, o que não o torna significativo para o núcleo.

Os atrativos ligados à **produção associada ao turismo** encontram-se bem representados, devido aos meios artesanais de produção aliado à diversidade culinária e aos valores qualitativos desta produção. Estes meios estão ligados a presença de monjolos, alambiques e engenhocas sendo utilizados como atrativos turísticos. Esta fato, vem aumentando e influenciando positivamente na comercialização dos produtos da família agricultora. O que justifica trabalhá-los, agregando valor à **produção associada ao turismo** através de uma relação com o parâmetro **cultura**.

O parâmetro **hospitalidade** também apresenta uma interface com o parâmetro **produção associada ao turismo**, mostrando-se um atrativo. Esta relação trabalhada vêm sendo aproveitada em passeios elaborados pelos empreendedores do núcleo com vivências para acompanhar as produções de cachaça, melado e farinha, responsável por certa visitação nas propriedades. A **hospitalidade** neste núcleo é explorada com as vivências nos produtos processados nos empreendimentos, agregando valor através de um contato sadio entre hóspedes e hospedeiros.

A experiência desde 1997 do turismo de base comunitária no Baixo Rio Negro, Amazonas, do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE, foi iniciada com o ordenamento das ações de gestão da cultura, do social e do ambiental, permitindo uma troca de informações entre os respectivos gestores com foco no turismo (SOUZA et al., 2010). Esta experiência é muito similar à do núcleo dos Galdinos enquanto mantém em atividade as estruturas de produção rural do século passado, com o apoio comunitário dos grupos religiosos e de familiares que se envolvem com a temática do turismo na região.

b) Interpretação dos indicadores

O **potencial de atratividade** permitiu reconhecer que em todas as áreas existe condições de serem exploradas turisticamente, devido principalmente às características da agricultura familiar trabalhada. Esta atratividade pode ser melhor explorada de forma a permitir uma melhor relação entre todos os parâmetros trabalhados (Tabela 28).

Tabela 28 - Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC Galdinos

Indicadores	Propriedades					Média
	1	2	3	4	5	
Potencial de atratividade	7	11	7	11	10	9,2
Grau de uso atual	5	10	5	5	7	6,4
Representatividade	10	11	8	9	11	9,8
Apoio comunitário local	9	10	8	8	11	9,2
Estado de conservação da paisagem	9	11	9	9	11	9,8
Infraestrutura	7	10	4	9	10	8
Acesso	12	6	12	10	10	10

O **grau de uso atual**, para o mês de dezembro de 2010, em uma das propriedades obteve uma taxa mensal de 20 visitantes mensais conforme dado do proprietário. Devido ao pouco tempo de funcionamento deste empreendimento esta taxa

pode ser considerada boa. Nas 5 áreas trabalhadas, 4 tem menos de um ano de experiência. A presença da BR 116 a 18 km das propriedades, aliado à colocação das placas de sinalização, pode aumentar a visitação e melhorar o **grau de uso atual**.

A **representatividade** indicou que a existência dos utensílios antigos são as expressões rurais que estão sendo valorizadas, resgatadas e utilizadas turisticamente. Esta experiência, pode ser praticada nos demais núcleos para também resgatar estes equipamentos e facilitar o fluxo de visitantes.

O **apoio comunitário local** expressa uma teia de relacionamentos que envolve familiares próximos e vizinhos para melhor divulgar as áreas turísticas e buscar envolvimento dos poderes públicos municipais.

O **estado de conservação da paisagem** foi relevante para reconhecer os locais onde se encontra maquinários e utensílios antigos, pois destaca toda a ruralidade da região. Nas cachoeiras a adequação local, sem degradar estes ambientes, possibilitou receber os turistas.

A **infraestrutura** analisada nestes ambientes foi relevante para entender a importância das relações entre os parâmetros **cultura** e **produção associada ao turismo**. Esta relação possibilita resgatar a **cultura** e agregar valor aos produtos da família agricultora, facilitando sua comercialização.

A distância entre as áreas turísticas é bem utilizada com o **acesso** sendo trabalhado com passeios de charretes e a cavalo. Estas estradas permitiu melhorar o relacionamento dos empreendedores e fomentar a implantação de um **espaço de convivência** para o núcleo.

Segundo Marzall e Almeida (2005), os indicadores devem se relacionar entre si de modo a permitir uma análise destas relações para que seja representativo o resultado, através de um enfoque integrado. Esta característica dos indicadores foi bem retratada neste núcleo, pois os mesmos estão intimamente ligados por meio das funções que identificam nos parâmetros.

6.3.5. Matriz do Núcleo de Turismo de Base Comunitária Itajurú

A interpretação da matriz do núcleo Itajurú evidenciou nas propriedades trabalhadas, a importância de se destacar a identidade turística da região para se aproximar dos visitantes já existente. Este destaque vem facilitando a comercialização

dos produtos da família agricultora realizada pelas entidades envolvidas com este núcleo (Tabela 29).

Tabela 29 - Matriz da pontuação de cada parâmetro por propriedade e média dos parâmetros do NTBC Itajuru

Parâmetros	Propriedades												Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
U.C.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0,6
Água	0	0	0	0	0	11	7	0	9	9	5	0	3,4
Mata	0	5	0	8	0	0	0	0	11	0	0	0	2,0
Cultura	0	8	14	10	18	8	11	11	8	15	12	16	10,9
E.C.	13	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	14	3,2
P. A. T.	13	9	11	10	16	9	8	10	0	20	11	13	10,8
Hospitalidade	12	12	11	11	13	12	8	8	6	14	12	15	11,1

a) Interpretação dos parâmetros

Este núcleo é constituído de doze propriedades rurais, com a tradicional cultura da família agricultora com uma grande diversidade de produtos.

Foi observado que a **unidade de conservação** não se apresenta como atrativo conforme a metodologia utilizada. O parâmetro estudado se faz presente em apenas uma propriedade próxima do Pico do Itajuru onde se faz um *trekking* deste empreendimento até o Pico. No entanto, o PESB é motivo de várias ações que culminam com a valorização ambiental da região, justificando sua importância para o Território da Serra do Brigadeiro.

O parâmetro **água** enquanto balneabilidade, não foi destaque, mas este recurso se faz presente em pesque pague de diversos empreendimentos. Conforme os dados, para o núcleo estudado a **água** ainda não apresenta condições de ser explorada enquanto atrativo.

A incidência da espécie *euterpe edulis* (palmito Jussara) em três áreas vem trazendo uma atenção especial dos empreendedores para agregar valor à **mata**. No entanto, para o conjunto das propriedades do núcleo, a mata não foi considerada como atrativo. Espera-se que as ações referente ao processamento do fruto da jussara, possa incrementar ainda mais sua produção para ser utilizado no turismo.

O parâmetro **cultura** é expressado como atrativo pelo apoio dado recebido da Associação de Produtores Rurais de Pedra Alta. Todos os proprietários destas áreas

turísticas participam desta associação que gerencia o Centro Comunitário Multi-uso, onde é manifestado a **cultura** rural em torneios leiteiros, casamentos, festas folclóricas entre outros eventos que a sociedade rural organiza. Os eventos que lá acontecem favorece o resgate da **cultura** local.

O **espaço de convivência** pesquisado foi identificado em 3 propriedades, em regiões distintas dentro do núcleo. Estes espaços contribuíram para um melhor relacionamento dos empreendedores locais em suas respectivas regiões. Estes locais, distantes entre si, receberam pontuação expressiva, apesar de não o ser para o núcleo. Esta consideração pode acenar para uma melhor análise dos números de empreendimentos dentro de cada núcleo, para permitir um melhor envolvimento.

A **produção associada ao turismo** foi destaque como atrativo, não só pelos gêneros alimentícios como arroz, inhame, feijão, milho e café, mas também pelos produtos processados como pasta de amendoim, artesanato em madeira, cachaça, sabonetes, iogurtes, bordados e pinturas. A **produção associada ao turismo** neste núcleo é estimulada pela facilidade de comercialização que as áreas tem em função da proximidade com o centro urbano de Muriaé e pelo estímulo recebido pelos voluntários do Centro de Pesquisa Iracambi que freqüentemente adquirem estes produtos locais.

A **hospitalidade** do núcleo foi reconhecida quando a Associação dos Amigos de Iracambi passou a direcionar o fluxo de visitantes que chegavam ao Centro de Pesquisa para as propriedades rurais de seu entorno. Esta **hospitalidade** se manifestou como atrativo, por meio de saberes e fazeres com troca de serviços e aprendizado coletivo para hóspedes e hospedeiros.

Esta trajetória na organização da atividade turística neste núcleo permitiu que a pontuação dos parâmetros **cultura, produção associada ao turismo e hospitalidade** se destacassem na caracterização do turismo de base comunitária, demonstrando que o caminho para o desenvolvimento destes atrativos a serem transformados em produtos está sendo percorrido em sintonia com os demais núcleos.

A experiência turística de Iracambi com este núcleo é também muito semelhante ao Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional – COOPRENA na Costa Rica. Zechner (2010) relatam a existência de uma comunidade, que tomou posse de mais de 500 hectares de uma multinacional e fundou a COPESILENCIO. As principais atividades realizadas foram a capacitação de famílias de agricultores, trabalho em rede e implantação do ecoturismo comunitário. A COPESILENCIO destacou-se na organização social, inserção das mulheres e jovens nos projetos desenvolvidos,

preservação dos recursos naturais e resgate cultural. Como resultado na qualidade de vida, percebeu-se melhora da auto-estima das pessoas, participação ativa da comunidade na preservação dos recursos naturais e a articulação comunitária em redes de trabalho que primam pelas técnicas de produção tradicional. Esta experiência se assemelha à do núcleo Itajurú, enquanto resultado do trabalho cooperativo em função da atividade turística.

b) Interpretação dos indicadores

O **potencial de atratividade** demonstrou baixo nível para o núcleo (Tabela 30). Em apenas quatro áreas foi reconhecida atratividade interessante para serem exploradas turisticamente. Este fato, pode ser um indicativo para se trabalhar a redefinição do número de áreas por núcleo, para que os parâmetros ficassem mais evidenciados sem sobreposições de características e funções, evitando concorrências injustas.

Tabela 30 - Matriz da pontuação de cada indicador por propriedade e média dos indicadores do NTBC Itajuru

Indicadores	Áreas												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Média
Potencial de atratividade	7	1	6	0	9	0	3	4	0	8	10	8	4,7
Grau de uso atual	1	1	1	0	3	0	0	0	0	4	1	4	1,3
Representatividade	6	7	5	9	9	8	8	6	6	10	9	10	7,8
Apoio comunitário local	6	6	7	8	10	9	4	6	8	10	10	9	7,8
Estado de conservação da paisagem	5	7	6	9	8	8	5	3	8	9	7	8	6,9
Infraestrutura	6	5	5	6	9	7	6	6	4	9	5	8	6,3
Acesso	7	7	6	7	11	8	8	4	8	8	6	11	7,6

O **grau de uso atual** identificou o quanto a atividade turística ainda é incipiente no núcleo, apesar das iniciativas da Associação de Pedra Alta e da Associação de Iracambi com resultados concretos estimulando o fluxo de visitantes. A comercialização dos produtos da família agricultora não acontece de forma significativa pela atividade turística, não contribuindo assim para este fluxo.

A **representatividade** do núcleo pode ser identificada pela maneira alegre, descontraída e receptiva da população local receber seus visitantes. Assim, os eventos festivos possibilitam um envolvimento significativo. Este envolvimento está dentro dos princípios da proposta do turismo de base comunitária

O envolvimento das propriedades rurais com a Associação Amigos de Iracambi, e conseqüentemente com o Centro de Pesquisa, traduz-se em um maior **apoio comunitário local** para iniciativas do turismo de base comunitária. Este apoio é responsável pelo resgate da cultura fomentando eventos e produção local, valorizando o dom de receber das comunidades anfitriãs.

O indicador **estado de conservação da paisagem** destacou encostas e vales emoldurados com vegetação exuberante. As construções rurais de adobes e pau a piques ainda podem ser encontradas, contribuindo com a beleza cênica do local. A paisagem peculiar não se enquadra nas atividades turísticas convencionais, possibilitando vivências que exploram este ambiente, permitindo assim, agregar valor á proposta de turismo de base comunitária.

A **infraestrutura** analisada nos parâmetros deste núcleo, subsidia a agricultura familiar com a presença de edificações agrícolas do século XIX, muitas já em ruínas. Esta situação chama a atenção para a urgência de ações de restauração para aproveitá-las nos atrativos turísticos relacionados à **cultura, produção associada ao turismo e hospitalidade**.

O **acesso** é um indicador que agrega valor à paisagem, assim como é outros núcleos, pois pode ser aproveitado para estimular passeios de charrete, bicicletas e outros meios de locomoção. Estes passeios aproveitando **acessos** não convencionais, permitem contato direto com este ambiente rural e bucólico das matas e da próprias propriedades turísticas.

Na Praia do Sono, localizada no município de Paraty (RJ), com uma tradicional população de caiçaras, o turismo é trabalhado como principal alternativa de desenvolvimento para a região. Com a instalação de usinas nucleares e investimentos no setor portuário, iniciou-se uma política de criação de áreas protegidas, o que impactou diretamente o modo de vida tradicional da população. Neste período foi constatado pelo LTDS (2009), a partir de estudos sobre indicadores de sustentabilidade em destinos turísticos, que o turismo passou a ser a principal fonte de renda destas populações, em detrimento das atividades de pesca, agricultura de subsistência e artesanato, influenciando direta e indiretamente no desenvolvimento local sob a perspectiva da sustentabilidade. Este caso reforça não só a importância de estudos e monitoramento balizados na metodologia de indicadores, mas a possível semelhança com a região deste núcleo, tendo em vista a instalação de empreendimentos voltados à extração de minérios e suas implicações na vida social e turística da região.

A experiência turística de Iracambi com este núcleo é também muito semelhante ao Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional – COOPRENA na Costa Rica. Zechner (2010) relatam a existência de uma comunidade, que tomou posse de mais de 500 hectares de uma multinacional e fundou a COPESILENCIO. As principais atividades realizadas foram a capacitação de famílias de agricultores, trabalho em rede e implantação do ecoturismo comunitário. A COPESILENCIO destacou-se na organização social, inserção das mulheres e jovens nos projetos desenvolvidos, preservação dos recursos naturais e resgate cultural. Como resultado na qualidade de vida, percebeu-se melhora da auto-estima das pessoas, participação ativa da comunidade na preservação dos recursos naturais e a articulação comunitária em redes de trabalho que primam pelas técnicas de produção tradicional. Esta experiência se assemelha, enquanto resultado do trabalho cooperativo, em função da atividade turística, à núcleo Itajurú.

O documento “Monitoramento dos Projetos de Turismo de Base Comunitária no Brasil”, elaborado pelo International Center for Responsible Tourism – ICRT (2011) do Brasil, aponta vários gargalos em seus processos metodológicos. Entre eles pode-se citar alguns que puderam ser percebidos no presente trabalho:

- A maioria das entidades que captaram os recursos (77%) tem em média 5 anos de existência, sendo a primeira com projetos de turismo. Percebe-se a vulnerabilidade do público alvo devido às limitações técnicas do *staff* destas entidades. Este dado pode ser entendido na dificuldade da concepção de inovações metodológicas decorrentes desta proposta de turismo, por exemplo, na percepção do parâmetro **espaço de convivência**;

- O público alvo (39%) não está institucionalizado para o desenvolvimento da atividade. Como consequência, percebe-se no Território da Serra do Brigadeiro uma maior dependência das ações das entidades que captaram os recursos. A este dado, pode-se reiterar a importância do monitoramento realizado com pesquisas desta natureza enfocando, por exemplo, indicadores como **representatividade** e **estado de conservação da paisagem**;

- Em 77% a própria entidade que levantou os fundos é a responsável pelo monitoramento dos resultados, porém na maioria dos casos (88%) não há ainda critérios definidos para esta tarefa. Nos (23%) restantes o assunto ainda não foi discutido com a comunidade. No Projeto Boas Práticas percebe-se vulnerabilidade das ações já realizadas, acarretando descontinuidade com conseqüente desestímulo por parte do

público alvo e das outras entidades parceiras. Com relação a isso pode-se buscar entender a importância do indicador **apoio comunitário local** dentro destas funções.

Partindo da definição de Almeida (2006), o potencial turístico pode ser entendido como “a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente”. Com esta premissa está subentendida a necessidade de se estabelecer uma estratégia metodológica, a partir das condições favoráveis levantadas para se obter os benefícios dos atrativos turísticos.

6.4. Ordenamento dos atrativos da área de estudo

De acordo com a metodologia proposta e com base nas matrizes de ordenamento dos atrativos do turismo de base comunitária para o Território da Serra do Brigadeiro, foram sugeridas 3 classes para o processo de reconhecimento e o posterior planejamento desta categoria de turismo. A partir da análise das características dos parâmetros e da sua classificação conforme proposto na metodologia (Tabela 11), ações pontuais podem ser executadas para agregar valor aos parâmetros, visando transformá-los em atrativo e produto. Estas ações permitirão maximizar suas qualidades, implementando ajustes para serem melhor utilizados.

A matriz (Tabela 31) apresenta a média dos núcleos para cada parâmetro e a média dos parâmetros para o Território. A formação dos núcleos foi uma estratégia metodológica para que a atividade fosse trabalhada em toda a cadeia turística e fosse representativa para o Território da Serra do Brigadeiro.

O núcleo de Pedra Redonda contribuiu com a atratividade da **mata, produção associada ao turismo e hospitalidade**. No núcleo do Boné a **unidade de conservação, água, mata, e espaço de convivência** contribuíram enquanto produtos de turismo de base comunitária, sendo que os demais parâmetros contribuíram como atrativos. O núcleo de São Joaquim contribuiu com a **produção associada ao turismo** enquanto produto e como atrativos a **mata, a cultura e a hospitalidade**. Para o núcleo dos Galdinos a **água, a mata, a produção associada ao turismo e a hospitalidade** foram considerados atrativos de acordo com a classificação adotada, não havendo nenhum produto turístico. Os demais parâmetros foram classificados como não atrativos. No

núcleo do Itajuru os parâmetros classificados como atrativos foram a **cultura**, a **produção associada ao turismo** e a **hospitalidade**.

Tabela 31- Matriz da média de cada parâmetro para cada núcleo de turismo de base comunitária e média geral do Território da Serra do Brigadeiro

Parâmetros	Núcleos					Média
	Pedra Redonda	Boné	São Joaquim	Galdinos	Itajurú	
Unidade de conservação	0	14,6	0	4,8	0,6	4,0
Água	3,4	16,6	6,8	9,8	3,4	8,0
Mata	8,8	14,3	9,6	12,6	2,0	9,5
Cultura	7,0	13,7	14,0	5,6	10,9	10,2
Espaço de Convivência	6,0	15,7	2,8	3,2	3,2	6,2
Produção Associada ao Turismo - PAT	11,8	11,3	14,6	12,6	10,8	12,2
Hospitalidade	11,4	13,0	10,6	13,8	11,1	12,0

Em todos os núcleos a **produção associada ao turismo** foi pontuada como atrativo, com exceção do núcleo de São Joaquim, onde a mesma é um produto turístico devido a promoção e difusão de ensinamentos adequados à produção agroecológica realizado pela Escola Família Agrícola Puris. Em conjunto com os demais núcleos, reforça a identidade do turismo de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

A **hospitalidade** foi pontuada como atrativo em todos os núcleos, o que a caracteriza como identidade do turismo de base comunitária no Território. A pontuação da **hospitalidade** para o núcleo dos Galdinos foi em função de que a atividade vem sendo trabalhada para se tornar a primeira fonte de renda para a maioria das famílias envolvidas. Esta situação leva os empreendedores locais a um maior envolvimento, com dedicação mais acentuada para a atividade turística. Para o núcleo do Boné, a **hospitalidade** se justifica pela acentuado fluxo de visitantes já existentes, o que exige dos empreendedores locais, maior conhecimento sobre as funções do anfitrião. Nos demais núcleos a **hospitalidade** ficou acentuada por se tratar de uma convivência em que as diferenças entre visitantes e comunidade passam a ser motivos de aproximação, caracterizando a essência do turismo de base comunitária.

A **cultura** foi bem pontuada no núcleo do Boné por causa da presença do grupo folclórico envolvido com a atividade turística. No núcleo do Itajuru a **cultura** foi

representativa devido aos eventos que acontecem no Centro Multi-uso da comunidade de Pedra Alta, fortalecendo e resgatando a ruralidade. No núcleo de São Joaquim, a **cultura** foi significativa, devido os trabalhos desenvolvidos na EFA Puris.

A **mata** quando utilizada para lazer caracterizou o núcleo do Boné e dos Galdinos, por meio das caminhadas ecológicas. Para o núcleo do Boné, a **mata** é retratada enquanto produto turístico, ou seja, é responsável pelo fluxo turístico com agregação de valor á atividade. No núcleo da Pedra Redonda e de São Joaquim, o manejo da **mata** com finalidade agroecológica estabelecendo unidades demonstrativas, foi o responsável pela pontuação recebida.

A **água**, quando utilizada para lazer foi considerada produto, representando um fluxo crescente de turistas para o núcleo do Boné. Para o núcleo dos Galdinos, a **água** foi considerada atrativo, pois a atividade turística na região, começa a ser reconhecida e valorizada, sendo este atrativo, um dos responsáveis em dar esta visibilidade para a região.

O **espaço de convivência** não se enquadrou nem como atrativo, nem como produto para o Território da Serra do Brigadeiro. Isso pode se explicado pelo pouco tempo que a região se insere na atividade turística. A baixa pontuação pode ser justificada, pela existência dos processos de planejamento do turismo convencional que não fomentam estes espaços para uma convivência entre anfitriões e visitantes. No entanto, para o núcleo do Boné, o restaurante familiar foi considerado um valioso **espaço de convivência** com as características de um produto turístico, devido ser um ponto de encontro da comunidade, facilitando assim a troca de saberes.

A classificação da **unidade de conservação** pode ser explicada pelo fato do PESB estar fechado para visitação pública, na época de realização deste estudo. Acompanhando uma demanda turística convencional crescente para os parques, percebeu-se neste estudo que a atividade turística no PESB ainda não se concretizou. Pouco se explora no interior do PESB, sendo a maioria dos pontos turísticos visitados em propriedades do seu entorno. O potencial turístico da região não é representado apenas pela unidade de conservação, mas sim pelo grau de atratividade do conjunto dos parâmetros existentes no Território da Serra do Brigadeiro onde o PESB está inserido. O PESB, por si só, não é o único capaz de desencadear o fluxo turístico. No entanto, quando a comunidade se apropria da **unidade de conservação**, como no núcleo do Boné, ela pode trazer benefícios e ser considerada produto turístico, estimulando a visitação no seu entorno.

A Figura 28 mostra o ordenamento dos parâmetros estudados, sendo os mesmos classificados em 3 categorias. Este ordenamento identificou os parâmetros **unidade de conservação** e **espaço de convivência** por não ter atingido a pontuação mínima igual a sete para serem reconhecidos como atrativos. Os parâmetros que atingiram pontuações entre 7,1 e 14,0 foram os atrativos **água, mata, cultura, produção associada ao turismo** e **hospitalidade**. Segundo a metodologia empregada neste estudo não foi identificado nenhum produto de turismo de base comunitária para o Território da Serra do Brigadeiro. Sendo que a **produção associada ao turismo** e a **hospitalidade** foram os atrativos que mantiveram a melhor média em todos os núcleos, podendo ser considerados como a identidade do Território da Serra do Brigadeiro, agregando valor aos demais atrativos.

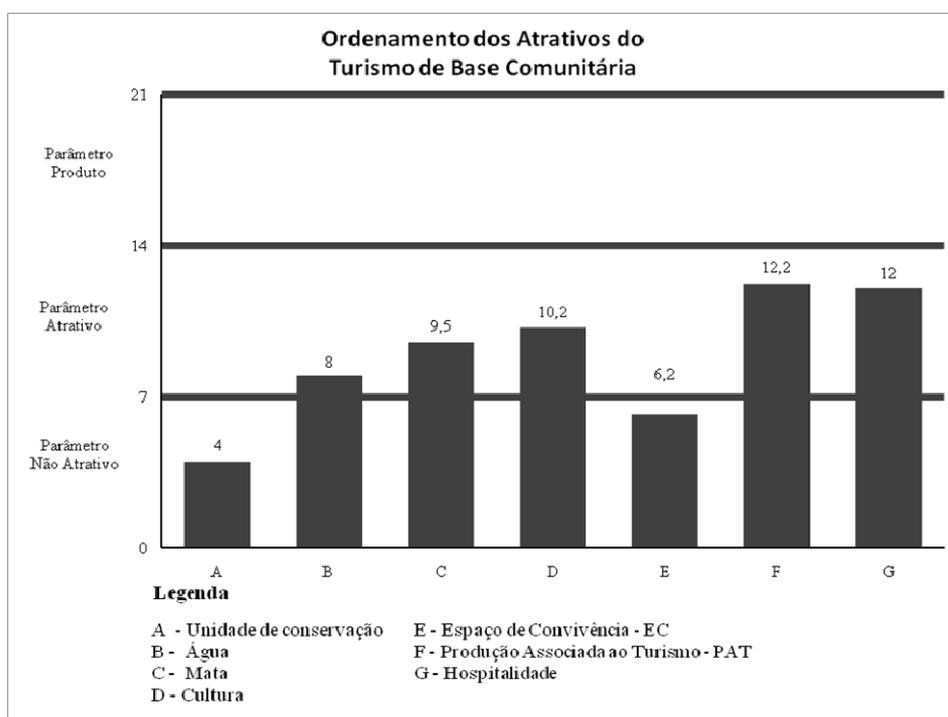


Figura 28 - Ordenamento dos atrativos do Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

Entende-se que o **espaço de convivência** e a **unidades de conservação**, que não obtiveram pontuação para serem considerados atrativos para o turismo de base comunitária no Território, são parâmetros que merecem atenção especial por agregarem valor à atividade turística. A importância destes se justifica pela expressiva pontuação recebida no núcleo do Boné, onde a atividade tem avanços significativos conquistados ao longo de uma trajetória histórica no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Assim, o Território da Serra do Brigadeiro, segundo as matrizes do estudo realizado nas propriedades rurais, inseridas nos respectivos núcleos, apresenta princípios de atratividade do turismo de base comunitária, com ênfase na agricultura familiar.

Este ordenamento permite identificar e hierarquizar ações, a partir de uma estratégia que atenda necessidades de todos os atrativos estudados, visando a transformação de um parâmetro em atrativo, o desenvolvimento de um atrativo para se chegar a um produto, e até mesmo na manutenção daqueles atrativos e produtos na(s) propriedade(s) ou núcleo(s). No entanto, as ações realizadas para a melhoria dos parâmetros com maior pontuação terão uma menor relação custo benefício, pois vários deles obtiveram pontuação que, com uma simples interferência podem melhorar sua classificação. O que é justificado por toda a análise desenvolvida na pesquisa, identificando estes atrativos em melhores condições de agregar valores à proposta turística de base comunitária no Território da Serra do Brigadeiro.

7. CONCLUSÕES

De acordo com os resultados encontrados pode-se concluir que:

- a hipótese é verdadeira, ou seja, os parâmetros trabalhados são instrumentos apropriados para avaliar o turismo de base comunitária da área de estudo, uma vez que 70% deles (**produção associada ao turismo, hospitalidade, cultura, água e mata**) atingiram a pontuação acima do mínimo estabelecido;
- as matrizes com os parâmetros e os indicadores retrataram as especificidades do Território da Serra do Brigadeiro relacionadas com o turismo de base comunitária;
- os parâmetros **produção associada ao turismo, hospitalidade, cultura, água e mata** podem ser considerados atrativos para o turismo de base comunitária no território da Serra do Brigadeiro, com base na metodologia empregada;

Para a realidade do Território da Serra do Brigadeiro, os resultados mostraram a família agricultora e suas relações com os atrativos do turismo de base comunitária, conforme descrito a seguir:

- a **unidade de conservação** vem possibilitando maior visibilidade para a região. No entanto, para esta visibilidade ser traduzida em benefícios reais, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro precisaria estar com o programa de uso público em desenvolvimento. Considerando o núcleo do Boné, onde a **unidade de conservação** foi mais expressiva, pode-se entender a relevância deste parâmetro para o desenvolvimento da atividade.
- a **água**, enquanto atrativo de balneabilidade, não está presente em todos os núcleos; quando existente, passa a ser motivo do aumento do fluxo turístico.

- a **mata** se tornou atrativo não só por questões de lazer, mas principalmente pelo manejo que recebe possibilitando unidades demonstrativas;
- a **cultura** que se expressa no Território é uma forma de envolver os visitantes em suas festas populares, aliado às estruturas e equipamentos antigos, presente ainda hoje;
- os **espaços de convivência**, são locais de encontro das populações tradicionais do Território. A atividade turística permite agregar valor a estes locais com troca de saberes. É de se esperar que a existência destes locais repercutirá favoravelmente para uma melhor visibilidade do turismo de base comunitária na região de estudo, como já ocorre no núcleo do Boné.
- a **produção associada ao turismo** sendo uma das identidades turística do Território, se pauta na agroecologia, agregando valor aos demais atrativos.
- a **hospitalidade**, caracterizou o Território e agrega valor aos demais atrativos, além de permitir conhecer as especificidades do público que se identifica com esta proposta turística.

Com relação ao uso de indicadores, pode-se concluir que eles foram fundamentais na alimentação e geração das informações, contribuindo em todo o processo de análise dos parâmetros. A complexidade encontrada durante os trabalhos mostrou grandes desafios, permitindo a discussão de conceitos que por certo contribuirá para a dinamização da atividade do turismo de base comunitária, conforme segue:

- o indicador **potencial de atratividade** mostrou o diferencial dos parâmetros em relação à sua atratividade, tendo por base outras categorias turísticas como o agroturismo e o turismo de aventura, por exemplo.
- o **grau de uso atual** foi o indicador que contemplou o fluxo de turistas, permitindo reconhecer o nível de envolvimento com os parâmetros. Este indicador, quando quantificado, pode diagnosticar as especificidades da visitação.
- a **representatividade** identificou a singularidade dos parâmetros trabalhados, expressando por exemplo, a agroecologia como parte da identidade do Território;
- o indicador **apoio comunitário local** tornou visível as contribuições das populações envolvidas e suas relações com as entidades públicas, privadas e do terceiro setor com a atividade, demonstrando aceitação do turismo de base comunitária;
- o **estado de conservação da paisagem** foi o indicador que valorizou os ambientes e utensílios utilizados pela família agricultora, reforçando a importância da ruralidade para esta proposta turística;

- o indicador **infra-estrutura** permitiu identificar as limitações da utilização dos parâmetros, sem contudo descaracterizá-los;
- o **acesso** foi o indicador que avaliou as necessidades dos parâmetros para possibilitar a melhor movimentação dos turistas e os seus usos.

O uso de indicadores pode servir também como instrumento de monitoramento dos atrativos, para a categoria de turismo de base comunitária, quando realizados em períodos sequenciais. Mostra, também, a importância de se estudar modalidades de percepção subjetiva do ambiente. Para a avaliação de uma dada realidade, e a consequente determinação dos rumos a serem tomados, deve-se considerar a reação das pessoas com percepções distintas frente à dada situação.

Os parâmetros e os indicadores empregados na matriz desta pesquisa estão em consonância com os preceitos da atividade de turismo de base comunitária, os quais vêm sendo trabalhados pela Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL e pela Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF. Estes preceitos permitiram identificar similaridades entre as atividades turísticas que contribuem para valorizar a identidade do Território da Serra do Brigadeiro.

Desta forma, a atividade turística do Território da Serra do Brigadeiro vem surgindo como uma nova opção de renda para a população local, mesmo com um planejamento incipiente e infra-estrutura limitada para atender ao fluxo turístico crescente.

8. RECOMENDAÇÕES

Dentro do contexto estudado, propõem-se as seguintes ações em função dos aspectos normativos e institucionais percebidos:

a) Estabelecimento de núcleos turísticos.

- Criar núcleos turísticos em regiões pilotos do Território da Serra do Brigadeiro, para viabilizar a comercialização dos produtos, envolvendo toda a cadeia produtiva do turismo, o que fortalecerá a identidade turística;
- Estimular intercâmbio entre os núcleos, tendo como catalisador a experiência no Boné, para ser difundida a visão dos produtos de turismo de base comunitária.

b) Desenvolver estratégias para formatação de roteiros baseados nos parâmetros que obtiveram pontuação acima de 14.

- Desenvolver planos de negócio para estes parâmetros, por serem mais fáceis de serem trabalhados de forma a explorá-los individualmente por propriedades, coletivamente por propriedades do mesmo núcleo e conjuntamente com os demais núcleos que também tenham parâmetros com a mesma classe de pontuação;
- Criar programação que inclua relacionamento com as lideranças comunitárias, afim de serem reconhecidos os valores locais, utilizando sempre que possível em cada atividade uma vivência cultural;
- Estabelecer canais de divulgação para estes roteiros que comungam dos mesmos princípios da atividade turística proposta, evitando massificar a atividade.

c) Criar roteiros experimentais.

- Criar roteiros com parâmetros que mescle pontuações das classes de atrativos (7,1 a 14,0) com as classes de produtos (14,1 a 21) de turismo de base comunitária. Roteiros estes que irão catalisar ações para os atrativos (7,1 a 14,0) serem transformados em produtos (14,1 a 21);
- Fazer cortesia a técnicos do *trade* turístico para conhecerem a proposta turística que poderão avaliar a iniciativa para melhorar tais roteiros (*fantur*);
- Fazer cortesia para formadores de opinião (mídia local, regional), agências de turismo e entidades ligadas á atividade, para conhecerem a proposta turística e veiculá-la na mídia com maior respaldo (*press trip*);
- Fomentar o empreendedorismo local para desenvolver o receptivo local que possibilite fazer reservas para os empreendimentos, contratar guias locais e traslados, comercializar roteiros e produtos turísticos.

d) Criar políticas públicas municipais, estaduais e federais que fomentem o desenvolvimento destes atrativos por meio de agregação de valor, renda e inclusão social para os envolvidos diretamente com estas atividades.

- Implementar nos municípios, os departamentos e as secretarias de turismo com dotação orçamentária;
- Implementar sistema de vigilância sanitária aos **produtos associados ao turismo**;
- Criar programas de promoção e divulgação por meio de selos, certificações ou outros, que visem aumentar o fluxo turístico de acordo com as premissas do turismo de base comunitária;
- Reorganizar os calendários de eventos municipais resgatando a **cultura** popular;
- Incentivar viagens, excursões e missões técnicas que visem reconhecer experiências exitosas e similares com a realidade da proposta do turismo de base comunitária;
- Estimular a participação de empreendedores locais em eventos turísticos de cunho regional, estadual e nacional;
- Fazer convênios com entidades ligadas á proposta do turismo de base comunitária e a economia solidária, de forma a permitir capacitações e vivências inovadoras.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMG, 2010. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=mumg&arquivo>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

ALMEIDA, M. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. 2006. 234 f. Tese (Doutorado em 2006) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BABBIE, Earl. **The practice of social research**. 5.ed. Califórnia: Wadsworth, 1989. 501 p.

BACHA, M. L.; STREHLAU, V. I. Uma tipologia para segmentação de hábitos de viagem das classes populares. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 11, n. 2, p. 175-200, 2009.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BENITES, V. M. **Caracterização dos solos e das substâncias húmicas em complexos rupestres de altitude**. 2002. 143 f. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2002.

BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 2000. 170 p.

BOULLÓN, R. C. **Los municipios turísticos**. México: Trillas, 1995. 110 p. (Trillas Turismo)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável: Série textos para Discussão 4.** Outubro 2003a. 28 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável: Série textos para Discussão 4.** Outubro 2003b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar.** 2003c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, maio 2004a.

_____. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Ministério do Turismo. Brasília. 2010. 88 p.

_____. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.** 2004b.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo; roteiros do Brasil; roteirização turística; módulo operacional 7.** Brasília, 2005a. 43 p.

_____. Ministério do Turismo. **Projeto de formação de rede de cooperação técnica para a roteirização.** Brasília, 2005b. 19 p.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 53 p.

BRENBROOK, C. M.; GROUTH III, E. **Indicators of the sustainability and impacts of pest management systems**, 1996. Disponível em: <<http://www.pmac.net/aaas.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

BROWN, L. **Competitive Marketing Strategy**. 2.ed. South Melbourne: Thomas Nelson, 2005. 135 p.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, parte I, p.76-91.

CARNEIRO, F.; BARTHOLO, R. Descubra a tradição de um lugar. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, parte I, p. 198-215.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDENBERG, K. H.; DONALD, E. (Ed.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** 2. ed. São Paulo: SENAC, 1999. 97 p.

CERRO, F. L. **Técnicas de evaluación del potencial turístico**. Madrid: Ministerio de Industria, Comercio y Turismo, 1993. 261p. (Serie Libros sobre Turismo, 2)

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança** / Luzia Neide M. T. Coriolano, Ana Maria Matos de Araújo, Fábio Perdição Vasconcelos (...). Fortaleza: Ed. UECE, 2009. 312 p.

COSTA, N. M. C. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6, 2010, SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2., 2010. Universidade de Coimbra. COSTA, N. M. C. et al. **Indicadores físico-bióticos de desenvolvimento sustentável do ecoturismo em áreas protegidas brasileiras**. Disponível em: <www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema5/nadja>. Acesso em: 12 dez. 2010.

CTA - ZM. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. **Plano Territorial Rural de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS Serra do Brigadeiro**, 2004. Ministério do desenvolvimento Agrário, 2004. 81 p.

ECOPLANNETE INSTITUTE. **Diretrizes das Oficinas de Capacitação em Ecoturismo**. BIOMA, Conservation International. Fazenda Intervalles, novembro. 1994. 217 p.

ECOPLANNETE INSTITUTE. **Manual das Oficinas de Capacitação em Ecoturismo**. BIOMA, Conservation International. Fazenda Intervalles, novembro. 1994(a). 132 p.

EMBRATUR, 1994 - EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Metodologia do inventário da oferta turística**. Rio de Janeiro, maio 1994. 168 p.

EMBRATUR, Empresa Brasileira de Turismo/SESCOOP, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Programa de Turismo Rural Cooperativo**. Brasília, 2002. 67p.

EMBRATUR. **Inventário da Oferta Turística para a Categoria de Atrativos Naturais: Município de Buritizeiro**. Ministério da Indústria e do Comércio: 1998. 17 p.

FAGLIARI, G.; ALMEIDA, M. G. **Análise de atratividade e hierarquização de atrativos: sistematização de métodos e proposta para atrativos culturais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós- graduação *Lato Sensu*) – Faculdade Senac de Turismo e Hotelaria de São Paulo, 2004. 217 p.

FILETTO, F. **Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação**. 2007. 143 f. Tese (Doutorado em Ciência Florestal). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

GALLERO, A. L. El impacto de la globalización sobre el turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, SP. Ed. Hucitec, 1996.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOUVEIA, M.; DUARTE, T. **O cluster turismo em Portugal**, Lisboa, GEPE. 2001, 138 p.

- HAGUETTE, M. T. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis (RJ):Vozes;1987. 92 p.
- ICRT. Internacional Centre for Responsible Tourism – Brasil. **Monitoramento dos Projetos de Turismo Base Comunitária no Brasil. Relatório Final – Março 2011**. Ministério do Turismo. 26 p.
- IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008**. IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. 479 p.
- IEF. Instituto Estadual de Florestas / Centro Universitário Newton Paiva. **Inventário da oferta turística do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Belo Horizonte. 2005. 65 p.
- IEF. Instituto Estadual de Florestas. **Plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Belo Horizonte. 2007. 65 p.
- IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I.(Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.108-121.
- IRVING, M. A.; et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 59-71, 2005.
- IRVING, M. A. Turismo ética e educação ambiental. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 17-34.
- JAIN, N.; LAMA, W. **Community-based tourism for conservation and development: a resource kit**. Washington: The Mountain Institute. 2000. 125 p.
- JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea. 2001. 141 p.
- LASHLEY, C. Para um entendimento teórico. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. São Paulo: Manole. 2004. 141 p. (p. 01-24).
- LTDS. Relatório técnico-científico. **Utilização de indicadores de sustentabilidade na análise de destinos turísticos**. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. Universidade Federal do rio de Janeiro. COPPE. Janeiro de 2009. 44p. Acessado em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/edt/upl/relatorio_geral_cnpq.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2009.
- LYNCH, P. **Setting and its significance in the homestay sector: explorations**. In: CHME Hospitality Research Conference. Division of Hospitality management. The University of Huddersfield, abril de 2004. 35 p.
- MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Alínea, 2010. 192 p.
- MAGALHÃES JR., A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectiva para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 688 p.

MAGALHÃES, G. W. (Coord.) **Pólos de ecoturismo**; planejamento e gestão. São Paulo: Terragraph, 2001. 168 p.

MALDONADO, C. O Turismo rural comunitário na América latina. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, parte I, p. 25-44.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. **O estado da arte sobre indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas 2005**. Disponível em: <<http://www.ivides.org/atlas/agoecossistemas.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

MATHEUS, Z. M. A. **Gestão e avaliação de programas – Estudo de Caso: Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT**. 2003. 134 f. Tese (Doutorado em 2003) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2003.

MITCHELL, G. **Problems and fundamentals of sustainable development indicators**. 1997. Disponível em : <<http://www.lec.leeds.ac.uk/people/gordon.html>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

MORAES, W. V. **Planejamento, gerenciamento e administração de empreendimentos**. Viçosa: Aprenda Fácil, v. 2. 2001. 170 p.

MORAES, W. V. **Avaliação da metodologia da ecoplannete institute visando o planejamento ecoturístico em rancharia no entorno do Parque Estadual de Ibitipoca, Município de Lima Duarte - MG**. 2000. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2000.

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídrico, 2004-2007 (2005). Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, Departamento de Águas e Energia Elétrica. Disponível em: <www.sigrh.sp.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2009.

PINCE, R. **Revue et si on vivait autrement**. França: Nature & Découvert. p. 36. 2007.

PINTO, F. Q. B. **Avaliação do ecoturismo em três municípios do entorno do parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) - MG**. 2005. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002. 259 p.

PROJETO BAGAGEM. **Série TURISOL de Metodologias: Parte 1 – Projeto Bagagem**. 29 p. 2010. Disponível em: <http://www.turisol.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/02/Livreto-projeto_bagagem-Parte-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

RAMIRO, R. **Economia solidária e turismo** – uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva de turismo na região nordeste do Brasil. Ed. IABS. Rede IBERTUR. Ag. Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – Mtur. Brasília. 2010. 116 p.

RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In:_____, (Org). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. p . 94-121.

- SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 267-287.
- SAMPAIO, C. A. C. et al. Análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. **Revista de Negócios**, v. 10, p. 288-301, 2005.
- SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, parte I, p. 142-161.
- SILVA, T. P. K.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, parte I, p. 361-368.
- SOUZA, N. P. et al. Como compatibilizar conservação, desenvolvimento e turismo: a experiência do baixo Rio Negro, Amazonas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 3, n. 2, p. 173-190, 2010.
- TABARES, C. F. **Proyectos turísticos**; localización e inversión. México: Trillas, 1994. 75 p. (Trillas Turismo).
- TAKASAGO, M.; MIOLLO, M. L. R. Turismo e combate à pobreza no Brasil: o papel do governo na redução de desigualdades. In: *Advances in Tourism Economics – ATE 2007*, 2007, Vila Nova de Santo André. ATE – 2007, Portugal, 2007.
- TALAYA, A. **La naturaleza em el comportamiento del consumidor turístico**. IX Congreso AECIT El uso Turístico de los Espacios Naturales, 2004. 15 p.
- UNCTAD/WTO. **Módulo de Treinamento para o Sucesso do Turismo Baseado na Comunidade - TBC no Âmbito do PRPE – Programa de Redução da pobreza através da Exportação**. Internacional Trade Center - ITC. 96 p. 2005.
- WTO. UNWTO NEWS. **Magazine of the World Tourism Organization**. Year XXII, Issue 1/2008. Disponível em: <<http://www.unwto.org/media/mag/en/mag.php?op=1>>. Acesso em: 10 abr. 2009.
- WTTC. **WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL**. Disponível em: <<http://www.globaltraveltourism.com>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- WWF-BRASIL. **Certificação em turismo**: lições mundiais e recomendações para o Brasil. SALAZAR, Sergio (Coord.). Brasília: WWF Brasil, 2001.
- ZECHNER, T. C. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 5, 2008, Fortaleza - CE. ZECHNER, T. C. et al. **Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenhas**. Disponível em: <<http://www.cdvs.org.br/sispub/image-data/1893/sits/files/PENSANDO%20O%20CONCEITO%20DE%20TURISMO%20COMUNITARIO.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário aplicado pelo Projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária para a seleção das famílias envolvidas, junho/julho/2009

Nome do proprietário:

Nome da proprietária:

Nome dos filhos:

Região/Território:

Município:

UF:

	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior
Escolaridade:	incompleto <input type="checkbox"/>	completo <input type="checkbox"/>	completo <input type="checkbox"/>
	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior
	completo <input type="checkbox"/>	incompleto <input type="checkbox"/>	incompleto <input type="checkbox"/>

Nome da propriedade:

Telefones para contatos: ddd

Próprio:

Parente:

Vizinho:

Distância aproximada do local até sede do município:

_____ Km asfalto _____ Km terra

Distância aproximada do local até município de Viçosa:

_____ Km asfalto _____ Km terra

Tamanho da propriedade:

_____ ha

Situação da propriedade:

Própria

Arrendada:

Alugada:

Número de edificações na propriedade:

Residenciais

Agrícolas

Lazer

Outras

Estado de conservação:

regular

regular

regular

regular

bom

bom

bom

bom

ótimo

ótimo

ótimo

ótimo

Infraestrutura existente:

Água

Esgoto

Luz

Coleta de lixo

celular

Tipo

Tipo

Tipo

Telefone

Tipo

rural

Principal fonte de renda:

Valor da Renda

Principal:

**Fonte de renda externa às
atividades desenvolvidas na
propriedade:**

- comércio
- aposentadoria
- Prestação de serviços _____
- bolsa do governo
- outros: _____
- Bordados

Atividades e serviços desenvolvidos na propriedade

- Agricultura – Listar:
- Agropecuária Agroindústria – Listar:
- Sistemas Agroecológicos– Listar:
- Criação de animais– Listar:
Descrever:
- Eqüestres
Descrever :
- Pesca
Descrever:
- Recreação
Descrever:
- Aventura
Descrever:
- Ecoturísticas
Descrever:
- Pedagógicas
Descrever:
- Caminhada
Descrever:
- Manifestações populares - festas
- Artesanato
Descrever:

Culturais Arquitetura (*típica ou histórica*)

Descrever:

Móveis e utensílios antigos:

Descrever:

Gastronomia

Descrever:

Naturais cachoeira rios matas picos grutas e

cavernas outros

Descrever:

SERVIÇOS OFERTADOS NA PROPRIEDADE

Hospedagem

Comentário:

Restaurante/Alimentação

Comentário:

Presença de transporte para visitação do local

Comentário:

Guiamento, recepção ou condução

Comentário:

 poca do ano mais apropriada para visitação:

pode marcar mais de
um mês

Jan Fev; Mar; Abr; Mai; Jun; Jul; Ago; Set;
 Out; Nov; Dez.

PRODUTOS OFERTADOS NA PROPRIEDADE

Matérias primas para artesanato: () café fruto () café galho () solo () sementes diversas
() plantas diversas () madeira () couro () fios ()
pigmentos naturais

Outros, listar: _____

Tipos de produtos:

Listar, enumerando e descrevendo:

() bordado, tipos: _____

() gamelas, tipos: _____

() pinturas, tipos: _____

() pano de pratos, tipos: _____

() colares e pulseiras, tipos: _____

() arranjos florais, tipos: _____

Outros: _____

Matérias primas para agroindústrias: () café () leite () milho () cana de açúcar () mandioca
() banana () milho () frutas: _____
outras: _____

Tipos de produtos: () queijo, () ricota () rapadura () açúcar mascavo () mel
() frutas desidratadas () pamonhas () café torrado
Outros:

Tipos de produtos in natura, não processados: () hortaliças: _____
() agrícolas: _____
() frutíferos: _____
() animais: _____
() silvícolas: _____
mudas: _____
Outros: _____

APÊNDICE B

Questionário para turistas de Araponga

QUESTIONÁRIO PARA TURISTAS DE ARAPONGA

1ª Pergunta: Qual sua cidade de origem? (De onde veio)

Cidade_____ Estado_____

2ª Pergunta: Já conhecia a região?

() Sim () Não

3ª Pergunta: Como está hospedado?

() Pousada () Casa de amigos/parentes () acampado () vai e volta para sua origem

4ª Pergunta: Sua idade está entre?

() 18 a 25 anos () 26 a 35 anos () acima de 35 anos

5ª Pergunta: Estaria disposto a pagar para – escolha até 2 itens

() vivenciar agricultura familiar com hospedagem comunitária em propriedades rurais

() esportes radicais

() cavalgada

() adquirir artesanato

() conhecer locais inéditos com guias locais

6ª Pergunta: O que mais lhe impressionou na sua viagem?

() a Natureza () o povo do local () a alimentação () a hospedagem

7ª Pergunta: Com quem está viajando?

() sozinho () amigos () sua família () com outras famílias () excursão

8ª Pergunta: Para cada afirmação abaixo, marque a que melhor descreve a sua opinião.

Em caso de desconhecimento deixe em branco (não marque).

AVALIE	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
Acesso a região					
Acesso aos atrativos					
Infraestrutura da cidade					
Infraestrutura dos atrativos					
Hospedagem					
Alimentação					

9ª Pergunta: Quer deixar algum comentário sobre sua viagem?

10ª Pergunta: Se gostaria de saber mais informações sobre a região, pode nos deixar seu contato? (Opcional)

Nome:

Endereço:

Tel. ddd número:

Email:

APÊNDICE C

Tabelas da pontuação atribuída em campo aos indicadores para os parâmetros estudados nas 30 propriedades dos NTBC - Núcleos de Turismo de Base Comunitária da Pedra Redonda, Boné, São Joaquim, Galdinos e Itajuru

NTBC Pedra Redonda:

Propriedade: 1

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	1	2	0	2	2	1	8
Grau de uso atual	0	0	1	0	2	1	1	5
Representatividade	0	2	1	1	2	1	2	9
Apoio comunitário local	0	0	2	1	3	3	3	12
Estado de conservação da paisagem	0	0	1	2	2	3	2	10
Infraestrutura	0	0	2	0	2	3	2	9
Acesso	0	1	3	1	2	3	2	12
Total	0	4	12	5	15	16	13	

Propriedade: 2

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	1	2	0	3	1	7
Grau de uso atual	0	0	1	2	0	1	2	6
Representatividade	0	0	1	1	0	1	1	4
Apoio comunitário local	0	0	0	2	0	2	3	7
Estado de conservação da paisagem	0	0	2	2	0	3	1	8
Infraestrutura	0	0	2	1	0	2	1	6
Acesso	0	0	1	1	0	0	1	3
Total	0	0	8	11	0	12	10	

Propriedade: 3

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	1	2	0	2	2	1	8
Grau de uso atual	0	0	1	0	2	1	1	5
Representatividade	0	2	1	1	2	1	2	9
Apoio comunitário local	0	0	2	1	3	3	3	12
Estado de conservação da paisagem	0	0	1	2	2	3	2	10
Infraestrutura	0	0	2	0	2	3	2	9
Acesso	0	1	3	1	2	3	2	12
Total	0	4	12	5	15	16	13	

Propriedade: 4

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	1	1	0	1	1	4
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	1	1	2
Representatividade	0	0	1	1	0	1	1	4
Apoio comunitário local	0	0	0	2	0	2	2	6
Estado de conservação da paisagem	0	0	2	1	0	1	2	6
Infraestrutura	0	0	0	1	0	1	1	3
Acesso	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	0	0	4	6	0	7	9	

Propriedade: 5

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	1	2	1	0	2	1	7
Grau de uso atual	0	1	1	0	0	1	2	5
Representatividade	0	0	2	1	0	1	3	7
Apoio comunitário local	0	0	0	0	0	1	2	3
Estado de conservação da paisagem	0	3	1	2	0	2	2	10
Infraestrutura	0	2	2	2	0	1	2	9
Acesso	0	2	0	2	0	0	0	4
Total	0	9	8	8	0	8	12	

NTBC Boné:

Propriedade: 1

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	3	3	3	2	3	3	1	18
Grau de uso atual	2	2	2	2	2	1	1	12
Representatividade	1	3	3	2	3	1	2	15
Apoio comunitário local	3	3	3	2	3	2	3	19
Estado de conservação da paisagem	3	3	2	2	2	2	0	14
Infraestrutura	3	2	2	1	2	1	2	13
Acesso	3	2	2	1	2	2	2	14
Total	18	18	17	12	17	12	11	

Propriedade: 2

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	3	3	1	3	3	1	1	15
Grau de uso atual	2	2	1	2	2	1	1	11
Representatividade	1	3	1	2	3	1	3	14
Apoio comunitário local	3	3	3	3	1	2	3	18
Estado de conservação da paisagem	1	1	2	3	2	2	2	13
Infraestrutura	1	2	3	0	2	2	2	12
Acesso	2	2	2	1	2	2	2	13
Total	13	16	13	14	15	11	14	

Propriedade: 3

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P. A. T	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	3	3	1	3	3	1	1	15
Grau de uso atual	2	2	1	2	2	1	1	11
Representatividade	1	3	1	2	3	1	3	14
Apoio comunitário local	3	3	3	3	1	2	3	18
Estado de conservação da paisagem	1	1	2	3	2	2	2	13
Infraestrutura	1	2	3	0	2	2	2	12
Acesso	2	2	2	2	2	2	2	14
Total	13	16	13	15	15	11	14	

NTBC São Joaquim:

Propriedade: 1

Indicadores	Parâmetros							Total
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	
Potencial de atratividade	0	0	3	3	1	3	1	11
Grau de uso atual	0	0	2	2	1	2	1	8
Representatividade	0	0	2	3	1	1	3	10
Apoio comunitário local	0	0	2	2	1	3	3	11
Estado de conservação da paisagem	0	0	2	3	1	3	1	10
Infraestrutura	0	0	3	3	1	2	2	11
Acesso	0	0	2	3	1	2	2	10
Total	0	0	16	19	7	16	13	

Propriedade: 2

Indicadores	Parâmetros							Total
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	
Potencial de atratividade	0	3	0	3	0	3	1	10
Grau de uso atual	0	1	0	0	0	1	2	4
Representatividade	0	2	0	3	0	1	3	9
Apoio comunitário local	0	0	0	2	0	2	3	7
Estado de conservação da paisagem	0	2	0	1	0	3	1	7
Infraestrutura	0	0	0	1	0	2	2	5
Acesso	0	2	0	2	0	2	2	8
Total	0	10	0	12	0	14	14	

Propriedade: 3

Indicadores	Parâmetros							Total
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	
Potencial de atratividade	0	3	0	0	0	3	1	7
Grau de uso atual	0	1	0	0	0	1	2	4
Representatividade	0	2	0	1	0	1	2	6
Apoio comunitário local	0	0	0	0	0	2	3	5
Estado de conservação da paisagem	0	2	0	2	0	3	1	8
Infraestrutura	0	1	0	2	0	2	2	7
Acesso	0	2	0	2	0	2	2	8
Total	0	11	0	7	0	14	13	

Propriedade: 4

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	3	3	3	1	3	1	14
Grau de uso atual	0	2	2	2	1	1	1	9
Representatividade	0	2	2	3	1	1	3	12
Apoio comunitário local	0	2	2	2	1	3	3	13
Estado de conservação da paisagem	0	1	2	3	1	3	1	11
Infraestrutura	0	1	3	3	1	2	2	12
Acesso	0	2	2	3	1	2	2	12
Total	0	13	16	19	7	15	13	

Propriedade: 5

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	3	2	0	2	0	7
Grau de uso atual	0	0	1	1	0	0	0	2
Representatividade	0	0	2	2	0	3	0	7
Apoio comunitário local	0	0	2	2	0	2	0	6
Estado de conservação da paisagem	0	0	2	2	0	3	0	7
Infraestrutura	0	0	3	2	0	2	0	7
Acesso	0	0	3	2	0	2	0	7
Total	0	0	16	13	0	14	0	

NTBC Galdinos:

Propriedade: 1

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	2	0	2	0	0	2	1	7
Grau de uso atual	0	0	2	0	0	2	1	5
Representatividade	2	0	3	0	0	3	2	10
Apoio comunitário local	1	0	2	0	0	3	3	9
Estado de conservação da paisagem	2	0	2	0	0	3	2	9
Infraestrutura	1	0	2	0	0	2	2	7
Acesso	3	0	3	0	0	3	3	12
Total	11	0	16	0	0	18	14	

Propriedade: 2

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	2	3	2	1	0	1	2	11
Grau de uso atual	2	2	1	2	0	1	2	10
Representatividade	2	3	1	1	0	1	3	11
Apoio comunitário local	1	2	1	1	1	1	3	10
Estado de conservação da paisagem	2	3	0	1	2	1	2	11
Infraestrutura	1	1	1	3	2	0	2	10
Acesso	3	1	1	0	0	0	1	6
Total	13	15	7	9	5	5	15	

Propriedade: 3

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	3	0	0	3	1	7
Grau de uso atual	0	0	2	0	0	2	1	5
Representatividade	0	2	3	0	0	1	2	8
Apoio comunitário local	0	0	2	0	0	3	3	8
Estado de conservação da paisagem	0	1	3	0	0	3	2	9
Infraestrutura	0	0	1	0	0	2	1	4
Acesso	0	3	3	0	0	3	3	12
Total	0	6	17	0	0	17	13	

Propriedade: 4

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	2	2	1	3	2	1	11
Grau de uso atual	0	0	1	0	1	1	2	5
Representatividade	0	2	2	1	1	1	2	9
Apoio comunitário local	0	0	2	0	0	3	3	8
Estado de conservação da paisagem	0	3	2	0	1	2	1	9
Infraestrutura	0	2	2	0	2	2	1	9
Acesso	0	2	0	1	3	2	2	10
Total	0	11	11	3	11	13	12	

Propriedade: 5

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	3	1	3	0	1	2	10
Grau de uso atual	0	2	1	2	0	0	2	7
Representatividade	0	3	1	3	0	1	3	11
Apoio comunitário local	0	2	2	2	0	2	3	11
Estado de conservação da paisagem	0	3	2	2	0	2	2	11
Infraestrutura	0	2	2	2	0	2	2	10
Acesso	0	2	3	2	0	2	1	10
Total	0	17	12	16	0	10	15	

NTBC ITAJURU:

Propriedade: 1

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	0	3	3	1	7
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	0	1	1
Representatividade	0	0	0	0	2	1	3	6
Apoio comunitário local	0	0	0	0	2	2	2	6
Estado de conservação da paisagem	0	0	0	0	2	2	1	5
Infraestrutura	0	0	0	0	2	2	2	6
Acesso	0	0	0	0	2	3	2	7
Total	0	0	0	0	13	13	12	

Propriedade: 2

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	0	0	0	1	1
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	0	1	1
Representatividade	0	0	1	2	0	1	3	7
Apoio comunitário local	0	0	1	1	0	2	2	6
Estado de conservação da paisagem	0	0	2	2	0	2	1	7
Infraestrutura	0	0	0	1	0	2	2	5
Acesso	0	0	1	2	0	2	2	7
Total	0	0	5	8	0	9	12	

Propriedade: 3

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C	P.A.T.	Hospi- talidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	3	0	2	1	6
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	0	1	1
Representatividade	0	0	0	2	0	1	2	5
Apoio comunitário local	0	0	0	2	0	2	3	7
Estado de conservação da paisagem	0	0	0	3	0	2	1	6
Infraestrutura	0	0	0	2	0	2	1	5
Acesso	0	0	0	2	0	2	2	6
Total	0	0	0	14	0	11	11	

Propriedade: 4

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospi- talidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	0	0	0	0	0
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	0	0	0
Representatividade	0	0	3	2	0	1	3	9
Apoio comunitário local	0	0	2	2	0	2	2	8
Estado de conservação da paisagem	0	0	2	2	0	3	2	9
Infraestrutura	0	0	0	2	0	2	2	6
Acesso	0	0	1	2	0	2	2	7
Total	0	0	8	10	0	10	11	

Propriedade: 5

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospi- talidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	3	2	3	1	9
Grau de uso atual	0	0	0	1	1	1	0	3
Representatividade	0	0	0	3	1	2	3	9
Apoio comunitário local	0	0	0	2	2	3	3	10
Estado de conservação da paisagem	0	0	0	3	1	2	2	8
Infraestrutura	0	0	0	3	2	2	2	9
Acesso	0	0	0	3	3	3	2	11
Total	0	0	0	18	12	16	13	

Propriedade: 6

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	0	0	0	0	0
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	0	0	0
Representatividade	0	3	0	1	0	1	3	8
Apoio comunitário local	0	2	0	2	0	2	3	9
Estado de conservação da paisagem	0	2	0	2	0	2	2	8
Infraestrutura	0	2	0	1	0	2	2	7
Acesso	0	2	0	2	0	2	2	8
Total	0	11	0	8	0	9	12	

Propriedade: 7

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	3	0	0	0	3
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	0	0	0
Representatividade	0	2	0	2	0	1	3	8
Apoio comunitário local	0	0	0	0	0	2	2	4
Estado de conservação da paisagem	0	1	0	2	0	2	0	5
Infraestrutura	0	2	0	2	0	1	1	6
Acesso	0	2	0	2	0	2	2	8
Total	0	7	0	11	0	8	8	

Propriedade: 8

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	2	0	2	0	4
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	0	0	0
Representatividade	0	0	0	2	0	1	3	6
Apoio comunitário local	0	0	0	2	0	2	2	6
Estado de conservação da paisagem	0	0	0	1	0	2	0	3
Infraestrutura	0	0	0	2	0	2	2	6
Acesso	0	0	0	2	0	1	1	4
Total	0	0	0	11	0	10	8	

Propriedade: 9

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	0	0	0	0	0
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	0	0	0
Representatividade	0	2	3	1	0	0	0	6
Apoio comunitário local	0	2	2	2	0	0	2	8
Estado de conservação da paisagem	0	2	3	2	0	0	1	8
Infraestrutura	0	1	1	1	0	0	1	4
Acesso	0	2	2	2	0	0	2	8
Total	0	9	11	8	0	0	6	

Propriedade: 10

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	1	0	3	0	3	1	8
Grau de uso atual	0	0	0	1	0	2	1	4
Representatividade	0	2	0	2	0	3	3	10
Apoio comunitário local	0	2	0	2	0	3	3	10
Estado de conservação da paisagem	0	2	0	2	0	3	2	9
Infraestrutura	0	1	0	3	0	3	2	9
Acesso	0	1	0	2	0	3	2	8
Total	0	9	0	15	0	20	14	

Propriedade: 11

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	1	2	0	3	0	3	1	10
Grau de uso atual	0	0	0	0	0	0	1	1
Representatividade	2	2	0	1	0	1	3	9
Apoio comunitário local	2	0	0	3	0	2	3	10
Estado de conservação da paisagem	3	1	0	2	0	1	0	7
Infraestrutura	0	0	0	1	0	2	2	5
Acesso	0	0	0	2	0	2	2	6
Total	8	5	0	12	0	11	12	

Propriedade: 12

Indicadores	Parâmetros							
	U.C.	Água	Mata	Cultura	E.C.	P.A.T.	Hospitalidade	Total
Potencial de atratividade	0	0	0	2	3	2	1	8
Grau de uso atual	0	0	0	1	1	1	1	4
Representatividade	0	0	0	3	3	1	3	10
Apoio comunitário local	0	0	0	2	2	2	3	9
Estado de conservação da paisagem	0	0	0	3	0	3	2	8
Infraestrutura	0	0	0	2	2	2	2	8
Acesso	0	0	0	3	3	2	3	11
Total	0	0	0	16	14	13	15	

APÊNDICE D

Imagens ilustrativas dos Núcleos de Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro-MG

NTBC Pedra Redonda



Fonte: Werter (2010).

Figura 1D - Estrutura de lazer com quiosque e casa de forno no Sítio Esperança, município de Araponga-MG.



Fonte: Werter (2010).

Figura 2D - Estrutura de alimentação para apoio a subida da Pedra Redonda no Sítio Cantinho da Saudade, município de Araponga-MG.

NTBC Boné



Fonte: Lukarol (2010)

Figura 3D - Rios encachoeirados da Pousada Remanso, município de Araponga-MG.



Fonte: Rodinei (2010).

Figura 4D - Travessia de Bike entre o NTBC Boné e o NTBC Galdinos no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

NTBC São Joaquim



Fonte: Cassinha (2010).

Figura 5D - Festa junina na Fazenda Milagrosa, município de Araponga-MG.



Fonte: Werter (2010).

Figura 6D - Escola Família Agrícola Puris, município de Araponga-MG.

NTBC Galdinos



Fonte: Werter (2009).

Figura 7D - Restaurante Familiar no Alambique do Dó, município de Miradouro-MG.



Fonte: Werter (2009).

Figura 8D - Monjolos do Rancho Tomaz, município de Fervedouro-MG.



Fonte: Werter (2009).

Figura 9D - Tratamento natural com massagem no Paraíso das Pedras, município de Fervedouro-MG.



Fonte: Lukarol (2010).

Figura 10D - Confraternização do grupo de caminhantes de Belo Horizonte no Refúgio dos Galdinos, município de Fervedouro-MG.

NTBC Itajuru



Fonte: Lukarol (2010).

Figura 11D - Construção de adobe no Sítio Encantos da Natureza, município de Muriaé-MG.



Fonte: Lukarol (2010).

Figura 12D - Comida típica mineira no Sítio Sabores da Serra, município de Muriaé-MG.